

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MAIARA BATISTA

POR CORAÇÕES E MENTES

**A configuração do projeto da classe dominante na Educação
Profissional da Juventude do Campo Um estudo acerca da iniciativa
PRONATEC Campo/ SENAR/ CNA**

Juiz de Fora

2016

MAIARA BATISTA

POR CORAÇÕES E MENTES

**A configuração do projeto da classe dominante na Educação
Profissional da Juventude do Campo: Um estudo acerca da iniciativa
PRONATEC Campo/ SENAR/ CNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra Cristina Simões Bezerra.

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Batista, Maiara.

POR CORAÇÕES E MENTES : A configuração do projeto da classe dominante na Educação Profissional da Juventude do Campo: Um estudo acerca da iniciativa PRONATEC Campo/ SENAR/ CNA / Maiara Batista. -- 2016.

138 f.

Orientadora: Cristina Simões Bezerra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2016.

1. Juventude do Campo. 2. Classes dominantes. 3. Educação Profissional. 4. Pronatec Senar. I. Bezerra, Cristina Simões, orient.
II. Título.

FORA TEMER, primeiramente!

A nós, povo brasileiro, que seguimos sonhando, nos organizando, estudando, cantando e lutando por uma nova sociabilidade

AGRADECIMENTOS

A vida é processual, dialética.

Se para cada processo em que somos inserimos nos colocamos disponíveis, é certo que vivenciaremos alegrias, tristezas, frustrações, modificações e, sobretudo, aprendizados. O ser humano sempre está a aprender, ocorre que, muitas vezes, motivados pela instantaneidade e naturalização da vida, de modo que a reflexão torna-se tarefa dura e árdua

Assim também ocorreu com o processo de construção dessa dissertação de mestrado. Foram meses e mais meses de compartilhamentos, militância, família, tambores, teatros, estudos, orientações, amores, viagens à Goiás, sonhos, caos, câncer, Golpes, retrocessos, casamentos, desafios e descobertas. Todas tendo como plano de fundo as coletividades.

Foi um período de muitas trocas, aprendizados e constante labuta de transitar da desolada primeira pessoa do singular para a primeira e profunda pessoa do plural.

Logo, foi um processo rico em complexidades, paixões e fé revolucionária que agora externalizo em trabalho científico, em arsenal para a necessária e permanente batalha das ideias.

Por estarem presentes e atuantes nesse processo e também por tantos outros que ainda vivenciaremos juntos, minha gratidão permanente às famílias e coletivos que as andanças pela vida me trouxeram.

Tenham a certeza que continuaremos a nos encontrar nas trincheiras da vida!

Chamar-me-ão de subversivo
Eu responderei incisivo: O sou!
Pelo meu povo que luta,
Pelo meu povo que trilha apressado
Caminhos de sofrimento.
Eu tenho fé de guerrilheiro
E amor de Revolução
Dom Pedro Casaldáliga, Anel de Tucum

E assim veremos florir os girassóis, ouviremos canções de liberdade,
viveremos em uma grande sociedade, onde florescerão todas as virtudes.
Sentiremos o pulsar de cada coração e a igualdade não terá fronteiras; no dia
em que nossa bandeira estiver nas mãos da juventude
Ademar Bogo, Carta à Juventude

Sempre é preciso sonhar!
José Luiz Ribeiro

Juventude que ousa lutar, constrói Poder Popular!

Pátria Livre! VENCEREMOS!

RESUMO

As classes dominantes atuantes no campo tem priorizado a educação, enquanto elemento de sociabilidade, para camuflar a lógica de espoliação do agronegócio e criar legitimidade acerca da sociabilidade burguesa. Nesta realidade, o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural, vinculado a entidade patronal Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, busca, desde sua fundação em 1991, ser uma referência na aprendizagem rural, de modo a constituir-se como a genuína “Escola da Terra”. Sob esta perspectiva, em 2012, o Senar passa a oferecer a modalidade destinada aos povos do campo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Tal oferta foi possível devido às parcerias público-privadas que, no Brasil, consolidaram-se nos anos 1990, com a adoção das políticas neoliberais. A partir das especificidades do campo, cabe questionar como se organiza a Educação Profissional e quais os estudos existentes sobre essa modalidade de educação? Quais os objetivos de entidades ligadas a aparelhos “privados” de hegemonia da classe dominante ao ofertar ações voltadas a Educação Profissional no campo? Baseados nestes questionamentos, esse estudo pretende compreender, mediante pesquisa bibliográfica e documental, a intencionalidade da burguesia em fomentar projetos educativos no campo, utilizando-se como exemplo as iniciativas educacionais do Senar.

Palavras-chave: Juventude do campo; Classes Dominantes; Educação Profissional; Pronatec Senar

ABSTRACT

The ruling classes engaged in the Brazilian countryside have prioritized the use of education as sociability element to camouflage the logic of plundering agribusiness and to legitimate the bourgeois sociability. In this reality, the Brazil's National Rural Learning Service (SENAR), which operates under the guidelines of the Brazilian Confederation of Agriculture and Livestock (CNA), has sought since its foundation in 1991 to be a reference in the rural training to establish itself as the genuine *Escola da Terra* or "School of the Land". From this perspective, in 2012, SENAR started to offer a new educational component of its National Program for Access to Technical Training and Employment (PRONATEC) aimed at rural people. Such offer was only made possible through partnerships between the private and public sector which have been consolidating in Brazil since the adoption of neoliberal policies in the 1990s. Considering the distinct characteristics of the rural sector, one should investigate how Professional Education is structured in Brazil and which are the past studies and research developed around this this educational modality. What are the objectives of entities connected to private apparatuses of hegemony of the ruling class in proposing Rural educational initiatives? Based on these questionings, this study intends to comprehend the intentions behind the bourgeois' investments in the rural educational projects by using SENAR educational initiatives as an example through the document and bibliographical review of previous studies in the field.

Keywords: Youth of Field; Ruling Class; Professional Education; Pronatec Senar

LISTA DE SIGLAS

ABCS - Associação Brasileira dos Criadores de Suínos
CEFAS - Centros Familiares de Formação por Alternância
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CNA - Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
CNBB - Confederação de Bispos do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER - Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GPT - Grupo Permanente de Trabalho por uma Educação do Campo
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB - Lei de Diretrizes e Bases de Educação
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PNDS - Programa Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresas

SEFOR - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SSR – Serviço Social Rural

ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: – CENÁRIO DE GUERRA: A LUTA DE CLASSES NO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DO ESTADO E CONQUISTA DAS POLÍTICAS SOCIAIS	19
1.1.A produção e reprodução do ser social: classes sociais e o processo de consciência de classe	20
1.2.Teoria do Estado ampliado, políticas sociais e neoliberalismo	30
1.3. O papel da educação na legitimação do projeto dominante	54
CAPÍTULO 2: – OS COMBATENTES: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E JUVENTUDE DO CAMPO	61
2.1. Formação social brasileira, questão agrária e luta de classes	63
2.2. Agronegócio e hegemonia	70
2.3. Juventude do campo: desafios e possibilidades	80
CAPÍTULO 3: – A DISPUTA: EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO	92
3.1.O princípio educativo e os intelectuais no pensamento de Antônio Gramsci.....	93
3.2. Educação do Campo e Educação Profissional do campo.....	96
3.3. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e suas iniciativas educacionais	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Nossos inimigos dizem: a luta terminou./ Mas nós dizemos: ela começou. Nossos inimigos dizem: a verdade está liquidada./ Mas nós sabemos: nós a sabemos ainda./ Nossos inimigos dizem: mesmo que ainda se conheça a verdade/ ela não pode mais ser divulgada./ Mas nós a divulgaremos./ É a véspera da batalha./ É a preparação de nossos quadros./ É o estudo do plano de luta./ É o dia antes da queda de nossos inimigos (Brecht, Nossos inimigos dizem)

Existe uma necessidade latente de reescrever a história, recontá-la e propagandear-la nas ruas, praças, jornais, redes sociais, artigos acadêmicos, dissertações e teses. E esse movimento deve ser feito a partir da perspectiva dos trabalhadores, das e dos jovens que, diariamente, constroem história.

Apesar de constantes tentativas protagonizadas por representantes da classe dominante remetendo à inexistência das classes, aquelas e aqueles que vivenciam as expropriações do capital são resistentes e ousam divulgar uma realidade que não passa na Globo, Folha e sequer está nos bancos das escolas. Divulgam uma realidade de emancipação, recheada de cores, gostos e permeada pelo sonho comum de mudança societária.

Um dos grandes aprendizados que obtive ao longo da militância e dos estudos sobre a mística no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, realizados durante a monografia da graduação em Serviço Social, foi que o processo de consciência, o forjar de uma identidade ocorre, primeiramente, mediante a experiência vivida e sentida dos sujeitos.

Esse processo de consciência caminha pelo olhar, tocar, falar, respirar, pensar, podendo ser internalizado, sentido, percebido e sistematizado cientificamente pelos sujeitos das mais distintas formas. Em outras palavras, tal processo permeia as esferas produtivas e reprodutivas da vida social.

Assim, na disputa por hegemonia, não bastam os esforços pela adesão racional (e, em grande parte, das vezes ilógicas), é essencial que os sujeitos percebam, sintam, toquem, vejam para aderirem a uma determinada sociabilidade.

Existe, portanto, uma verdadeira guerra na busca por CORAÇÕES e MENTES.

A consolidação do agronegócio - como estratégia do capital internacional em articular a agricultura à indústria, visando a promoção da integração campo-cidade pelo incremento técnico, científico e informacional, a partir da década de 1990 - ocorre paralela à preocupação em legitimar-se socialmente e ocultar os processos perversos constituídos pelo uso de defensivos agrícolas, manutenção da monocultura, concentração fundiária e trabalho escravo. Diante de tal demanda, há o fomento no caráter ideológico, na esfera da reprodução do ser social, tendo a necessidade de uma educação que materialize e difunda a sociabilidade burguesa.

A pretensão do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade coordenada pela organização patronal Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), em se tornar uma referência para os sujeitos do campo, através da oferta de cursos de curta duração voltados para gestão e produção da unidade produtiva e também de serviços de difícil acesso no campo (como aqueles referentes a saúde da mulher), possui, como pano de fundo, a necessidade do agronegócio em constituir aparelhos “privados” de hegemonia que difunda seus ideais e modelo produtivo para a sociedade.

Considerando a funcionalidade da educação neste processo de disputar corações e mentes que, desde 2012, o SENAR oferece a modalidade destinada aos povos do campo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Tal oferta somente foi possível devido às parcerias público-privadas que, no Brasil, vem se consolidando desde a adoção das políticas neoliberais, nos anos 1990.

Apesar das críticas que são feitas, tal parceria é mantida e milhares de jovens do campo são formados anualmente pelo “Pronatec do Senar”, modalidade do Pronatec Campo renomeada pelo SENAR. Questionamo-nos, assim, qual o tipo de educação profissional oferecida nas iniciativas dessa modalidade do programa? Para quais jovens os cursos são destinados? Qual a intencionalidade no investimento de tais iniciativas.

Guiadas por essas inquietações, propomo-nos neste estudo a compreender as intencionalidades da classe dominante ao ofertar programas educativos para a juventude do campo, utilizando como exemplo aqueles

oferecidos pelo Senar, entidade do “Sistema S”, e muito especificamente o Pronatec Senar.

Diante deste cenário de consolidação de projetos educacionais do agronegócio e do aumento gradativo de ações do mesmo nas políticas de educação, questionamos sobre o tipo de formação que está sendo disponibilizado para população do campo, e muito especialmente, para o jovem do campo.

Desta forma, objetivamos traçar um caminho reflexivo sobre a atuação das classes dominantes na educação profissional da juventude do campo, apresentar suas intencionalidades no investimento em projetos educacionais. Para além disso, pretendemos contribuir na luta por uma nova forma de produção agrícola, por um novo projeto para o campo e para seus jovens, por uma Reforma Agrária Popular.

Importante ressaltar que os estudos referentes à Educação Profissional no campo ainda são poucos. Daí a consciência de ser este trabalho uma contribuição inicial e introdutória para o debate da temática no interior das universidades, de modo a também promover a batalha das ideias.

Importante destacar que nossa análise reflexiva foi baseada no método marxista de apreensão da realidade visando a obtenção de um trabalho que fortaleça nossa luta por uma Educação Profissional articulada aos princípios da Educação do Campo.

Para isso, planejamos nosso estudo em quatro etapas principais que aconteceram simultaneamente, iniciando por uma apreensão teórica das principais categorias de análise como Estado, questão agrária, classes dominantes, trabalho, educação do campo, juventude. Uma segunda etapa do trabalho consistiu no levantamento documental visando a reconstrução histórica do PRONATEC Campo e sua parceria com SENAR, além de obtenção de materiais (cartilhas, vídeos institucionais, reportagens) que fomentariam a análise do discurso das classes dominantes em relação a educação profissional e juventude do campo. Nesta etapa, pretendíamos realizar entrevistas com representantes do SENAR visando compreender a perspectiva da instituição acerca do PRONATEC Campo e a importância de investimento na juventude, além de entrevistas com jovens que participaram de

cursos do Pronatec Campo Senar, buscando compreender os impactos de tal em sua visão de mundo e do campo. No entanto, a realização dessas entrevistas foram inviabilizadas dado os curtos prazos para elaboração da dissertação e também pelo momento político de reestruturação de toda a gestão do Governo Federal, dado o processo de Impeachment da presidente eleita Dilma Roussef.

Um terceiro momento foi o estudo e sistematização dos materiais obtidos para, então, realização de uma quarta etapa de diálogo com os movimentos sociais camponeses e de juventude. Consideramos essencial estabelecermos contato com nossos movimentos de origem e também com outros que discutam a temática em foco, visando a socialização e troca de experiências para elaboração do estudo. Daí o permanente diálogo durante e após a realização da dissertação com os setores de educação e produção, além de coletivos de juventude dos movimentos sociais camponeses.

Foram realizados contatos com representantes do MST, CONTAG, coordenação do Pronatec Campo no Ministério do Desenvolvimento Agrário, diretoria do Pronatec Campo da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, professores e jornalistas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e também estudiosas da temática que possibilitaram o acesso a alguns materiais.

Através desses contatos, obtivemos documentos do Ministério da Educação, obtemos o “Termo de referência para contratação de pessoa física consultor por produto”. Sobre materiais de estruturação do Pronatec Campo/Senar, identificamos o investimento na temática sobre empreendedorismo rural e seus princípios na organização dos cursos, incluindo um módulo sobre tal tema em todos os cursos desenvolvidos pelo Senar. Acessamos ao a) manual completo do aluno 2012; b) manual completo do facilitador 2012; c) materiais de treinamento de facilitadores; d) termo de adesão a assistência estudantil; e) tabela de avaliação do aluno; f) formato de lista de presença de alunos; g) modelo de visita técnica; h) apresentação dos objetivos do Pronatec; i) cartilha Pronatec Campo; j) tabelas com transferências de recursos para SENAR de 2012 a 2015. E em relação a documentos provenientes dos movimentos sociais conseguimos o documento político “Propostas de ajuste ao

Pronatec” e o texto “Ressignificações do ensino agrícola” e também “Notas para análise do momento atual da Educação do Campo”, decorrente do Seminário Nacional do Fórum Nacional de Educação do Campo, ocorrido em Brasília, de 15 a 17 de agosto 2012.

Reconhecemos a necessidade e pertinência do uso de outros tantos documentos referentes a temática, mas faz-se necessário ressaltar a nossa dificuldade em acessá-los, fazendo-nos optar pela continuidade do estudo a partir dos documentos disponíveis..

Nossa sistematização acerca dessas quatro etapas de pesquisa foi organizada em três capítulos que buscarão fazer o movimento de caracterizar o cenário cujo Pronatec Senar está submetido, identificar os sujeitos envolvidos para assim, em um terceiro capítulo, compreendermos os projetos em disputa, enfocando naquele coordenado pelas classes dominantes.

Assim, iniciaremos esse estudo analisando o contexto no qual estão sendo disputados os projetos de Educação Profissional. Desta forma, no capítulo um, buscaremos compreender como a dinâmica da luta de classes impacta na constituição desse cenário, seja fomentando processos de consciência de classe, socializando a política e conquistando direitos sociais, materializados em políticas sociais. Para tanto, trabalharemos categorias da teoria do Estado ampliado de Gramsci e configuraremos a sociedade capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, dando destaque para as respostas do capital as crises e o uso da Educação como instrumento de legitimar sua sociabilidade.

No capítulo dois traçaremos o processo do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro situando, assim como seus sujeitos, dando destaque para a CNA e juventude do campo. Importante destacar que a abordagem acerca da juventude rural implica na compreensão acerca da realidade em que é constituída, assim como desafios e potencialidades inerentes a mesma. Dada essa necessidade, baseamos nossos estudos em livros, referências bibliográficas, pesquisas que abordam a especificidade da juventude rural. Sem pretensões de aprofundar a temática, buscaremos introduzir a discussão acerca da juventude do campo de maneira geral.

Neste trabalho, reconhecemos a diversidade existente na constituição da Juventude do Campo, sendo representada pelas Juventude Sem Terra,

Juventude Quilombola, Juventude Ribeirinha, Juventude da Agricultura Tradicional, Juventude Atingida por Barragem. No entanto, nosso maior objetivo é fomentar a reflexão acerca da intencionalidade da classe dominante, muito especificamente àquelas disputadas pelo agronegócio mediante seus projetos educativos.

Para apresentar os projetos em disputa, iniciaremos o terceiro capítulo trazendo a Educação do Campo como conquista dos movimentos do campo e da floresta. Para então, problematizarmos a apropriação do agronegócio das políticas sociais conquistadas pela classe trabalhadora, enfatizando o Pronatec Campo.

CAPÍTULO I – CENÁRIO DE GUERRA: A LUTA DE CLASSES NO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DO ESTADO E CONQUISTA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Quando os dominadores falarem/ falarão também os dominados./ Quem se atreve a dizer: jamais?/ De quem depende a continuação desse domínio?/ De quem depende a sua destruição?/ Igualmente de nós. Os caídos que se levantem!/ Os que estão perdidos que lutem!/ Quem reconhece a situação como pode calar-se?/ Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã./ E o "hoje" nascerá do "jamais". (BRECHT, Elogio à Dialética)

A história das sociedades é a história da luta de classes. Iniciar este capítulo com essa afirmação implica em assumir uma perspectiva de análise cuja centralidade é a ação dos sujeitos sociais. É comum encontrarmos uma historiografia em que a história é traçada de forma linear, acrítica, sem vida e pintada sempre na terceira pessoa. É uma história contada a partir de um viés que desconsidera os processos de lutas e resistências populares.

Iniciar abordando as classes sociais é, portanto, uma afirmação política e científica de que a história é feita por mulheres e homens, mas também um caminho metodológico norteado pela necessidade de escutar, refletir e contribuir para aquilo que nós, classe trabalhadora, sempre falamos mesmo que, por vezes, amordaçados pela sociabilidade burguesa.

Assim, nosso ponto de partida será a apreensão da luta de classes para então compreendermos como a ação humana impacta nas mudanças na sociedade capitalista. Neste item, discutiremos a luta de classes, o processo de consciência, a ampliação do Estado para compreendermos a configuração das políticas sociais e sua configuração no neoliberalismo. Feito isso, buscaremos compreender a maneira como o capitalismo contemporâneo trata às políticas educacionais e a própria juventude.

1.1. A produção e reprodução do ser social: classes sociais e o processo de consciência

Marx & Engels (2002) escrevem a “Ideologia Alemã” no período de 1845 e 1846 objetivando a crítica ao idealismo da filosofia alemã que, embora falasse de consciência e história, possuía um materialismo contemplativo que restringia a mera descrição da aparência, sem de fato impactar na prática historicamente determinada. Diante disso, realizam ao longo dessa obra, um resgate da história enfocando os impactos da ação humana na mesma. Nesta perspectiva, os autores afirmam o papel central da ação dos homens na construção da história trabalhando conceitos como formação da consciência, modos de produção e divisão do trabalho.

Os autores apontam que a primeira condição para a existência humana é a garantia da base material para sua subsistência. Isso porque a natureza, com toda sua diversidade biológica e animal, não possibilita ao homem a supressão de todas suas necessidades de imediato. A existência de uma necessidade concreta propulsiona o homem a pensar maneiras de transformar a natureza para supri-la, propulsionando a realizar trabalho. A potencialidade humana em projetar e dar intencionalidade a suas ações diferencia o homem das demais espécies, já que essas realizam suas atividades motivadas pelo instinto e são incapazes de refletir sobre os impactos das mesmas. Segundo Marx (1983),

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza,..., Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao que tem de subordinar sua vontade (Marx, 1983, p. 36-37)

Ainda sobre a relação homem-natureza, a capacidade humana de compreender o ambiente do qual faz parte, em sua totalidade, possibilita aos

homens o primeiro ato histórico de estabelecer uma relação consciente com a natureza, comportamento que os animais não possuem diante da última.

A capacidade humana em projetar suas ações, também conhecida como teleologia (estudos das finalidades), garante ao mesmo a possibilidade de modificar o ambiente onde vive de forma reflexiva a partir de suas necessidades. Porém, o próprio reconhecimento das necessidades humanas, assim como dos meios para nela intervir, exige do homem uma apreensão e investigação constante acerca da totalidade.

Desta forma, o processo teleológico está intrinsecamente relacionado ao movimento real da história, cumprindo papel imprescindível na materialização do trabalho e garantindo ao mesmo a subjetividade necessária para que seja caracterizado como uma atividade tipicamente humana. Portanto, a teleologia funda a especificidade do ser social tornando a consciência humana como uma atividade autogovernada, não mais uma mera adaptação do meio ambiente.

Esta relação teleologia e materialidade permite ao homem repensar constantemente suas ações e deparar-se com êxitos e falhas na obtenção de seus objetivos. O produto do trabalho é tido como a objetivação do sujeito em que é possível reconhecer-se e transforma tanto a natureza como o próprio objeto.

O reconhecimento de um produto como resultado da teleologia associada ao trabalho do sujeito, propulsiona ao homem se reconhecer como sujeito da história capaz de modificá-la. A reflexão sobre esta objetivação incentiva-o a pensar formas de aperfeiçoamento para o produto de seu trabalho, possibilitando a percepção de novas necessidades e formas de satisfação que resultam na ampliação das capacidades humano-genéricas. Estas capacidades e habilidades que o homem desenvolve ao longo da história são consideradas como “riqueza humana”.

A medida que o trabalho torna-se essencialmente social, ou seja, dependente da cooperação de muitas pessoas, faz-se necessário o convencimento de outros seres sociais a praticarem determinados atos teleológicos. O homem em contato com outros homens, ou seja, construindo relações sociais, cria novas necessidades relacionadas a interação humana, e destinadas a reprodução do ser social.

Assim, a partir da capacidade humana em dar intencionalidade a suas ações, o homem é capaz de realizar objetivações que produzem as condições objetivas e subjetivas para sua existência, tais como a comunicação, o direito, a cultura, a educação. Logo, em um primeiro momento, a esfera da produção determina a reprodução social que, com a complexificação das relações sociais, acaba ocorrendo uma reciprocidade, de modo que a esfera da reprodução poderá contribuir para a manutenção, legitimação de um determinado modo de produção.

A maneira como os indivíduos produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir [...] ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como eles produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.”
(MARX & ENGELS, 2002, p.11)

Dada esta relação entre as ideias de uma época com sua forma de produção, é necessário abordar sobre a divisão social do trabalho como determinante na divisão entre quem produz e aquele que se apropria da riqueza produzida. Para Marx & Engels (2002), a divisão do trabalho é tida como fator que justifica a separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e trabalho agrícola e sua consequente divisão entre cidade e campo, assim como a oposição de seus interesses. Também tal divisão que legitima a separação entre o trabalho intelectual do manual e o desenvolvimento de outras subdivisões entre os indivíduos, definindo para cada sujeito um papel na divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho só se efetiva enquanto tal quando ocorre a separação entre o trabalho intelectual e o manual, em que o gozo e o trabalho, a produção e o consumo são destinados a diferentes indivíduos. A depender do modo de produção se configurará as distintas formas de divisão do trabalho. Nas sociedades primitivas, por exemplo, o homem sentia-se dominado pela natureza sem dimensionar suas potencialidades em transformá-la. Ao

compreender sua possibilidade em realizar trabalho, inicia a satisfazer suas necessidade básicas e também a complexificá-las. Diante da produção de excedente e da apropriação desse apenas por uma parte da comunidade, inicia-se a divisão do trabalho. Marx & Engels (2002) explicam que

enquanto a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se transforma para ele em força estranha, que a ele se opõe e se subjugam, em vez de ser por ele dominadas. Com efeito, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir; ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim se não quiser perder seus meios de sobrevivência; ao passo que, na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel-prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico.” (MARX&ENGELS, 2002, p. 28-29)

Já na no modo de produção capitalista, a potencialidade criativa do trabalho (responsável pela criação de valor) é limitada por sua submissão ao comando do capital e pela caracterização de relações de exploração entre trabalhador e capitalista, em que o primeiro, expropriado dos meios de produção, tem a venda da força de trabalho como único meio de subsistência. Esta divisão entre os que trabalham e aqueles que se apropriam da riqueza configura a divisão do trabalho neste modo de produção e, também, na forma como esses sujeitos serão formados.

Este processo fomenta processos de alienação em que há o estranhamento do trabalhador diante da objetivação de seu trabalho, alienando-se de sua relação com a natureza. Constituindo um objeto estranho ao seu produtor, gradualmente, o trabalho é convertido a mero meio de vida, alienando-se de si próprio. O não reconhecimento do produto oriundo do seu trabalho e da limitação de tal como fonte de renda, o homem aliena-se daquilo que o humaniza e o aproxima do gênero humano.

A alienação do trabalho associada a expropriação dos meios de produção do trabalhador propulsiona o surgimento das classes sociais. Esta

estratificação social em classes é decorrente de uma dimensão econômica, de modo que, diferentemente das castas e estamentos, questões hereditárias, privilégios especiais pertencem a identificação classista, mas não é tão determinante como o local em que o indivíduo está produção da riqueza.

Desta forma, a existência real do indivíduo está determinada pelo local que ocupa na divisão do trabalho. São, portanto, indivíduos determinados não como as representações que aparecem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem, mas a partir de sua existência real, de como trabalham e produzem materialmente (MARX&ENGELS, 2002, p. 18)

A definição de classes sociais perpassa a compreensão acerca das complexas categorias de capital e trabalho, as quais iremos caracterizar neste trabalho sem pretensões de aprofundá-las. Capital é a categoria específica, portanto, explicativa do modo de produção capitalista que permite defini-lo e qualifica-lo. Deve ser compreendida mediante suas dimensões de determinação econômico-política e da relação social determinada.

Em “O capital”, Marx define tal categoria como decorrente do processo de valorização da mercadoria, ou seja, da extração da mais-valia do trabalhador que produz valor superior ao inicial. Esse processo é responsável em determinar econômica e politicamente os sujeitos envolvidos, transformando o possuidor dos meios de produção em capitalista e o produtor direto em trabalhador.

Cria-se uma relação de dependência em que a sobrevivência do trabalhador, possuidor da força de trabalho e responsável pela produção da mais-valia, depende da venda de sua força de trabalho e o capitalista, em contrapartida, necessita comprá-la para garantir a valorização de suas mercadorias.

Duriguetto & Montañó (2007) apontam que a conceituação de classe social é anterior às obras marxistas, desde os economistas políticos clássicos ingleses até os socialistas utópicos franceses, de modo que Adam Smith define classe baseando-se na função econômica (classe agrária, industrial e assalariada), Saint Simon divide a sociedade em classe industrial e ociosa e Phoudhon coloca a propriedade como origem da divisão social de classes.

Desenvolvendo uma oposição a Marx, Max Weber define classe social a partir da riqueza, do prestígio e do poder, sendo que, neste último, a delimitação classista dá-se pelo acesso ao consumo no mercado, através da capacidade de consumo, caracterizando a classe a partir do poder aquisitivo.

Em Marx, não há um estudo sistemático para definição das classes, mas uma caracterização das mesmas a partir da análise marxista do movimento histórico da realidade na qual se estava inserido. Em “O Manifesto do Partido Comunista” há uma dicotomização das classes em proletários e burgueses, o que é ampliado nas obras “O Dezoito Brumário”, em que o autor amplia e heterogeneiza as classes, e em “As lutas de classe na França”, quando trata das classes em processo de oposição e lutas.

Marx em “O Manifesto do Partido Comunista”, observa a tendência a polarização social em duas classes de modo que as diversas frações de classe tendem a aglutinar-se em torno ou da classe trabalhadora ou da classe burguesa por serem a representação da especificidade do modo de produção capitalista de separar o trabalho dos meios de produção e apropriação da riqueza.

Em “As lutas de classe na França” e “O Dezoito Brumário”, Marx reconhece a diversidade de classes para além das duas fundamentais ao afirmar que a constituição real da sociedade não poderia consistir apenas na divisão entre classe dos trabalhadores e dos capitalistas industriais.

Assim embora a classe dominante tenha sido definida em “O Manifesto Comunista” como a classe dos proprietários dos meios de produção que empregam trabalho assalariado, Duriguetto & Montañó (2007, p. 92) destacam que a conformação da classe burguesa moderna dá-se por sua heterogeneização, sendo composta pelos “proprietários de terras (capital fundiário, cuja remuneração é renda fundiária), dos meios de produção (capital industrial, cuja renda é o lucro, enraizado na apropriação da mais-valia), dos meios de consumo (capital comercial, com a renda do lucro comercial, sustentado na diferença de preço de compra e venda das mercadorias) e das instituições de intermediação financeira (capital bancário, cuja renda é composta pelos juros). É importante destacar que um mesmo capitalista pode

estar envolvido, simultaneamente, em diversas formas de materialização do capital.

Importante frisar Cada forma de materialização do capital possui uma lógica interna peculiar que está envolta de interesses específicos, podendo estar de encontro com os interesses de outras frações da classe capitalista. No entanto, por mais diversa que seja, essa classe burguesa é sustentada pela apropriação da riqueza produzida pelo trabalho alheio, apropriação da mais-valia (responsável pelo processo de valorização) e capaz de unificar-se quando tal fundamento é colocado em xeque

Da mesma forma, a classe trabalhadora envolve desde os trabalhadores do chão da fábrica, trabalhadores rurais, aos dos setores de serviço, trabalhadores autônomos, funcionários de organizações civis, sendo o elemento fundante desta classe a posse da força de trabalho como fonte de renda.

Já o lumpesinato é descrito por Marx em “O dezoito Brumário” como a massa indefinida, despossuída de consciência política, sendo maleável pela classe dirigente, podendo também desenvolver ações de resistência aos padrões de sociabilidade, mesmo que com caráter pouco revolucionário.

A definição de classes como uma categoria dialética e em movimento que é fundada a partir do modo de produção e das relações desencadeadas entre as classes fundantes, sabendo que assume características diferenciadas dependendo do contexto histórico em que é inserida. Assim, as classes são grupos humanos definidos a partir do lugar que os sujeitos ocupam no processo produtivo e na divisão social do trabalho, caracterizando-se não pela capacidade de consumo, mas pela função e papel social desempenhado na produção da riqueza.

Ainda a partir de Marx, Duriguetto & Montañó (2007) apresentam o tipo de propriedade, as relações de produção e as formas de enfrentamento como elementos determinantes na definição de uma classe. (MARX 1980, 3, V. vi, cap. LII, p. 1012)

Acerca do tipo de propriedade, eles afirmam haver três tipos de propriedade: propriedade da força de trabalho, dos meios de produção e da terra que representam para Marx respectivamente a classe trabalhadora,

classe burguesa e a classe proprietária de terra que referem-se a um tipo de remuneração ou renda: salário, lucro e renda fundiária.

Neste sentido, Duriguetto & Montaño (2007) clarificam que não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no processo produtivo que determina a renda dos indivíduos de classe. Necessário superar o equívoco em considerar classe social como sinônimo de poder aquisitivo, diferenciando setor socioeconômico, definido na esfera do mercado, de classe social definida na esfera da produção.

Com a fusão da classe fundiária com a classe burguesa dá-se início à constituição de uma única classe que pelo movimento da história vai se tornando complexa e heterogênea, ligando capital fundiário, capital financeiro, capital comercial, capital produtivo ou industrial.

Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proprietários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir” (MARX & ENGELS, 1998, p. 4 *apud* DURIGUETTO & MONTAÑO, 2007, p 88)

Já no que se refere às relações de produção estabelecidas que possibilitam a personificação das classes, conforme já falamos, Marx (1983) coloca que os homens estabelecem relações determinadas que não correspondem a sua vontade, mas aquelas que caracterizam o desenvolvimento das forças produtivas materiais em dado momento histórico.

Sendo determinante para a existência do modo de produção capitalista, a separação entre os meios de produção e a força de trabalho, estabelece-se, assim, a necessária relação salarial e de exploração entre trabalhador e capitalista que fomenta a concentração da riqueza e o pauperismo.

No entanto, esta dimensão objetiva das classes não é suficiente para a identificação classista. Por esta razão, sua subjetividade, a forma como elas se percebem e são socialmente constituídas é de suma importância para compreender seus enfrentamentos.

A experiência vivida, atrelada a percepção de sua realidade, do tipo de propriedade e das relações produtivas existentes fomentam o processo de formação de uma consciência a respeito da situação vivenciada que tem grande potencial em desencadear em uma organização coletiva dos sujeitos com interesses comuns, caracterizando as formas de enfrentamento que também definem os sujeitos de uma classe. “A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é linguagem da vida real” (MARX & ENGELS, 2002, p. 18)

E é exatamente esta percepção e a sua conseqüente organização que acentua o processo de constituição da consciência. Em um primeiro momento, revela-se através da organização política em prol de interesses corporativos relacionados apenas àquela fração de classe. A vivência com outros sujeitos, a formação política possibilita que, gradualmente, interesses econômicos sejam complementados por outros com abrangência para toda classe. A consciência, desta forma, é determinada pela vida.

não tem história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhe é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX&ENGELS, 2002, p. 20)

Em termos marxistas, a constituição das classes descrita acima dá-se através das dimensões de “classe em si” e de “classe para si”. A primeira refere-se a existência de um grupo de pessoas que vivenciam as mesmas situações econômicas e inserção na esfera produtiva. Trata-se da existência da classe, não significando imaturidade, mas uma dimensão de sua constituição.

A “classe para si” é uma possibilidade na constituição das classes em que essa está consciente de seus interesses, inimigos e se organizando para luta reivindicatória, mesmo que ainda corporativa. Não representam, no entanto, dimensões estanques do processo de consciência, ao contrário, são dialéticos e estão em movimento.

A transição de “classe em si” para “classe para si” é compreendida por Gramsci através do movimento ocorrido entre “senso comum” e “bom senso”. Descrito pelo autor como catarse, a transição do senso comum para o bom senso ocorre pela superação do imediato, em que há o movimento de transição do econômico-corporativo para o ético-político.

Esta transição ocorre mediante a percepção da realidade, a organização coletiva de modo a compreender que os interesses imediatos, por mais importantes que sejam, limitam-se a sociedade capitalista, colocando a necessidade de criação de um projeto de sociedade que englobe a produção e reprodução para se manter o domínio da sociedade.

Este processo da política em sua esfera ampla é capaz de criar o sujeito coletivo consciente da história, ou seja, é ela que prepara esta classe para ação (é possível também agir no imediato, mas não implicando em uma transformação societária) É essa dimensão ampla da política que permite o surgimento de uma classe nacional que tenha como perspectiva os interesses nacionais ou hegemônicos de modo a se tornar classe dirigente.

Dada a configuração da burguesia enquanto classe dominante desde a gênese do capitalismo, essa vivenciou a ampliação dos interesses econômico-corporativos antes da classe trabalhadora, gerando a preocupação em se criar formas de produção e reprodução da burguesia. Fomenta-se os aparelhos “privados” de hegemonia que favoreçam a consolidação de um modo de produção, um modo de pensar, uma sociabilidade burguesa, uma cultura burguesa.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que tem uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são portanto as ideias dominantes de sua época. (MARX&ENGELS, 2002, p. 48-49)

Sendo assim, apesar de sua diversidade, as classes, em destaque as frações da classe burguesa, possuem a capacidade de união de forças em

momentos cujo interesse primordial da mesma é colocada em xeque. Diante desta nova estrutura de classes, há certo desenvolvimento da consciência de classe, que possibilita a percepção de que a garantia do poderio, a defesa de determinado projeto perpassa processos de organização política, seja através de associações, organizações, sindicatos ou partidos.

1.2. Teoria do Estado ampliado, políticas sociais e neoliberalismo

O despertar da consciência de classe e a organização política das mesmas foi um processo decorrente da socialização da política, da maior organização das classes em aparelhos “privados” de hegemonia para disputar projetos distintos de sociedade. Diante de uma sociedade civil mais politizada, organizada, esta passa a exigir maior participação nas decisões do Estado, gerando uma ampliação do mesmo. Em outras palavras, a luta de classes propulsiona diretamente a formação e as características do Estado. Para fomentar a compreensão desse processo, resgataremos o pensamento gramsciano

No caderno 22, no texto “Americanismo e Fordismo”, o autor reconhece que a essência da sociedade capitalista fora desenvolvida nos estudos de Marx, Engels e Lenin, colocando a necessidade de apreender os novos elementos determinantes no capitalismo monopolista, além de ressaltar que uma classe que não se reconhece no mundo econômico, não se reconhece no mundo da política.

A definição da política dá-se na relação com a economia em um processo dialético de ser impactada e impactar mutuamente. Para além do cenário político partidário, o cenário da política é o espaço de disputa de interesses dos diferenciados projetos societários e diante do antagonismo e da correlação de forças existentes na sociedade civil e na busca da hegemonia, o que envolve processos de coerção e consenso.

A política sempre existiu, mas, para Gramsci (2011), ela possui lugar de destaque na compreensão das mudanças substantivas da sociedade capitalista no século XX. A partir deste princípio, Gramsci (2011) generaliza a constatação da existência de governados e governantes, dirigentes e dirigidos para toda ciência da política, apontando a necessidade de compreender esta realidade para possibilitar a manutenção ou superação do modo de produção vigente.

Para Gramsci, a relação entre política e economia não se dá mais de forma direta de modo que ganhos ou perdas em um dos setores refletiam diretamente no outro. Gramsci, fala que, com a socialização da política, existe a mediação da sociedade civil dada pela complexificação da política. Logo, o que é dirigente na economia não será, necessariamente na sociedade política.

Para alcançar a dimensão da política enquanto esfera constitutiva do ser social, esta ultrapassa os limites do Estado *strictu sensu* chegando na sociedade. Isso não representa uma perda de poder da sociedade política, mas uma complexificação das lutas de classes. Nesta ampliação do Estado, torna-se essencial o equilíbrio - não referindo-se a igualdade, mas um movimento em que todos os pólos vão colocando seus pontos de vista – entre sociedade civil e política

A partir desta perspectiva, Gramsci (2011) apresenta uma nova teoria marxista do Estado, da política e da revolução que avança nos debates realizados por Marx, Engels e Lenin trazendo o elemento da política para a luta de classes. Lenin já discutira a esfera da política, enfocando-se na estrutura burocrática e repressiva do Estado, sendo a novidade em Gramsci as possibilidades discutidas de luta no interior do Estado e a configuração de uma relação equilibrada, que vai se equilibrando, entre sociedade política e sociedade civil, muito devido ao momento que o autor vivenciava. Apresenta, portanto, novos elementos para a teoria marxista do Estado, da política e da revolução sem abandonar as análises marxianas e a luta de classes.

Suas formulações acerca do Estado de classe trazem elementos acerca da ampliação do Estado nas sociedades contemporâneas. Para tanto, Gramsci (2011) coloca que, em articulação com os aparelhos administrativos, repressivos e burocráticos do Estado (aparelhos que Estado sempre teve, mesmo em seu conceito restrito), constituindo a sociedade política, existem

também os aparelhos “privados” de hegemonia constitutivos da sociedade civil, tida como a esfera da disputa de projetos.

A relação entre sociedade política e sociedade civil é definida de acordo com a formação e desenvolvimento social, podendo ser denominadas como sociedade ocidental ou oriental, a depender da relação entre sociedade política e civil. Assim, denomina-se sociedade ocidental aquela cuja sociedade civil está mais consolidada e sociedade oriental a que possui uma sociedade civil frágil e com maior dependência da sociedade política. Para uma tem-se, respectivamente, a guerra de posição e a guerra de movimento como estratégias revolucionárias. A seguir, vamos trabalhar essas categorias dada a importância dessas para compreensão da teoria do Estado Ampliado de Gramsci e a pertinência para o estudo que pretendemos aqui fazer.

Nas sociedades de perfil oriental, havia uma relação direta entre sociedade econômica e sociedade política, bastando a última a existência de uma estrutura administrativa, burocrático e repressiva para manutenção do poder. Neste contexto, há uma fragilidade na sociedade civil uma vez que há pouco desenvolvimento organizativo da classe trabalhadora, dado o nível de formação política e consciência de classe, fato que facilita a dominação e justifica a caracterização da sociedade política como espaço de dominação da classe burguesa. Daí a importância de forjar processos de formação política que fortaleçam a classe trabalhadora e fomentem seu processo de consciência de classe.

O surgimento do capitalismo monopolista, durante os séculos XIX e XX, baseia-se em um processo de concentração e centralização do capital que fomenta a configuração de ações voltadas à especulação. Este cenário complexifica as relações econômicas, repercutindo nas formas de constituição das classes, que se apresentam mais diversificadas.

A consolidação da experiência da URSS, apesar de todas suas problemáticas, é elemento importante no processo de ampliação estatal e tensionamento da sociedade política. Para o autor italiano, a sociedade civil representa um salto ético-político das classes que passam a compreender a necessidade de se organizarem, mesmo que, primeiramente, por interesses econômico corporativos. Esse salto ético político indica um amadurecimento de

classes que viabiliza a formulação de projetos. A sociedade civil é o local da pluralidade onde se constrói projetos ético-políticos para a sociedade, caracterizando-se como espaço de disputa de projetos.

Como espaço de tensão, a sociedade civil é constituída por aparelhos “privados”¹ de hegemonia que são instrumentos políticos que disputam a direção da sociedade, a direção de determinado projeto. A partir da complexificação da sociedade civil (que podemos considerar como a socialização da política, o desenvolvimento da consciência de classe) o poder passa a também compor esta esfera, sendo representado pela hegemonia, que é direção e envolve o convencimento, logo, a esfera da cultura.

Gramsci destaca que a interrelação entre sociedade econômica - sociedade civil - sociedade econômica possibilita que, em sociedades ocidentais, o poder originado da sociedade política tenha base e surgimento na sociedade civil, o que coloca a necessidade da conquista da direção ser anterior ao processo de dominação e que, quando dominante, torna essencial a busca constante pela hegemonia.

Esta nova relação entre sociedade econômica e sociedade civil provoca mudanças significativas na estruturação da sociedade, não representando uma substituição da economia pela política. Da mesma forma, não existe, em Gramsci, a ideia da centralidade da sociedade política, apesar de algumas leituras gramscianas apontarem tal constatação.

Nesta nova relação entre economia e política é importante destacar que a sociedade política e a sociedade civil não produzem a economia, mas incorporam sua dinâmica, configurando com elementos da política. Assim, o Estado é a expressão da situação econômica, colocando, no nível da política, o mundo econômico e podendo ser considerado como um agente e interventor econômico.

Entre o mundo econômico e sua expressão estatal, referindo-se a sociedade política, pode existir uma relação menos imediata diante do

¹ A adjetivação “privados” aparece em parêntese para referir-se ao caráter não obrigatório de participação nos aparelhos característicos da sociedade civil, constituindo em uma adesão voluntária.

desenvolvimento das classes nas sociedades orientais, o que leva Gramsci a falar em autonomia da política. Tal autonomia vigora em situações de crise econômica em que o Estado, enquanto sujeito em si, tem a possibilidade de camuflar a mesma.

Nos “Cadernos do Cárcere”, Gramsci afirma ser o Estado a forma concreta de um determinado mundo econômico, mas não derivada de um esquemismo simples. Os interesses provenientes do mundo econômico estão diluídos no Estado, sociedade civil e política, cabendo aos intelectuais promoverem a disputa de interesses. A permanente difusão da ideia de separação entre economia e política dá-se intencionalmente, visando a manutenção da ordem, situação essa que o autor critica de forma veemente, não representando uma distinção orgânica.

Nas sociedades orientais, a sociedade política é o espaço de organização e dominação da classe dominante enquanto a sociedade civil é primitiva e gelatinosa, não podendo realizar o equilíbrio junto à sociedade política. Gramsci não fala da inexistência da sociedade civil no Oriente, ao contrário, reconhece suas capacidades não desenvolvidas. No interior da sociedade política, os aparatos administrativos, burocráticos e coercitivos são muito mais atuantes. Alguns autores consideram o Oriente como as sociedades de capitalismo tardio.

Nas sociedades orientais, havia uma relação direta entre a sociedade econômica e sociedade política, mas Gramsci fala que, com a complexidade societária, entra um elemento diferenciado que ele denomina como sociedade civil. Foi a observação dialética de sua realidade que propulsionaram a Gramsci complexificar o termo “sociedade civil” de modo a não mais corresponder literalmente com as definições de Marx. Enquanto para Marx, a sociedade civil era correspondente a sociedade econômica, para o autor italiano, ela passa a significar o espaço de organização das classes que, oriundas na sociedade econômica, passam a pressionar e questionar a sociedade política.

As sociedades ocidentais são constituídas por relações equilibradas entre sociedade política e sociedade civil, não referindo-se a igualdade ou inércia. Nestas, o Estado é uma trincheira avançada baseada em uma

infinidade de fortalezas (instrumentos de defesa) e casamatas (instrumentos de ataque) (GRAMSCI 2011, p. 297). Aparentemente, a concentração de poder está na sociedade política. Este Estado baseia-se num projeto e em seu caráter de classe, estando alicerçado em outros organismos de modo que a ruptura com o mesmo depende da identificação de suas bases. Deste modo, não se trata de um ajuntamento entre sociedade política e sociedade civil, mas uma articulação entre elas, relação equilibrada com a hegemonia do Estado.

Configura-se uma sociedade mais complexa porque a sociedade política representa uma dominação que necessita da direção existente na sociedade civil, sendo marcada por relações de coerção e consenso. Uma classe que deseja ser dominante, primeiramente precisa ser direção, ser hegemônica na sociedade civil e só então poderá ter condições para dominar na sociedade política.

A hegemonia refere-se a um projeto coletivo em torno do qual pessoas, partidos ou movimentos sociais se organizam. O alcance do consenso envolve elementos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, sociais, tendo, portanto, diferentes elementos de constituição, sendo a conquista hegemônica uma evidência de maturidade e estruturação necessária para a dominação da sociedade.

Desta forma, o Estado ampliado é composto pela articulação entre sociedade política e sociedade civil, não em uma soma. Também não convém pensar que toda sociedade civil é progressista e a sociedade política é sempre conservadora. Há uma série de lutas travadas no interior da sociedade política no que se refere às lutas institucionais no âmbito das políticas sociais. O que tem hegemonia na sociedade civil é o projeto societário.

Caracterizadas as sociedades ocidentais e orientais, faz-se necessário compreender o viés revolucionário. A tomada do poder caracterizada por seu caráter explosivo é chamada por Gramsci como guerra de movimento, marcadamente na sociedade oriental. Na sociedade ocidental, a tomada de poder não se dá pela tomada da sociedade política, uma vez que o poder constituído nesse é alicerçado por um bloco histórico. Nesta configuração, surge outra tática revolucionária a qual o autor chama de guerra de posição,

momento de acúmulo de forças durante a luta política. É uma estratégia necessária para a conquista da hegemonia.

Esta conquista da hegemonia perpassa por processos de convencimento e criação de consenso no qual os intelectuais (categoria gramsciana que melhor trabalharemos no terceiro capítulo) possuem grande importância, assim como a compreensão do pertencimento de classe deste também possui. Daí a necessidade de criação de aparelhos “privados” de hegemonia que garantam tal no seio da sociedade.

A necessidade de conquistar o consenso como condição “sine qua non” da dominação impõe a criação e/ ou a renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E essa independência material – base da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente “a sociedade civil” como uma esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1995, p. 55)

Logo, a unidade dialética da sociedade civil e política dá-se através da necessidade de conter aqueles não consentem e também garantir a direção para os que apoiam. Gramsci explicita que

A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como “dominação” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (GRAMSCI, 1968 *apud* COUTINHO, 1995, p. 57)

Coutinho (1995) explica que as funções de consenso e coerção estarão presentes em qualquer Estado moderno, de modo que o fortalecimento ou não de uma das esferas se dará dependendo do grau de autonomia das esferas e também do nível de consenso que determinado projeto possui. Tal ampliação no conceito de Estado impacta diretamente na compreensão de Gramsci acerca da revolução, o que é traduzida na diferenciação que o mesmo faz acerca das sociedades orientais e ocidentais, cujo processo revolucionário dar-

se-á pela predominância de uma guerra de movimento, marcada ou posição, respectivamente.

Este processo de ampliação do Estado está relacionado a politização da política, conforme discutimos anteriormente, colocando a sociedade civil como espaço da organização coletiva, disputa de projetos societários diferenciados e luta pela hegemonia.

O desenvolvimento do processo de “consciência em si” da classe trabalhadora favorecido pela percepção das condições de exploração e da organização trabalhista, fomenta a constituição de um projeto de sociedade voltada para os interesses dos trabalhadores. Tal projeto, embora heterogêneo e em constante construção, tem na conquista por direitos políticos e sociais um grande avanço em busca da democracia e cidadania. Segundo Coutinho (1997), esses dois termos são sinônimos uma vez que ambos são “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a *participação ativa* na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social (COUTINHO, 1997, p. 145) [grifos nossos].

Sendo assim, democracia é o movimento de reapropriação protagonizado pelos expropriados dos bens por eles mesmos produzidos, de modo a refletir, modificar, criar, decidir o destino de tais bens, sendo uma tentativa de superação da alienação na esfera política, conforme autor.

Conforme o autor, na modernidade, a democracia sempre remete aos direitos individuais, aqueles que Marshall² denomina como direitos civis e que tem origem nos direitos naturais do homem, descritos por Locke, principal teórico da Revolução Gloriosa. Esses consistiam nos direitos que os homens possuíam desde seu nascimento e englobava, principalmente, o direito à propriedade que incluía bens materiais, a vida e a liberdade, ou seja, direitos que deveriam ser usufruídos na esfera privada.

Neste contexto, há constituição de um Estado mediante um contrato entre “cidadãos” cuja função é a defesa da propriedade, isenta de intervenção estatal e utilizando-se da coerção, se necessário. Essa configuração é tipicamente

² O sociólogo britânico T. H. Marshall deu uma importante contribuição para a compreensão histórica da cidadania, em seu ensaio “Cidadania e Classe Social” em que define os três níveis de direitos de cidadania iniciando pela obtenção dos direitos civis, posteriormente pelos direitos políticos e depois os direitos sociais

característica de um Estado restrito, a partir da compreensão gramsciana abordada anteriormente.

Coutinho (1997), no entanto, questiona a ideia da existência de direitos naturais uma vez que esses são resultado de um processo histórico de reivindicação para a positivação do mesmo. Para ele, “os direitos tem sempre sua primeira expressão sob a forma de expectativa de direito, ou seja de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais” (COUTINHO, 1997, p. 148).

Tem-se aí um dos grandes equívocos, segundo o autor, em caracterizar a democracia como uma construção burguesa quando, na verdade, os direitos foram institucionalizados mediante a reivindicação da classe trabalhadora. Assim, foi na regulamentação da jornada de trabalho, na universalização do sufrágio universal. Desta forma, tomamos como norteador a noção de que a cidadania, assim, possui um caráter eminentemente histórico.

No entanto, mesmo com limitação de seu enfoque no indivíduo, os direitos civis são essenciais para a conquista de uma cidadania plena, para o salto qualitativo da universalização dos direitos civis em que todos possam usufruir dos frutos do próprio trabalho, de modo que a propriedade não seja privilégio de uma minoria apenas.

Os direitos políticos recebem destaque neste processo muito devido sua funcionalidade de envolver os sujeitos na construção de governo, da política. Referem-se aos direitos de votar e ser votado (sufrágio universal), mas também de organizar-se politicamente, articular organismos representativos com outros organismos de base.

Embora considerado por Marshall como o último a ser conquistado, os direitos sociais possibilitam uma participação mínima na riqueza social e espiritual produzida. No mundo moderno, cuja sociabilidade burguesa já é predominante, tais direitos são analisados como ode a preguiça e uma forma de fomentar a tutela ao Estado. Caracteriza-se como uma resistência em sua legitimação muito devido sua potencialidade em atingir a distribuição da riqueza, em interferir na destinação da mais-valia.

Por esta razão que a consolidação de direitos sociais nunca fora uma prioridade da burguesia, mas uma reivindicação constante dos trabalhadores. A

positivação, no entanto, de tais direitos não implica na direta efetivação sendo imprescindível a luta, a inserção dos sujeitos coletivos para a materialização dos mesmos em políticas sociais.

Behring & Boschetti (2007) resgatam os fatores determinantes para o surgimento da política social, assim como suas configurações a partir das perspectivas teóricas adotadas e de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a organização política das classes. Para elas, as políticas sociais surgem na articulação dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial impactados pela ação das lutas de classe e desenvolvimento da intervenção estatal, ocorrendo sua generalização na Europa pós Segunda Guerra Mundial (1940-1945).

Apesar da impossibilidade de indicar com precisão o surgimento das políticas sociais, apontam as responsabilidades sociais ocorridas nas sociedade pré-capitalistas para garantir a ordem social e punir a vagabundagem como protoformas dessas políticas. Citamos abaixo, parte da obra de Castells (1998) utilizada pelas autoras para caracterizar tal período:

[...] tinham alguns fundamentos comuns: estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos” (CASTELLS, 1998, p. 99 *apud* BEHRING&BOSCHETTI, 2007, p. 48)

Estas ações eram regulamentadas por um conjunto de legislações promulgadas visando manter a ordem das castas e impedir a livre circulação da força de trabalho, garantindo auxílios mínimos mediante uma seleção restritiva que visava eleger os “pobres merecedores”.

Na consolidação do capitalismo, existe uma desconsideração até mesmo dessas legislações pré-capitalistas, sendo que seu conteúdo seria retomado apenas nas reivindicações pela jornada normal de trabalho, já que, como Coutinho (2007), apontou, os direitos sociais impactam diretamente na distribuição da mais-valia.

Behring & Boschetti (2007) reitera, tal como Coutinho (1997), o caráter eminentemente histórico das políticas sociais, sendo fruto das formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo, fundamentada nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. É a luta de classes que expõe e questiona a questão social ao problematizar a jornada de trabalho, a pleitear melhores salários, tendo como resposta a coerção e algumas concessões por parte da burguesia.

Fato disso, foi a importância do conflito civil gerado pelo movimento operário nas lutas de 1848 para definição legal da jornada de trabalho de 10 horas. Sobre esse momento, Netto & Braz (2008), consideram tal momento como essencial para a elevação da luta de classes a um novo patamar, uma vez que superada a derrota de 1848, os trabalhadores começam a ser organizar em nível internacional, a partir dos anos 1860 - Associação Internacional do Trabalhadores (1864-1876) e a Internacional Socialista – e nacionalmente através dos partidos políticos operários. Assim,

a dolorosa experiência de 1848 contribuiu decisivamente para converter o operariado de “classe em si” em “classe para si”, situando-o como o sujeito revolucionário potencialmente capaz para promover a transformação da ordem burguesa numa sociedade sem exploração (BRAZ & NETTO, 2008, p. 174-175)

Esta mobilização e organização da classe trabalhadora associada a decadência ideológica da burguesia liberal foram determinante para as mudanças ocorridas no Estado, no final do século XIX e início do século XX, e também para a conquista dos direitos políticos (sufrágio universal na Europa ocorre no século XX) e direitos sociais. Essa conquista essa que se insere nas modificações de segmentos capitalistas mais lúcida que compreenderam a ineficácia de respostas amplamente coercitivas ao movimento operário. Como já dito, era a luta de classes ampliado o Estado.

Behring & Boschetti (2007) afirmam que existe um consenso por parte dos estudiosos da política social que sua generalização dá-se no final do século XIX quando as ações estatais em termos de ações sociais é realizada de forma mais ampla e obrigatória, quando há a ampliação do Estado em que a

coerção deixa de ser a única forma de resposta a organização da sociedade civil.

O processo de instituição de Estado do Bem Estar Social (EBES) não deu-se apenas mediante a existência de algumas medidas de regulação pública. Segundo as autoras, a implementação da lógica do Seguro Social na Alemanha, a partir de 1883, assim como o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação do liberalismo foram essenciais para a constituição do EBES.

O individualismo liberal analisa a sociedade como a soma das ações individuais, concebidas a partir da racionalidade e que possuam eficiência ao relacionar fins e meios. Desta forma, o homem seria capaz de, mediante ações individuais, promover o interesse do coletivo. Isso porque a partir do naturalismo, outro elemento fundante do liberalismo, o homem tenderia - naturalmente, pelas leis da natureza - o bem coletivo motivado pela preservação da propriedade e liberdade. A conciliação entre esses elementos permitiria o progresso liberal, com traços iluministas, sustentado pelo ideário de uma ciência neutra baseada na razão e na capacidade de sinalizar os caminhos para o desenvolvimento.

A sustentação do liberalismo é enfraquecida, primeiramente, pelo crescimento do movimento operário e a entrada do mesmo em espaços importantes como o parlamento. A Revolução de 1917, na Rússia, possui destaque importante por representar a primeira revolução do século XX dos ideais socialista, oferecendo maior credibilidade e poder político aos trabalhadores.

Outro aspecto apresentado pelas autoras foi a concentração e monopolização do capital, que tornou inviável o ideário liberal de indivíduo empreendedor orientado por valores morais. Nesta nova fase do capitalismo, denominada como fase monopólica, há uma verdadeira fusão do capital bancário e industrial associada a uma constante concorrência intercapitalista entre grandes empresas para além dos territórios nacionais. Tal posicionamento economico-político foi mote para as duas grandes guerras mundiais ocorridas, respectivamente, nos períodos de 1914 a 1918 e 1939 a 1945, e pela crise de 1929 e 1932, a Grande Depressão, que teve impactos

mundiais gerando desemprego em massa, crise econômica e na legitimidade política do capitalismo.

Nesses períodos de crise do capital em que o vetor sociopolítico possuiu grande influência, revelou a necessidade de criação de modalidades interventivas que incorporasse as condições gerais da produção e da acumulação. Nos países com ideias democráticas mais aprofundadas, foi configurado o EBES, situação diferenciada em países em que havia tradições democráticas debéis e/ou movimento operário fragilizado. Nesses países, a natureza antidemocrática do capital foi levada ao extremo com “a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores, instaurando-se o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios: o fascismo” (BRAZ & NETTO, 2008, p. 194).

Nos países cujo fascismo não foi a solução dada a crise, durante o pós-1945 foram consolidadas as bases do EBES, principalmente pelo suporte teórico do keynesianismo. Elaborado pelo intelectual inglês Keynes, tal teoria, afirma, de modo bem geral, que o capitalismo necessitaria da intervenção estatal para poder utilizar inteiramente os recursos econômicos e alcançar a máxima retirada da mais-valia (BRAZ&NETTO, 2008).

A ordem do capital pode ser compreendida por ciclos de crise em que intermeiam ondas de crescimento e outras de recessão. O EBES é caracterizado por Netto (1993) como um arranjo sócio-político baseado nos ganhos possíveis durante uma onda de expansão do capital que permaneceu durante os “anos de ouro” do capitalismo, que tem seu término anunciado com outra crise em finais dos anos 1970, ocasionada pela diminuição da taxa de lucro em final.

Desta forma, a constituição do EBES não simboliza o triunfo de um modelo societário alternativo, mas apresenta como avanço a consideração das reivindicações do movimento operário organizado, dos trabalhadores na delimitação das ações estatais.³

O capitalismo adentra nos anos 1960 com taxas de lucro e crescimento econômico elevado – elementos que favoreciam a proteção social garantida

³ É importante ressaltar que a depender das especificidades do país, houve configurações diferenciadas do EBES.

pelo EBES - e a conseqüente possibilidade de consumo em massa. Braz & Netto (2008) apontam que neste contexto existia a aparência de que o keynesianismo e o taylorismo-fordismo, modelo produtivo de produção em escala, era a combinação necessária para a existência de um capitalismo sem contradições e conflito.

No entanto, a onda longa expansiva que garantia a permanência deste aparente “capitalismo democrático” esgotou-se no final dos anos 1970 com a diminuição das taxas de lucro na Europa e nos Estados Unidos e o rompimento do último com os acordos do Bretton Woods, gerando um colapso do ordenamento financeiro mundial. Paralelo a isto, a intensificação da organização trabalhista nos países centrais - que para além de melhorias salariais, também começavam a questionar o modelo produtivo - e mudanças culturais provenientes dos movimentos de contracultura e revolução dos costumes – organização dos negros, revolta estudantil, movimento feminista – foram fatores sociopolíticos que fomentaram a necessidade de restauração do capital.

A redução da taxa de lucro e o acentuamento da organização política da classe trabalhadora contribuiu para o desmantelamento do Estado interventor e diminuição da abrangência das políticas sociais conquistadas. Coutinho (1997) explica essa conjuntura afirmando que “a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital” (COUTINHO, 1997, p. 159).

Isso porque existe uma contradição estrutural entre cidadania e classe social, uma vez que a universalização da primeira rompe com a divisão que é inerente a segunda de modo que uma plena cidadania só poderia ocorrer em uma sociedade sem classes. Esta crise do EBES é tida para Netto (2003) autor como “uma crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política” (1993, p. 70)

A resposta dada pelo capital a este contexto é baseada na necessidade de formular uma nova forma de pensar, produzir, fazer política e, em outros termos, criação de novas formas de apropriação privada da riqueza que possuem elementos políticos, sociais, culturais e econômicos.

As distintas formas de acumulação do capital são configuradas mediante as transformações societárias cuja luta de classes apresenta-se como determinante. O movimento real da história tem demonstrado que as transformações do capitalismo são engendradas pelas necessidades oriundas da racionalidade capitalista em contraposição aos interesses dos produtores da riqueza, os trabalhadores.

Altvater (2010) ao estudar as formas de apropriação privada do capitalismo na contemporaneidade elenca quatro formas possíveis: uma via pela acumulação primitiva, a segunda através da mais-valia absoluta, a terceira pela extração da mais valia relativa e uma quarta, que se configura na contemporaneidade, composta pela junção dos elementos das três primeiras.

A primeira, que o autor denomina como valorização primária, corresponde ao processo de acumulação primitiva descrita por Marx no capítulo XXIV de “O Capital”. Refere-se a transformação da natureza em objeto de “cálculo racional capitalista”, conforme denomina Altvater (2010), cuja materialização dá-se mediante a privatização de bens comunitários. A gênese do capitalismo está na acumulação primitiva ocorrida na Europa que garantiu o cercamento das terras comunais, a expropriação dos camponeses e sua consequente transformação em força de trabalho para as recém nascidas indústrias.

Nesta lógica aquilo que não possui valor de troca pode ser destruído, transformando o mundo em uma mercadoria constituída por espaços funcionais e territórios de acumulação capitalista.

A produção da mais-valia absoluta é apontada pelo autor como a segunda forma de apropriação. O êxito dessa depende de um certo grau de produtividade que garantirá a produção de trabalho excedente, o responsável pelo aumento da acumulação. Como bem diz Altvater (2010), essa trata-se também de uma desapropriação do tempo livre do trabalhador, das energias físicas e mentais.

A pressão ocasionada pelas reivindicações do movimento operário é um dos fatores que impulsiona o incremento em tecnologias que expandem a produtividade, sem a necessidade de aumento da jornada de trabalho, possibilitando a produção da mais valia relativa. Neste processo, os trabalhadores realizam seu trabalho em um tempo menor de modo a sobrar o

restante da jornada de trabalho para produção do trabalho excedente. Tem-se configurada a mais-valia relativa e a terceira forma de apropriação privada do capital.

Na contemporaneidade, predomina-se a quarta forma de apropriação privada, que Altvater (2010) destaca como a junção de todas as três primeiras formas associada ao elemento da globalização, que engendra a expansão do espaço e tempo como uma forma de negação de todas as fronteiras que limitem a expansão do capital.

A desterritorialização ocorrida com a valorização primária capitalista desencadeia na retirada dos vínculos socioculturais e territoriais dos sujeitos pertencentes a dado território, facilitando a expansão de uma sociabilidade capitalista. Desta forma,

O regime do espaço e do tempo sofre uma transformação profunda mediante a aceleração de todos os processos na produção e reprodução, na comunicação e no transporte, no universo do trabalho, bem como no lazer e na recreação. As fronteiras políticas também são ignoradas mediante a redução das taxas alfandegárias, a unificação das normas industriais, o *rating* de devedores, o estabelecimento de normas jurídicas com vigência global e uma “língua franca” global” (ALTVATER, 2010, p. 100)

A globalização é elemento que perpassa as outras respostas do capital à crise no âmbito econômico, a reestruturação produtiva e sua flexibilidade; no ideológico-cultural, a pós-modernidade e seu relativismo; e no político, o modelo neoliberal e a determinação de organismos internacionais para determinar as configurações nacionais. Desta forma, todas as respostas do capital para superação da crise de 1970 possui o elemento da eliminação dos limites territoriais, da flexibilização, da busca pela criação de um “cidadão do mundo”, portador de liberdade e direitos como qualquer outro. A lógica da globalização possui grande funcionalidade para camuflar esta intencionalidade de destruição das classes sociais, das expressões da questão social desenhando um mundo em que todos possuem as mesmas possibilidades de comunicação, locomoção e acesso aos direitos.

Na esfera da produção, a reestruturação produtiva, materializada pela acumulação flexível, é marcada como um confronto direto com a rigidez

característica do fordismo. Harvey (1992) aponta que, desde meados dos anos 1960, o fordismo demonstrava sua fragilidade muito devido sua pouca flexibilidade no planejamento e nas relações econômicas. O autor coloca que

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992, p. 140).

Harvey (1996) coloca o aumento das taxas de desemprego estrutural, a reconstrução das habilidades dos trabalhadores e o retrocesso do poder político do movimento operário (haja vista a criminalização e medidas coercitivas a eles dada sua posição, muitas vezes, contrária a sociabilidade burguesa) consequências deste processo. Essa configuração do mundo do trabalho facilita a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis e condizentes com as demandas de cada empregador, de modo a diversificar a estrutura do mercado de trabalho, os vínculos empregatícios.

Nesta nova configuração do mundo do trabalho, a tendência é a diminuição do número de trabalhadores com vínculos permanentes, optando por aqueles e pelas formas de contratação que represente maior facilidade de demissão ou contratação, além de diminuição nos custos. Assim, subcontratações, terceirizações, trabalho domiciliar, trabalho feminino são recorrentes nesta nova forma de produzir, materializando a ruptura entre os limites da fábrica e do lar.

Para além da transformação da estrutura do mercado de trabalho, as mudanças na organização industrial são de suma relevância neste processo. Harvey (1996) coloca que a subcontratação organizada pode facilitar a formação de pequenos negócios e a retomada de sistemas mais antigos de trabalho doméstico baseado em organizações familiares.⁴

⁴ O retorno desta forma de trabalho torna-se interessante ao capitalista, a medida que, nesta situação trabalhista, a tomada de consciência de classe, a percepção da exploração é mais difícil. Essa situação que dificulta ação do movimento sindical uma vez que passa “por um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas” (HARVEY, 1996, p. 146).

A acumulação flexível não foi favorável a todos os negócios que se organizavam até então de forma fordista, gerando diversas falências, uma vez que em muitos casos a pressão gerada pela competitividade e a constante necessidade de inovações.

Um outro movimento realizado foi a transferência para países e estados em que a organização trabalhista era menor, de modo a favorecer a configurar o processo de trabalho da forma mais conveniente aos proprietários. Navarro (1997) traz uma citação de Ken (1990) que materializa a intencionalidade desse novo modo de organizar a fábrica baseado na cooperação, no trabalhador-sócio:

por detrás da cooperação gerencial-trabalhista, do conceito de equipe, do paternalismo, das reuniões matinais, e por detrás de cantar em conjunto a canção da companhia, oculta-se uma função totalitária, que fomenta o enfrentamento entre os trabalhadores, estimula-os a se espionarem uns aos outros e a se disciplinarem. As condições no local de trabalho não são de cooperação, mas de medo e terror” (KEN *apud* NAVARRO, 1997, p. 99)

O controle da informação possibilita a tomada de decisões de forma rápida tal como a velocidade, efemeridade de tal ambiente produtivo demanda. Existe a descentralização territorial produtiva que não significa desorganização do capitalismo. Ao contrário, as corporações possuem o controle da produção diante das inovações tecnológicas e o acesso da informação.

Para a internalização de todo esse processo, é consolidado o pensamento pós moderno como resposta do capital no campo ideológico e cultural. Este materializa-se em uma nova forma de individualismo, marcada pela descrença nas ideologias vigentes até então e que reforça os pressupostos neoliberais hayekianos, que abordaremos a seguir. Segundo Bihl (1999),

o *individualismo disciplinar* da fase de formação e desenvolvimento das relações capitalistas, que aceitava submeter-se a uma série de disciplinas sociais baseadas e justificadas pelos ideais transcendentais constituídos por fetiches, sucede um *individualismo personalizado*. Este não conhece ou reconhece outro valor senão a satisfação de si mesmo, sem limite nem embaraço. Ele exige poder escolher

em qualquer assunto, mas mais em função de um ideal universal, mas de acordo apenas com suas inclinações e seus desejos particulares [grifo do autor] (BIHR, 1999).

A sociedade contemporânea, muitas vezes denominada de pós-moderna, caracteriza-se, desta forma, por uma “cultura do narcisismo” cuja identidade individual se desvincula de empreendimentos coletivos totalizantes, restringindo-se ao âmbito particular. Assim, a busca pelo sentido existencial da vida humana é limitada ao particular em uma estratégia amplamente subjetivista.

Esta perspectiva fomenta o discurso acerca do “fim das metanarrativas” em que os homens permanecem relacionando-se em sociedade, mas desacreditam na possibilidade de construção de relações sociais diferenciadas. Esta dificuldade altera, consideravelmente, a dinâmica das lutas de classes sociais que são marcadas pelo aumento de movimentos sociais corporativistas, focados nas especificidades de determinado grupo de pessoas, e a constante criminalização daqueles que possuem como pauta o protagonismo das classes diante da mudança societária.

Neste cenário, configuram-se críticas à centralidade da ação política pelas classes sociais tradicionais, classe burguesa e trabalhadora. Assim, a lógica pós-moderna desconsidera a luta coletiva embasada em valores classistas, fortificando a já citada naturalização do capital e decretando a “morte do sujeito revolucionário”, e, conseqüentemente, o “fim das lutas de classe e da história”. Nesta lógica, não cabe aos indivíduos a construção de sua própria história, já que esta possui contornos de imutabilidade.

Esta naturalização do modo de produção capitalista favorece o processo de desconsideração da Razão moderna, que objetiva o entendimento da realidade como um todo complexo passível de apreensão empírica e dependente das relações de totalidade. Na lógica pós-moderna, tanto a razão quanto a totalidade são inverossímeis à realidade concreta, haja visto que esta é considerada como totalmente fragmentada e inexistente um sistema total que compreenda as localidades.

As análises acerca do “fim do sujeito revolucionário”, da descentralização das classes sociais na ação política e do “fim da história” são reflexos da

consciência de uma sociedade marcada pela descrença generalizada decorrente da crise do capital e decadência do socialismo real.

Este modo de pensar baseia o ideário neoliberal de concepção de homem (considerado individualista, possessivo e competitivo), uma consideração de sociedade (tomada como meio para o indivíduo chegar aos seus objetivos) fundada na naturalização e na necessidade da desigualdade entre homens, além de possuidora de uma visão reduzida de liberdade (como função da liberdade de mercado). Assim, existe um movimento reflexivo entre pós modernidade – neoliberalismo – reestruturação produtiva em que um serve de sustentação ao outro.

Os grandes intelectuais fundadores do pensamento neoliberal foram Hayek e Friedman por terem realizado uma argumentação teórica que resgata o mercado como instância mediadora essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Friedrich Hayek sempre foi crítico das idéias keynesianas, do Estado de Bem Estar Social e qualquer ação que pudesse representar limitações para os interesses do capital. Ele tornou-se intelectual defensor do neoliberalismo, sistematizando e formulando princípios e objetivos que basearam as intervenções políticas e econômicas de governos e sujeitos políticos.

Martins (2009) em sua obra acerca da configuração das políticas sociais no período do neoliberalismo, divide, para fins didáticos, o pensamento deste autor através da apresentação das teses de Hayek.

A primeira refere-se a livre regulamentação do mercado por governos ou instituições dada sua necessária “liberdade de escolha” e “livre concorrência”. Hayek considera o mercado como resultado de um processo natural de evolução da humanidade. Por ser um componente natural ao homem, justifica que qualquer intervenção, regulação geraria um descompasso no ambiente perfeito. Esta naturalização do mercado desconsidera suas determinações sócio-históricas e vinculação com as leis gerais do modo de produção capitalista, formulando uma teoria com elevado grau de generalização e ahistoricismo, dialogando diretamente com os preceitos da pós-modernidade.

A definição do individualismo como valor supremo e sua colocação como centro das preocupações políticas e econômicas é apontado por Martins (2009)

como segunda tese do pensamento hayekiano. Martins (2009) coloca que para este autor, as ações coletivas causariam a diminuição das potencialidades humanas, representando um obstáculo para realização das escolhas individuais.

Além disso, a existência de leis gerais também é analisada como limitadora da plena realização das “livres escolhas” do homem, uma vez que todo a ação deveria ser regida pelas regras que os indivíduos seguiriam naturalmente. Assim, o autor aponta que para Hayek as regras deveriam ser oriundas da tradição, dos costumes e seriam naturalmente respeitadas, sendo o mercado a única instituição reguladora do comportamento humano (MARTINS, 2009, p. 37).

Para Hayek, o individualismo não seria sinônimo de egoísmo, mas uma forma de acentuar as capacidades individuais que quando deixadas “livres”, sem regulação externa, sem preocupação coletiva, os homens obtém um resultado melhor. A organização coletiva, assim, seria uma “ilusão gerada pelo totalitarismo, pois nela o indivíduo soberano seria diluído e aprisionado, negando a sua própria existência e seus interesses próprios em defesa de uma ideologia muito distante de qualquer possibilidade de realização” (MARTINS, 2009, p. 39).

Percebe-se a configuração de uma tese repleta de contradições cujo principal objetivo é naturalizar a condição histórica do homem e fragmentar a sua inserção na vida social, desconsiderando tal como ser social e a organização coletiva como necessária para a mudança societária.

A terceira tese refere-se a existência da liberdade, descrita por Martins (2009) como uma espécie de divindade que orienta a vontade de cada indivíduo diante das possibilidades de escolha que deverão respeitar os direitos naturais da vida, do lucro e da propriedade. É uma categoria liberdade configurada, também, sem vínculo histórico e apenas para garantir o exercício da liberdade econômica.

A partir da centralidade do mercado na regulação da vida, do individualismo na definição das escolhas e tendo a liberdade como o princípio norteador, tem-se a necessidade da definição de um Estado que atenda a

todos esses preceitos neoliberais. Tem-se a quarta tese referindo-se ao Estado.

Seguindo uma matriz liberal, o Estado no pensamento hayekiano é um “sujeito” dotado de autonomia, vontade, racionalidade cujo objetivo principal é governar para garantir os direitos tido como universais. É um Estado oriundo de contrato estabelecido entre os indivíduos no sentido de manter seus direitos naturais.

Laurell (1997) coloca que o Estado neoliberal não significa um Estado com mínima intervenção, mas com uma atuação direcionada pela classe burguesa, fortalece um Estado abstencionista, antidemocrático em que qualquer politização das relações sociais é rechaçada.

Pretende-se, assim, a configuração de um Estado submisso ao mercado com uma regulação seja guiada pela garantia da “livre” concorrência do mercado. Martins (2009) traz as palavras de Hayek que afirmam que “um sistema eficaz de concorrência necessita, como qualquer outro, de uma estrutura legal elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada” (HAYEK, 1987, p. 60 *apud* MARTINS, 2009, p. 43).

Apesar da ortodoxia do pensamento hayekiano, as diretrizes e táticas para a implementação do projeto neoliberal foram adaptadas às especificidades de cada formação social. Martins (2009) aponta a incapacidade das políticas keynesianas em recuperar e manter a economia mundial e a dificuldade das forças progressistas em ganhar apoio político configuraram uma realidade que muito favoreceu a implementação do neoliberalismo e avanço de forças conservadoras nos países do centro do capitalismo, nos anos 1980.

Aponta ainda a importância dos governos de Reagan, Thatcher e Khol na adoção das políticas neoliberais. No contexto dos anos 1980, várias foram as iniciativas governamentais que contribuíram para supervalorizar o poder político e econômico do capital financeiro em detrimento dos demais capitais e da classe trabalhadora. Martins (2009) exemplifica com a criação da política de alta dos juros nos Estados Unidos, de condições para liberalização dos fluxos e capitais e do movimento de conversão de dívidas públicas em títulos negociáveis nos mercados financeiros.

Essas ações foram adotadas pelos governos dos países centrais, de modo a contribuir com a acumulação rentista no século XX. Foram, no entanto, contrastadas com forças políticas contrárias a essas ações, o que não impediu que se criasse, no interior do Estado, políticas que priorizassem a destinação de recursos para o pagamento das dívidas públicas internas e externas.

O mercado, a competição e o individualismo são colocados, assim, como o tripé para a superação da crise, uma combinação ideal para reduzir e substituir a intervenção do Estado no planejamento, execução e financiamento direto das políticas pela iniciativa privada mediante uma lógica de mercantilização e assistencialismo, promovido pelo âmbito privado (família, comunidade, serviços privados) por ser considerado pelos neoliberais como atividade que deve ser exercida por fontes naturais.

Esse processo é estendido a periferia mediante a ação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que “introduziram verdadeiros pacotes de reformas de ajustes estruturais das economias periféricas, com a convivência dos governos e das forças políticas de sustentação, sempre argumentando se tratarem de ‘orientações técnicas’ para ajustamento macroeconômico à nova ordem” (MARTINS, 2009, p. 56).

Em 1989, ocorreu uma reunião em que as agências internacionais avaliaram e propuseram ações para tornar sua atuação mais abrangente. Desse encontro foram pactuadas um conjunto de diretrizes e metas e procedimentos conhecido como Consenso de Washington que objetivaram consensuar e reafirmar o neoliberalismo como referência política mundial.

Na América Latina dirigiu-se principalmente para “a) estabilização macroeconômica; b) flexibilização comercial; c) liberalização dos fluxos de capitais; d) privatizações; e) redefinição do papel do aparelho do Estado nas questões econômicas, políticas e sociais” (MARTINS, 2009, p. 57).

Altvater (2010) denomina essa atuação dos organismos internacionais visando a desregulamentação, liberalização dos mercados como regras de “boa governança” exigidas para integração no “mercado global de concorrência” (ALTVATER, 2010, p. 101), para criação de um mundo sem fronteiras cujos beneficiários continuarão a ser a classe dominante, muito embora isso seja camuflado pelo discurso da globalização.

Legitima-se a mercantilização do mundo de modo a criar territórios seguros para aplicação dos capitais e também sujeitar todos os espaços para regras de validade global que possibilitem uma apropriação global em livres mercados (ALTVATER, 2010, p. 113).

Essas diretrizes influenciaram nas agendas políticas das classes dominantes nos países de modo a reproduzi-las na definição dos “planos de governo”, fomentando a consolidação de um modelo de aparelho de estado, a partir dos objetivos,

a) o princípio geral da ortodoxia orçamentária para desonerar progressivamente o fundo público; b) o incentivo para ampliação e/ou criação de mercado de serviços aberto às empresas estrangeiras; c) a criação de fundos de pensão dos trabalhadores que passariam a operar no mundo das finanças, ampliando a liquidez do mercado financeiro internacional; d) o enfraquecimento político dos trabalhadores organizados pelo combate direto e aberto aos sindicatos” (MARTINS 2009, p. 52)

Martins (2009) e Laurell (1997) ressaltam a necessidade Estado neoliberal em forjar as condições necessárias à implementação do neoliberalismo, que inclui o trabalho ideológico e objetivo para sua legitimação. Como estratégias estatais, Laurell (1997) apresenta quatro: corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas focalizados contra a pobreza e a descentralização. (LAURELL, 1997), tendo a privatização a função primordial de articular as demais estratégias.

A prática do privatizar busca a abertura de todas as fontes possíveis de rentabilidade de acumulação, resgatando a então combatida mercantilização do bem-estar social. É tida como uma reforma estrutural necessária para retirar do domínio estatal para todas as áreas em que tal regulava, de modo a evitar os “constrangimentos”, “inibições” e promover a “livre” concorrência.

No entanto, existe a necessidade de legitimar ideologicamente a privatização e garantir sua rentabilidade, uma vez que a perspectiva norteadora do neoliberalismo é a acumulação. Cria-se assim, as condições objetivas para sua legitimação como o desfinanciamento das instituições públicas, o corte nos gastos sociais fomentando a precarização dos serviços sociais e o descrédito

da população para acessá-los criando a demanda por uma alternativa que, para aqueles que possuem recursos financeiros, é apresentada pelo setor privado. Diminuindo os gastos sociais, tem uma baixa na qualidade dos serviços sociais o que gera uma aceitabilidade da privatização sob a justificativa da melhoria.

Daí o incremento às privatizações, terceirizações, parcerias público-privadas e consolidação do Terceiro Setor. A competição e o individualismo aparecem como elementos essenciais para a desorganização dos trabalhadores o que influi na conquista de direitos. Neste período, há uma padronização das políticas públicas dos países centrais e, posteriormente, nos países periféricos sob as orientações dos organismos internacionais.

A criação de um cenário com predominância do “livre mercado” e da “livre concorrência” mundial baseada em regulações públicas mais flexíveis oriundas do papel interventor e legislador do Estado foi imprescindível. Torna-se essencial para “além da repressão e da segurança – funções concebidas pelo pensamento liberal como essenciais à preservação dos direitos dos indivíduos – se encarregava de ser o legitimador político jurídico das ditas ‘leis naturais de mercado’”(MARTINS, 2009, p. 50)

Nesta perspectiva, tem-se, segundo Laurell (1997), um duplo movimento de destruir as instituições de bem-estar social por serem espaços primordiais para ação coletiva e de destruir as instituições públicas, realizando processos de apropriação privada, como diria Altvater (2010), de conquistas coletivas, de resistências dos povos para abrir caminho para a intervenção privada.

No entanto, na prática, há uma grande dificuldade em dismantelar totalmente as instituições sociais básicas naquilo que a autora caracteriza como “irreversibilidade” do Estado de Bem- Estar Social (LAURELL, 1997, p. 165), sendo que uma ação de retirada total dos direitos poderia engendrar em uma mobilizações populares, já que o processo de conquista de direitos desencadeia, paralelamente, processos de percepção da realidade e inconformismo com a mesma. Desta forma, faz-se necessário a manutenção de alguns direitos com formato adequado a nova lógica política, econômica e cultural baseados na centralização e focalização das políticas sociais, destinando-se a garantia dos mínimos sociais aos mais necessitados.

A crise fiscal que muitas das vezes é utilizada como justificativa para diminuição dos gastos sociais é acentuada pela opção política dos países latino-americanos pelo pagamento da dívida externa. Objetivando o parcelamento e negociação da mesma, países acatam as recomendações dos organismos financeiros mundiais, como a descentralização, focalização para formulação das políticas sociais visando a criação de uma proteção social que atenda aos interesses do grande capital.

Neste movimento ressignifica o antigo Estado em um Estado mínimo para o social, mas forte e interventor para as demandas do capital. Contraditoriamente, essa ação implica, intencionalmente, no reforço do senso comum do antiestatismo e a ideia do Estado causador da crise. (TOLEDO, 1997, p. 82)

Essa irreversibilidade não implica na imutabilidade das políticas sociais, mas em uma transformação na prestação dos serviços principalmente naqueles referentes a diminuição da pobreza. Segundo Laurell (1997), a estrutura e os serviços básicos mais importantes não são afetados, mas a conformação da política econômica interfere diretamente na geração de emprego e renda gerando desemprego, acentuando a pobreza

1.3. O papel da educação na legitimação do projeto dominante

Caso houvesse a percepção da classe trabalhadora de toda essa realidade desigual e favorável apenas aos dominantes, teríamos situação ideal para a organização coletiva e transformação societária. Apesar da luta de classe não ser tão lógica e simplista a luta de classes como descrito acima, é certo que a simples possibilidade da consciência da essência do modo de produção capitalista pode fomentar processos que, combinados com outros tantos, atinjam diretamente o capital. Daí a necessidade das classes dominantes em educar o consenso para garantir a legitimidade de sua dominação.

Durante o período do pós guerra ocorreu, de forma mais intensa, a utilização de estratégias de obtenção do consenso para garantir a base para exercício do domínio do capital. Isso não significou o não uso da coerção, mas

a priorização dos instrumentos que garantisse a conquista de corações e mentes, como Martins (2009) ressalta:

Ao longo de trinta anos, as ações políticas, culturais e sociais parecem ter perseguido um só objetivo: criar as condições para a realização de um ciclo virtuoso de crescimento econômico do capitalismo e bloquear politicamente todo e qualquer tipo de ameaças ao bom funcionamento do sistema em seu conjunto. Para tanto, foi necessário consolidar uma grande área de influência política e cultural para expansão das atividades econômicas em um quadro favorável de estabilidade política” (MARTINS, 2009, p. 13)

A estabilidade política e econômica durante os anos dourados do capital, muito favoreceu a afirmação do empresariado enquanto classe dirigente. Mediante a pressão do movimento operário e da “ameaça comunista”, a burguesia consensua com os preceitos keynesianos de intervenção estatal para garantia de direitos sociais garantidos por políticas públicas de educação, saúde, transporte, moradia; sustentação de economia mista com a presença de estatais; política do pleno emprego. Neste contexto, o empresariado investiu na preparação dos mais diferentes intelectuais.

Diversos aparelhos “privados” de hegemonia foram preparados para difundir a sociabilidade burguesa na época, principalmente as agências de comunicação que produziam e vendiam informações, o rádio como difusor de mercadorias remodelando padrões de consumo, o cinema que instituiu novos padrões comportamentais, Igreja que controlava moralmente seus fiéis (MARTINS, 2009, p. 15). O que demonstra uma vida cultural e política organicamente relacionada as bases materiais da produção. Sendo assim,

O padrão de sociabilidade capitalista do pós-guerra baseava-se também na difusão de comportamentos e hábitos individuais e coletivos que deveriam ser compatíveis com métodos de trabalho e de gestão definidos pelo paradigma taylorista-fordista de produção” (MARTINS, 2009, p. 15)

Tem-se a preocupação na criação de uma nova identidade do homem coletivo, de modo a tornar o modo de vida da burguesia como referência para todos, colocando sua unidade moral e política como única.

Este estilo de vida burguês moldado nos anos dourados e com permanências nos dias atuais foi baseado, segundo Martins (2009), a partir do padrão estadunidense de sociabilidade, formado a partir da individualização do ser e na ênfase na “liberdade de escolhas” e na “igualdade de oportunidade”, não de direitos. Neste padrão são recorrentes palavras como “liberdade”, “individualidade”, “energia”, “pragmatismo”, “competição”. Sendo que palavras muito semelhantes são resgatadas nos conteúdos de materiais pedagógicos de programas de Educação Profissional para o campo conforme veremos mais adiante.

Isso porque na era de ouro do capital exigiu a definição de um padrão de sociabilidade que propulsionasse mudanças nas mais diversas esferas da vida social, incluindo modificações nas relações de poder o que é nítido no amadurecimento do movimento operário e pressão dos trabalhadores para que as respostas de suas reivindicações não ganhassem contornos coercitivos. Assim como na era do capital monopolista é necessário que neste contexto foi necessário a definição de práticas pedagógicas destinadas a educar o consenso e ordenar a sociabilidade.

Martins (2009) fala desta conquista do consenso pela fração monopolista através de um exercício constante de educação política, executado diretamente pelos organismos de representação da burguesia e, indiretamente, pelas políticas sociais implementadas pelo Estado de Bem Estar Social, legitimador da ordem do capital segundo o autor.

Em meio ao contexto de crise política e econômica em meados dos anos 1970, configurava-se o desafio da burguesia em conciliar os interesses de suas frações de classe de modo a evitar o acentuamento das disputas internas pelo reordenamento do capitalismo em que apresentavam as ideias keynesianas ou a financeirização como alternativas à crise. O argumento da insustentabilidade econômica do modelo de desenvolvimento vigente no pós guerra ganhou hegemonia baseando na valorização do mercado com centro das relações sociais.

As modificações desse período acarreta em mudanças na sociabilidade, de modo que o trabalhador do pós-guerra que antes era educado para a

disciplina taylorista, passa a ser moldado para outra forma de produzir, pensar e agir.

Assim como para Mézaros (2008), apontamos que dentre tantas formas de obter esse consenso, destacaremos o potencial da educação e das políticas educacionais como instrumentos que também podem ser utilizados para legitimar a ordem vigente mediante a oferta de conhecimento e reprodução de um quadro de valores legitimadores da classe dominante para aqueles que futuramente serão mão-de-obra responsável pela garantia da acumulação capitalista.

Conforme outros autores aqui citados, Mézáros (2008) defende que a educação está inteiramente relacionada aos processos sociais mais abrangentes de reprodução da vida social de modo que a mudança no quadro societário deverá passar necessariamente pela modificação das práticas educacionais, compreendendo-as de maneira ampliada, sem restringi-la às instituições escolares.

O autor reforça essa relação entre produção e reprodução exemplificando pela criação de escolas profissionalizantes utilizadas como espaços contra vagabundagem na Inglaterra de Locke, em meados do século XVII, trazendo à tona o tratamento recomendado por esse pensador burguês quanto aos filhos dos pobres pela citação de obra do mesmo:

Os filhos das pessoas trabalhadoras são um corriqueiro fardo para a paróquia, e normalmente são mantidas na ociosidade, de forma que geralmente também se perde o que produziriam para a população até eles completarem doze ou catorze anos de idade. Para esse problema, a solução mais eficaz que somos capazes de conceber, e que portanto humildemente propomos, é a de que, na acima mencionada lei a ser decretada, seja determinado, além disso, que se criem *escolas profissionalizantes* em todas as paróquias, as quais os filhos de todos, na medida das necessidades da paróquia, *entre quatro e treze anos de idade... devem ser obrigados a frequentar*” [grifos do autor] (LOCKE, 1876 *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 41-43)

Mediante esta perspectiva, dá-se a criação das primeiras escolas direcionadas a classe trabalhadora possuindo um caráter profissionalizante e disciplinador de modo a conformar os futuros vendedores de força de trabalho.

O autor destaca a presença da violência nessas primeiras instituições escolares que é substituída gradativamente por formas mais brandas a medida que a sociedade está “sob controle”, em que a existência do capital não está em risco.

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se tiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43)

A questão da educação para Mézáros (2008) é tratada como uma questão de “internalização”, em termos do próprio autor, realizada pelos indivíduos visando a legitimação da posição que lhes foi destinada na hierarquia social, na divisão social do trabalho, em conjunto com suas expectativas “adequadas” e as formas “certas” de conduta. Desta forma,

[...] enquanto a ‘internalização’ conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores,..., apenas em períodos de crise aguda volta a prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, com o objetivo de impor valores. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44)

Configura-se uma formação que busca a aceitação ativa de sua posição na ordem social, de acordo com as tarefas sociais que lhe foram atribuídas. Assim sendo, é destinado um tipo de educação para os filhos da classe trabalhadora e outra para aqueles oriundos da burguesia. Em geral, para o primeira uma formação técnica, profissionalizante e para o segundo, uma formação humanista e generalizada, conforme iremos discutir no próximo capítulo.

uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades ‘produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios

limites institucionalizados e legalmente sancionados”
(MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

No entanto, esta aprendizagem não é realizada apenas nas instituições educacionais, mas na convivência familiar, nas experimentações externas ao espaço escolar. No entanto, há a intencionalidade de manter o proletariado em seu lugar ao negá-lo enquanto sujeito capaz de pensar o mundo que vive e disponibilizar uma educação formal que adentra ao invés de fomentar potencialidades criativas de ver alternativas.

Mészáros (2008) salienta que a “interiorização” do capital não lograria êxito caso fosse um mero movimento de cima para baixo colocando que a manipulação não é passiva, existe a necessidade de se criar legitimidade nos indivíduos, desses perceberem que o assunto, a prática, a norma possuem significação real no seu cotidiano. Daí a criação de bases de racionalidade junto aos indivíduos para manter uma reprodução constante, permanente. Os meios de comunicação cumprem brilhantemente tal tarefa podendo adentrar no cotidiano da classe trabalhadora diariamente para transmitir o modo de pensar e viver da classe dominante.

Da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2008, p. 55)

Nestes moldes, a educação prevista em um modelo produtivo sustentado pela centralidade do mercado, individualismo, “livre” iniciativa, concorrência terá configurações semelhantes. Sobre isso, Martins (2009) coloca que,

[...] a doutrina liberal [...] baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais [...]. Considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se reconhece, mas, sobretudo por ser o único pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade” (HAYEK, 1987, p. 58 *apud* MARTINS, 2009, p. 43)

Tendo a concorrência como um método superior, esta deve ser constantemente estimulada nas práticas educativas nas práticas educacionais existentes no capitalismo monopolista. Concorrência é configurada como estímulo necessário para o empreendedorismo, que orientariam os indivíduos no cotidiano, possuindo, segundo os preceitos neoliberais, um caráter altamente educativo por ser determinante na descoberta de aptidões e capacidades. O sucesso e o fracasso decorrente pela presença ou ausência de ambientes competitivos

Para Martins (2009), generalizar a competição, motor essencial da sociabilidade burguesa, é uma tentativa de conversão desta em motor do desenvolvimento social e da sociabilidade.

A partir da definição do Estado neoliberal de Hayek, este deveria educar para o afloramento das potencialidades humanas (empreendedorismo, competitividade, individualismo), representando graves obstáculos as organizações como sindicatos e partidos políticos que possuem um trabalho educativo com perspectiva contrária a essa.

A configuração das políticas educacionais variam, no entanto, das especificidades da formação social, constituição das classes de cada país. Cabe, assim, no questionar qual o tipo de educação destinada aos jovens no Brasil? Quais são suas intencionalidades? No caso do território rural, para que e quem é pensado a educação? Perguntas essas que nos empenharemos a problematiza-las no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: OS COMBATENTES: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO E JUVENTUDE DO CAMPO

Tudo planto/ Porque o caos envergonha os cios/ Porque defronte a minha frente/ Está o arame/ Cometendo/

Assassinato!/ E milhões de cifras rondando impunes/ Tudo plano/ Porque o poema não é apolítico/ Porque na minha mão vai/ Uma bandeira/ E as ferramentas de compor/ Notas de justiça.../ Porque seguro abertamente/ A flor grávida da rebeldia (Charles Trocate, O arame é uma peste)

O mesmo arame que garante a “inocente” divisão de terras, simboliza também a realidade desigual que envolve a questão agrária no Brasil e no mundo. Ele delimita o território daqueles que podem comprar terras do aqueles que sabem trabalhar nelas; daqueles que produzem monoculturas para o mercado externo do aqueles que anseiam alimentar um país; daqueles que desejam a imediatividade dos aqueles que aprenderam com a terra a sabedoria do tempo.

O arame marca a propriedade privada e legitima a coerção para aqueles que ousam ultrapassá-la. O arame assassina solos, sonhos e soberania popular.

E toda essa sua perversidade que mata, também indigna e propulsiona o mesmo povo que morre pelo arame a ressurgir na rebeldia de ousar lutar pelo diferente.

A pintura que as classes dominantes fazem da realidade no campo brasileiro apresenta nuances de modernização e pinceladas de alternativa para resolução das problemáticas econômicas do país. No entanto, apesar de sua aparência agradável e bonita, a análise das determinações da realidade nos permite visualizar a atualização do atrasado que acrescenta novas características aos que temos de mais arcaico, de modo a permanência da concentração de terras, da monocultura, da produção baseada em pesticidas, do desrespeito aos povos do campo e da floresta.

A história da humanidade nos ensinou que a divisão social do trabalho e sua consequente divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual colocou em condição de subalternidade aqueles que produzem, de fato, as riquezas, os trabalhadores, daqueles que se apropriam das riquezas, a burguesia. Paralelo a isso, o processo de industrialização e a necessidade de criação de um exército industrial de reserva e da difusão da sociabilidade capitalista propulsionou a criação de um ideário do urbano como *locus* das possibilidades

e da qualidade de vida, desencadeando em um processo de invisibilidade do rural.

No entanto, a legitimação e consolidação do modo de produção capitalista exige a expansão de sua lógica para a maior parte de territórios possíveis (e impossíveis). Desta forma, a lógica do urbano, do industrial também se interioriza no rural através dos maquinários, dos pesticidas, dos pacotes produtivos, dos produtos da Indústria Cultural, da criação de estereótipos maniqueístas entre o rural e o urbano, da centralização dos serviços sociais na cidade. Essa interiorização da sociabilidade burguesa desencadeia em processos de expulsão dos povos do campo, como ocorreu em meados dos anos 1950 no Brasil, ou no investimento de formas de adaptar a lógica capitalista de produção e reprodução.

Porém, toda essa tentativa de expansão é recebida com resistência, com organização dos camponeses em movimentos sociais, sindicatos, com ocupação de terra, com demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Logo, existe resistência e luta em defesa de projetos alternativos de desenvolvimento.

E é nesse cenário de disputa de modos de vida que se encontra a juventude do campo. Em geral, esses combatentes são vistos como seres em transição e sem maturidade para formularem seus próprios projetos de vida, podendo ser referenciados como mais suscetíveis a manipulação midiática e adeptos das facilidades existentes na cidade. No entanto, eles não estão apenas em condição de expectadores da realidade. A juventude do campo também resiste, sonha, luta e faz história.

Falar de juventude do campo (assim como de qualquer outro sujeito coletivo) implica, necessariamente, em compreender o local de vida da mesma, suas dificuldades e potencialidades. Por esta razão, nos empenharemos neste capítulo em desvelar as particularidades do capitalismo no campo, assim como seus impactos na definição da identidade de Juventude do Campo. Buscaremos também identificar as demandas desses combatentes, para então, no próximo capítulo, refletirmos como os aparelhos “privados” de hegemonia do capital se apropriam das reivindicações juvenis para difundir sua sociabilidade.

2.1. Formação Social Brasileira, questão agrária e luta de classes

Abordar o projeto de educação profissional para a juventude do campo na atualidade implica na compreensão da formação social brasileira. Isso porque, como bem explica Prado Júnior (1957), o sentido do desenvolvimento e a configuração de cada povo está no conjunto de fatos e acontecimentos nos quais esse está situado.

A condição de colônia portuguesa deixou marcas profundas na constituição do Brasil e na posição periférica assumida por tal na divisão internacional do trabalho. Daí a importância de resgatar e compreender o processo de colonização do Brasil.

Existe um pensamento naturalizado sobre a colonização que a apresenta como um fato decorrente do descobrimento de forma espontânea. A chegada dos espanhóis a América foi decorrente do aprimoramento náutico dos países Ibéricos, em especial de Portugal, possibilitando sua expansão marítima em meados do século XIV.

A princípio, não existia em nenhum dos povos da Europa que encontraram a América a ideia de povoá-la, mas apenas explorá-la, uma vez que era “o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América” (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 18).

O povoamento para além do estabelecimento de feitorias comerciais, surgia apenas com a particularidade de garantir um povoamento mínimo capaz de abastecer e manter as feitorias que se dedicavam a exploração dos produtos já existentes nas Américas. Daí a intensidade do extrativismo nos primeiros anos do Brasil-colônia, por exemplo, que fora diminuindo conforme havia o desenvolvimento da agricultura como bem diz Prado Júnior (1957),

Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura” (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 19).

Para o autor, a forma de povoamento que deu-se nas Américas esteve relacionado às duas formas distintas de colonização predominantes, uma representada por aquela ocorrida nas zonas temperadas e outra naquelas ocorridas nas tropical e subtropical.

Nas primeiras predominou desde a exploração de produtos espontâneos até a imigração de europeus que pretendiam escapar das disputas político-religiosas que caracterizavam a Europa no século XVIII. A escolha por essa região, como bem diz o autor, era justificada pela semelhança com o clima europeu, não havendo pretensões de “construir a América”. Para além disso, contribuiu para esse tipo de povoamento o processo de “cercamentos” dos campos que expulsaram milhares de camponeses de suas terras no século XVI de modo a representar um fator econômico que impulsionou a imigração. Assim,

O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem pela sua existência ameaçada. O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 21).

Diferentemente, as áreas tropicais e subtropicais das Américas geravam certa repulsa nos europeus devido as condições naturais adversas ao hábitat de origem dos colonizadores. No entanto, estas diferenças em relação à Europa tornam-se atrativas economicamente quando percebeu-se que tais condições propiciariam o cultivo de gêneros como a cana-de-açúcar, pimenta, tabaco, que dificilmente se desenvolveriam em regiões temperadas. Caracterizou-se o povoamento nas zonas tropicais e subtropicais das Américas a partir do caráter de exploração agrária, conforme Prado Júnior (1957).

O autor aponta ainda que tal potencialidade agrária, no entanto, não seria desenvolvida pelos próprios colonizadores, de modo que os europeus que se

dirigiam de livre e espontânea vontade aos trópicos, eram aqueles que poderiam ser dirigentes, dispondo de gente que pudesse trabalhar para ele. No entanto, essa não foi a realidade de todos os europeus nos trópicos, havendo aqueles que se sujeitaram a condição de trabalhadores, principalmente nas colônias do sul da América do Norte, antes de se estabelecer o trabalho escravo de índios e negros.

Em colônias como o Brasil sequer houve o ensaio do trabalho branco, uma vez que diferentemente da Inglaterra, na Espanha e Portugal não haviam braços disponíveis para o trabalho. Nas colônias portuguesas e espanholas utilizaram-se daqueles que aqui habitavam, os indígenas, como trabalhadores desde o início da colonização.

A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 23)

Desta forma, enquanto as colônias de zona tropical constituíam-se como escoadouro dos excessos demográficos da Europa que desejavam a organização de uma sociedade à semelhança da de origem, nas colônias dos trópicos é acentuado seu caráter mercantil, configurando-se como local da empresa comercial do branco, mais complexa que as antigas feitorias, mas destinada a explorar ao máximo os recursos naturais do território em prol do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 25).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 26)

Prado Júnior (1957) ao buscar o sentido da evolução de cada povo, nos ajuda a compreender a essência de nossa formação e a perceber as continuidades históricas da colônia na configuração do Brasil atual, quando a satisfação das demandas externas ainda é tida como prioridade e há a manutenção da visão negativa do trabalhador, incentivando as posições sociais de empreendedorismo, dirigente.

Desta forma, é perceptível como a lógica da divisão de classes existentes na Europa do século XV chega em terras brasileiras, assim como a divisão internacional do trabalho, mediante a colonização portuguesa. Neste cenário, o Brasil tinha a função de garantir a exploração e produção de riquezas que seriam extraídas e acumuladas por Portugal, que viriam a contribuir no processo de acumulação primitiva do capital que já se iniciava na Europa.

O Brasil representou durante boa parte de sua história, até meados de 1930, relações sociais que embora não pudessem ser consideradas como capitalistas, garantiram a acumulação primitiva nos países da Europa e a própria acumulação necessária para propulsionar o desenvolvimento capitalista no país.

No entanto, não há um consenso entre os estudiosos sobre a origem no capitalismo no Brasil, existindo teses/concepções histórico sociológico-econômicas que afirmam a existência do feudalismo no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária; outras que caracterizam o Brasil como capitalista desde sua colonização, sendo a história do país como a história das mudanças do capitalismo; uma terceira que traz a dependência como requisito definidor do modo de produção capitalista, de modo que o capitalismo nacional surge a medida que as funções comerciais e estatais são transferidas para o Brasil; e uma quarta que considera a acumulação capitalista no Brasil no modo de produção escravista colonial, tal como defende Gorender (2013).

Este autor considera o capital como algo precedente ao capitalismo, mas discorda de teses que caracterizam o Brasil como capitalista desde sua colonização, apontando tal perspectiva como ahistoricista uma vez que tudo sempre foi capitalista. Tal defende que foi a partir do auge do modo de

produção escravista colonial que surgiram as condições objetivas para acumulação originária do capital no Brasil.

Apresentando as três condições principais: acumulação primitiva, liberação da força de trabalho e desenvolvimento das forças produtivas, o autor salienta que no interior do modo de produção capitalista é totalmente compatível a coexistência de modos de produção subalternos, desde que contribuam para o aumento da extração da mais-valia. Justifica dizendo que

[...] o capitalismo vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já crescido, já amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira capitalista” (GORENDER, 2013, p. 24)

Segundo Gorender (2013), efetivou-se, no Brasil, um modo de produção escravista-colonial baseado na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo que possibilitara a acumulação originária necessária para o surgimento do capitalismo no Brasil. Aponta ainda que mesmo com a institucionalização do fim da escravidão, em 1888, durante a República Velha (1889-1930), houve a manutenção tanto da monocultura quanto do latifúndio, além da existência de relações sociais de trabalho dependentes aos tidos como proprietários da terra, tal acumulação originária possibilitou o surgimento, nas cidades, de pequenos setores industriais, tipicamente capitalistas.

Toda essa permanência da dependência muito se explica pela impossibilidade de acesso à terra daqueles que sempre trabalharam nela. A estrutura fundiária no Brasil, a forma como foi e ainda é distribuída o acesso à terra é caracterizada pela desigualdade desde a colonização, quando o país fora dividido em sesmarias. Tal concentração fundiária no Brasil acentua-se em 1850, quando a terra torna-se uma mercadoria passível de compra e venda mediante pagamento em dinheiro, impossibilitando o acesso à terra por escravos recém libertos⁵.

⁵ A negação ao direito à terra iniciou com a expropriação dos territórios indígenas, continuou com a impossibilidade de continuar na terra de forma dependente dos negros e permanece na negação na realização da Reforma Agrária, na não demarcação dos territórios indígenas. A cada momento histórico, há uma reatualização conservadora da Lei de Terra de

Assim, manteve-se relações de trabalho não-capitalistas mesmo no período pós-abolicionismo, a qual Gorender (2013) caracterizou como relações camponesas dependentes, principalmente, na plantation de cana-de-açúcar, no Nordeste brasileiro, e na de café, em São Paulo.

Oliveira (2013b) reitera tal posicionamento colocando que a produção e reprodução do capital dá-se através de um desenvolvimento desigual e combinado de modo a articular setores mais avançados tecnologicamente a relações sociais pré capitalistas, como as relações de meeiro e parceria.

Morador e colono constituíram, então, como formas dependentes de camponeses que a medida que pagavam a renda da terra por formas não capitalistas, seja pela renda em trabalho ou pela renda em produto, contribuía para acumulação do capital agrário.

Também compunham tal cenário os camponeses independentes tais como posseiros, sitiantes, colonos, em sua grande parte descendentes de imigrantes, que produziam para o próprio consumo e comercializavam o excedente. Paralelo a este contexto, havia uma grande parcela de despossuídos de qualquer economia autônoma, representando mão-de-obra livre para o assalariamento rural.

A medida que a manutenção dessas relações camponesas dependentes apresentaram baixa produtividade do trabalho, uso de técnica “atrasada”, fraca divisão social do trabalho de modo a não mais contribuir na aceleração do grau de acumulação do capital, houve um esforço do latifúndio em deslegitimá-las e inviabilizá-las.

A partir deste raciocínio, Gorender (2013) descreve duas possibilidades de linhas para o desenvolvimento do campo brasileiro, uma relacionada a via latifundiária e a outra a partir da via da “pequena exploração de caráter camponês familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos” (GORENDER, 2013, p. 41).

Cada uma dessas vias surgem de compreensões antagônicas entre latifundiários e camponeses acerca do uso e produção na terra, expressando a e configurando a existência da divisão classista no cenário rural.

1850, sempre na perspectiva de impedir o direito a terra à classe trabalhadora e favorecer a classe dominante com políticas e legislação em seu favor.

A delimitação desses projetos distintos para o campo brasileiro, o crescimento do assalariamento rural e de um capital eminentemente agrário, ou seja, destinado para investimentos no campo, associado ao investimento Estatal na via latifundiária, permitiu o desenvolvimento do capitalismo no campo. Desta forma,

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda a serviço da acumulação do capital agrário (em vez de desviá-lo para aplicações comerciais/ industriais). O outro lado deste processo de gênese é p de adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma, mão de obra que pode ser assalariada temporariamente (GORENDER, 2013, p. 43)

Nos anos 1950, segundo Romeiro (2013), existia a percepção de que a estrutura agrária concentrada não cumpriria com o papel de desenvolvimento nacional tal como ocorrera nos países desenvolvidos, o que faz a reforma agrária aparecer como “precondição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna” (ROMEIRO, 2013, p. 143). Tal percepção, associada a um contexto sociopolítico de organização social campesina e processos de mudança na conjuntura latinoamericana, o caso da Revolução Cubana (1959), propulsionou a aprovação de políticas como o Estatuto da Terra, mesmo que sem alterar a concepção de propriedade da terra predominante nas classes dominantes do campo.

Assim, o consenso que se formara sobre a situação injusta e miserável em que se encontrava o trabalhador rural sobre o absurdo de uma especulação desenfreada com terras agrícolas mantidas inexploradas, bem como a elevação do grau de consciência política da própria massa camponesa passaram a representar uma séria ameaça aos interesses dos grandes latifundiários do país. Para estes, o conceito de propriedade privada da terra era (e continua) absoluto. Ou seja, tal como um objeto pessoal, a terra pode ser utilizada ou não, conservada ou destruída; como uma joia, pode ser entesourada ou utilizada como garantia para acesso a novas fontes de ampliação do capital (ROMEIRO, 2013, p.145)

Guhur (2010) afirma que a subsunção real ao capital só será efetivada durante a Revolução Verde e a introdução da ideia de modernização do campo brasileiro em meados de 1960 e 1970 através da mecanização, insumos sintéticos (adubos, agrotóxicos), sementes híbridas e raças melhoradas, acentuadas com a crise do capital financeiro.

2.2. Agronegócio e hegemonia

A atual crise do capital financeiro traz consequências para a organização da produção agrícola e para a vida dos camponeses uma vez que, segundo Stedile (2013), os capitalistas financeiros tem objetivado, cada vez mais, sua inserção na agricultura. Tal envolvimento não decorre de preocupações com a produção de alimentos no mundo ou um anseio vocacional pelo setor, mas pela rentabilidade possível no mesmo.

Assim, investir na agricultura torna-se uma forma de valorizar e/ou especular capitais e tem impactado diretamente na agricultura da periferia, uma vez que dirigem-se a essa, principalmente, para viabilizar a estabilidade financeira de seus capitais voláteis. Assim, há o investimento das empresas dos países centrais em ativos fixos como terra, minérios, matérias-primas, água, territórios com elevada biodiversidade, amplamente disponíveis nas periferias. Outro setor de grande investimento é na produção da matéria-prima para produção do etanol e óleos vegetais, que apresentam grande viabilidade financeira dada a crise ambiental e a crise do preço do petróleo. Além disso, a presença elevada nas bolsas de mercadorias agrícolas fazem com que os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional se elevem pelos movimentos especulativos e do controle dos mercados agrícolas, não como resultado do custo médio de produção e valor real do tempo socialmente necessário para produzi-lo. (STEDILE, 2013, p. 23)

Desta forma, as ações de utilizar excedentes de capital produzidos fora da agricultura para comprar centenas de médias e grandes empresas atuantes nos diferentes setores da agricultura propulsiona a consolidação de um movimento de concentração e centralização do capital.

A concentração ocorre mediante o poderio da produção e comercialização dos produtos agrícolas mundiais nas mãos de poucas empresas, principalmente daqueles tidos como padronizáveis como os grãos e laticínios e também a cadeia produtiva dos insumos e máquinas utilizados na agricultura. Já a centralização do capital é decorrente do fato de uma mesma empresa controlar a produção e comércio de um conjunto de produtos de setores da economia diferenciados, desde a fabricação de insumos e maquinarias agrícolas, a produção de alimentos, cosméticos e produtos supérfluos, de modo a ampliar a atuação do capital financeiro no comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, medicamentos, agrotóxicos, etc.

Stedile (2013) aponta que a dolarização da economia, os acordos mundiais e a ação governamental são fatores que contribuem para o cenário de financeirização da agricultura. A dolarização da economia e suas taxas de câmbio favoráveis, facilita a entrada na economia nacional de empresas que compraram outras e passam a influenciar na agricultura. As regras de livre comércio, ditas por organismos internacionais, como Organização Mundial Do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), e acordos realizados que visam a normatização do comércio de produtos agrícolas a partir dos interesses das grandes empresas envolvidas de modo a estabelecer o controle do mercado nacional de produtos. Uma postura governamental em apoio a políticas liberalizantes favorece o desenvolvimento das grandes empresas transnacionais em detrimento de políticas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa

Configura-se uma agricultura norteada pela industrialização e a padronização produtiva que fomenta a dependência do desenvolvimento agrícola em insumos industriais e também nos créditos bancários, caracterizando os bancos como grandes fomentadores da agricultura industrial.

O emprego de tais inovações tecnológicas foram justificadas pelo anseio de intensificação da produção e aumento da produtividade do trabalho. As atividades agrícolas passaram a ter uma certa dependência do setor industrial, fazendo-as pertencentes a relações maiores integrantes a um complexo agroindustrial. Nesse sentido, os interesses da agricultura mesclam-se com os da indústria, tornando irreais análises que separam o industrial do agrário.

Desta forma, a modernização no campo deu-se mediante a junção do capital agrário ao industrial, relação essa fortemente incentivada no Brasil durante a Ditadura Militar, período em que a monocultura, o latifúndio foram amparadas governamentalmente em detrimento da agricultura familiar. O desenvolvimento do capitalismo implicou na ampliação de tal aliança, contando com a presença de organismos internacionais e do capital financeiro apoiando a modernização do campo.

Diante da ameaça de reforma agrária nos primeiros anos do golpe militar, houve processo da substituição de camponeses por gados e anseio mecanizar o campo, diminuindo a existência da força de trabalho diante da dificuldade de controlá-la e garantir sua produtividade no espaço rural. Os grandes proprietários eram motivados pelos valores da indústria de elevar o nível tecnológico e para tal recebiam subsídios e incentivos governamentais. Ações essas que pouco contribuíram para solução dos problemas de abastecimento urbano, que permaneciam sob a responsabilidade de pequenos produtores que em condições precárias de posse da terra, optavam pelo êxodo rural.

A dispersão do campo de trabalho, o caráter sazonal e não sequencial das operações e outras especificidades da produção agrícola dificultam e encarecem o trabalho de supervisão [...] portanto, com a expulsão da mão de obra residente, o fazendeiro passa a ter interesse em reduzir ao máximo sua dependência com relação ao trabalho “bóia-fria”, o qual será empregado fundamentalmente nas operações agrícolas difíceis de mecanizar, como a colheita de certas culturas” (Oliveira, 2013a, p.146)

Nos anos 1970, o acentuamento da intervenção estatal em prol do desenvolvimento da agricultura a partir do paradigma do latifúndio garante o investimento em infra-estrutura, matéria-prima agrícola, subsídios para compra de insumos, redução e/ ou eliminação de impostos, pesquisa técnica pelos institutos do Estado, fornecimento gratuito dos resultados dessas pesquisa.

E é uma política conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas. Não se pode dizer que é o exclusivo interesse dessas multinacionais que está tecnificando algumas regiões

da agricultura brasileira, mas tal interesse explora e torna muito mais oneroso o desenvolvimento das forças produtivas na agropecuária nacional (GORENDER, 2013, p. 45)

No entanto, tamanha disponibilidade é negada em sua grande parte aos pequenos agricultores, responsáveis pela produção de alimentos de subsistência.

Segundo Oliveira (2013b) existe também uma lógica interna na produção camponesa em que médios e grandes proprietários ao ampliar a produtividade, investe o capital adquirido na anexação de propriedades menores, fazendo com que seus antigos proprietários migrem ou proletarize-se, destacando que a maior proletarização ocorrida ocorre sob os filhos de camponeses, impedindo que os mesmos tenham terra para continuarem a ser camponeses. Neste caso, ocorre uma expropriação indireta do capital realizada pelo médio proprietário. (p. 78).

Expropriação essa que é intensificada pela ação dos atravessadores segundo Romeiro (2013). O autor ao trabalhar acerca da importância do emprego rural para os processos de distribuição de renda, afirma que no Brasil, a produção de alimentos nunca foi prioridade. A secundarização de tal atividade permitiu a ação de atravessadores que adquirem alimentos a baixos preços e revendem por preços mais elevados, acentuando às más condições de vida do camponês.

produção de alimentos ocupa áreas residuais não ocupadas pela agricultura de exportação (seja no interior da grande propriedade ou na periferia) ou áreas ainda não ambicionadas por interesses mais poderosos (fronteira agrícola). A consequência disso é o caráter precário da posse e do uso da terra para a produção de alimentos, gerando instabilidade na produção e problemas crônicos de abastecimento que se observam desde o século XVII” (ROMEIRO, 1990, p. 141).

Diante do aumento dos preços nas cidades, os intermediários compram os produtos do pequeno camponês a preços muito baixos e revendem nas cidades por valores significativamente maiores, garantindo a esses a parte mais vantajosa da produção.

Neste cenário, camponeses (proprietários ou arrendatários de terras), em geral, foram submetidos ao cultivo em terras de qualidade inferior ou de pior localização, isentas de políticas de incentivo do Estado e de todas as facilidades disponibilizadas ao latifúndio. Conseqüentemente, os camponeses são desfavorecidos pela política de preços mínimos implementadas pelos intermediários e constantemente assediados pelo latifundiários, seja pelo desejo de expandir as suas terras ou incentivar a adoção das práticas produtivas praticadas no latifúndio. Desta forma,

Os camponeses são providos de financiamento, matérias-primas e ajuda técnica, mas produzem o que interessa ao capital industrial a preços por ele prefixados. Há aí uma subordinação ao capital industrial que se manterá vantajosa” (GORENDER, 2013, p. 50-51).

Silva (1988) caracteriza esse processo de modernização da agricultura como impulsionador da formação de diversas agriculturas brasileiras, marcadas pelo grau e intensidade da transição de complexos rurais para complexos agroindustriais constituído por uma série de atividades que extrapolam o eminentemente rural. Tal processo foi marcado pela desigualdade no acesso a créditos, equipamentos, máquinas, insumos e também exclusão, uma vez que cada setor inicia a partir de um grau de desenvolvimento e nem sempre é disponibilizado as mesmas ferramentas para consolidação de tal. Assim, “esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, da sua face de miséria” (SILVA, 2013, p. 165).

Percebe-se, nesse contexto, uma continuidade, daquilo que chamamos no capítulo um, de apropriação privada da terra, ao expandir a monocultura no campo; da cultura, ao impor uma forma de produzir mediante o pacote tecnológico do agronegócio; da vida, ao impedir que comunidades camponesas possam produzir e reproduzir suas vidas em suas terras. É a continuidade da perversidade.

Guhur (2010), utilizando-se dos estudos de Oliveira (1986) e Shanin (1980), aponta a diferenciação do campesinato a partir do desenvolvimento no campo das relações mercantis do modo de produção capitalista. Tal

diferenciação levaria os camponeses com maior poder aquisitivo ao ingresso no mercado capitalista e os com menos condições objetivas, à venda da força de trabalho, à proletarização. Tal situação não implica em afirmar que o fim do campesinato, apontando também outras tendências como a pauperização e a marginalização do campesinato.

Para aqueles expropriados da terra, Guhur (2010), aponta a migração para áreas de fronteira como Pará, Mato Grosso, Rondônia, o êxodo rural como alternativas de sobrevivência aos camponeses durante a modernização agrícola no Brasil.

Autora fala da contraditoriedade do capital que se utiliza e cria relações não capitalistas para manutenção de sua taxa de acumulação, como é o caso da transformação da renda da terra em capital, em que o capitalista apropria-se do trabalho excedente do camponês e de sua família de maneira não especificamente capitalista.

Desta forma, Stedile (2013) destaca o acentuamento da simbiose existente entre capital industrial, comercial e financeiro e a consequente configuração de uma burguesia que atua no campo que se difere dos antigos fazendeiros, dando ênfase para atuação de empresários, industriais e especuladores no campo. Tem-se nesse cenário as condições objetivas para a expansão do agronegócio no campo brasileiro, como matriz produtiva (ou destrutiva) que dialoga com os interesses do capital.

Oliveira (2013a) coloca que o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gerou latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários que reivindicam o fim dos subsídios agrícolas, recusam a necessidade da realização de uma reforma agrária e se organizam em torno do projeto do Agronegócio

Apesar de ser durante os anos 1980 a primeira utilização do termo agronegócio no Brasil, durante a formulação do Complexo Agroindustrial, foi nos anos 1990 que tal modelo produtivo é difundido como sinônimo de modernização da agricultura. Agronegócio é uma expressão originada do inglês “agrobusiness”, e foi criada por Goldemberg e Davis, da Universidade de Harvard, em 1957, em um período de modernização conservadora pós 2ª Guerra Mundial em que para atender a população urbana crescente, o Estado,

agente regulador e financiador, fomenta a integração técnica da indústria com a agricultura, permitindo aos capitalistas o controle da propriedade e da produção. Desta forma, o agronegócio baseia-se como articulação entre agricultura, indústria e capital internacional, promovendo a “integração” campo-cidade pelo incremento técnico, científico e informacional, de modo que capital internacional passa a ter grande influência no campo brasileiro.

Bezerra (2009) afirma que tal terminologia surge como atributo lingüístico para substituir o ideário de campo como arcaico pela compreensão da sua representatividade para o Brasil, caracterizando a agricultura como vocação nacional. Descreve-o como um “supersetor” que interliga, dentro e fora da porteira, todos os setores que se envolvem com a agricultura desde a oferta de serviços, proprietário, trabalhador e Estado que garante infraestrutura para escoamento da produção. Logo, caracteriza-se como uma tentativa de envolvimento e universalização da agricultura, estabelecendo uma vinculação entre cidadão comum e o agronegócio.

Segundo Bezerra & Junqueira (2013), o agronegócio combina traços da acumulação primitiva a uma desterritorialização mundial do comércio, ampliando a concentração de terra e poder, dificultando políticas estatais de reforma agrária, submetendo pequenos agricultores e excluindo e incluindo trabalhadores ao regime de exploração. Ele é apresentado como único modelo para agricultura, trabalhando como sinônimo de riqueza e modernização para legitimar-se socialmente, desconstruindo a imagem perversa do latifundiário e descredibilizando modelos alternativos de agricultura, como a produção agroecológica.

Tal modelo sustenta-se por um permanente movimento de privatização seja de terras públicas, de políticas sociais, de serviços sociais e também de bens da natureza, em especial sobre as sementes, fontes de água potável e biodiversidade vegetal e animal. É uma apropriação da riqueza pública e uma imposição de um modelo agrícola baseado na produção de produtos agrícolas que atendem às demandas do mercado externo, daí o aumento das monocultura de grãos e de plantações industriais de eucalipto, pinus, palma africana. Stedile (2013) elenca outras características desse modelo produtivo, tais como:

[...] organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menos tempo” (STEDILE, 2013, p. 33)

É nítido que esta forma de produção e comercialização põe em risco a soberania dos povos e dos países sobre os alimentos, as formas de produção e comércio, os territórios camponeses, que são desnacionalizados, globalizados com a entrada das empresas transnacionais, aumentando a quantidade de latifúndios. Na perspectiva de uma agricultura sem agricultores, o agronegócio inviabiliza a produção camponesa e despovoam o interior dos países⁶. E realiza tal ação com a contribuição de políticas agrícolas subalternas aos interesses das empresas transnacionais, impactando diretamente a situação do campesinato

Stedile (2013) afirma que a ofensiva do agronegócio ocasionou também uma redução da classe de trabalhadores proletários rurais e uma superexploração para aqueles que permaneceram. Seja a expulsão, a exploração ao trabalho camponês, o trabalho assalariado mal pago e também as formas de trabalho não pagas são todas formas válidas e utilizadas pelo capitalismo para garantir o aumento da extração da mais-valia das classes dominantes. O autor aponta que

[...] os camponeses, pelo aumento da jornada de trabalho, pelo envolvimento de toda família e pela baixa remuneração recebida. Entre os proletários rurais, empegados no

⁶ É importante considerar que despovoar o campo pode ser interpretado também como as diversas ações, protagonizadas pelo agronegócio, que desrespeitam o saber e a cultura camponesa, podendo manter o campo povoado de trabalhadores, mas que se baseiam na lógica de produção e comércio do agronegócio.

agronegócio, há uma superexploração relativa em função da comparação dos seus salários, que são maiores do que dos camponeses mas muito menores do que seus equivalentes trabalhadores das mesmas *commodities* agrícolas em outros países do mundo,..., havendo ainda casos de trabalho não pago, análogo à escravidão. Segundo os dados do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal, registram-se ao redor de 5 mil casos por ano (STEDILE, 2013, p. 32).

Oliveira (2013a) afirma que existe um duplo movimento do capital no campo, um baseado na “territorialização do capitalismo monopolista no campo” e outro na “monopolização do território”. O primeiro refere-se a expulsão e concentração dos trabalhadores do campo na cidade para o trabalho na indústrias, comércios, serviços ou ao assalariamento no campo propulsionada pelo campo. Neste caso, o capitalista apropria-se do lucro gerado pela atividade industrial e também da renda da terra gerada, sendo comum a consolidação da monocultura.

Quando o capital monopoliza o campo, o segundo processo citado acima, esse continua sendo povoado, permitindo que a produção camponesa se desenvolva e também o campesinato. No entanto, “o capital cria as condições para que os camponeses produzam matéria-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo de produtos industriais no campo (ração na avicultura)” (OLIVEIRA, 2013, p. 129). Assim, a permanência no campo é atrelada a submissão dos camponeses aos modelos e receitas, apontadas como únicas viáveis, pelo capital.

Isso permite ao autor afirmar que o capitalismo no campo nunca é reproduzido apenas por relações eminentemente capitalistas. Simultaneamente a esta, dá abertura para a expansão do trabalho familiar camponês seja mediante o camponês proprietário, parceiro, renteiro ou posseiro. Utilizam-se, assim, do campesinato para produzir o seu capital.

Em termos espaciais, a organização do campo baseada na perspectiva do capital acentua as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, contribuindo, segundo Oliveira (2013a), para a eliminação gradativamente da separação entre cidade e campo, entre rural e urbano, unindo-os em uma unidade dialética e reforçando a histórica submissão do rural ao urbano.

Dessa forma, o campo moderno brasileiro vai transformando a agricultura em um “negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial” (OLIVEIRA, 2013, p. 131) cujas demandas são orientadas a partir das necessidades externas, não internas. Logo, o agronegócio surge como modelo para pensar a produção e comercialização para o mundo, independentemente das demandas nacionais⁷.

Para sustentar ideologicamente esse novo modelo de agricultura, houve grandes investimentos na produção científica, desenvolvendo pesquisas e tecnologias para agricultura e na articulação com meios de comunicação vinculados aos interesses da classe dominante. Deparamos com um processo de privatização da produção do conhecimento cujos produtos científicos além de atender interesses específicos, não são socializados com os pequenos agricultores e muitas vezes até cobrados.

Desta forma, para viabilizar a produção do agronegócio, padroniza-se hábitos alimentares cuja base são produtos oriundos dessa agricultura industrializada e busca, constantemente, a transformação da imagem negativa do fazendeiro, para a do produtor moderno e politicamente correto mediante uma comunicação, defensora do capital financeiro, que contribui na constituição do senso comum dos sujeitos. Estabelece-se ‘uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico.’ (STEDILE, 2013, p. 30)

Esta modernização da agricultura vem associada também a uma institucionalização das demandas e interesses das elites agrárias que paulatinamente ocupa espaços políticos como Câmara dos Deputados e Conselho Nacional de Meio Ambiente através de quadros formados a partir da individualidade e defesa da tecnologia que defendem tal projeto. Logo, o plano político torna-se lugar estratégico para reprodução de tais interesses, caracterizado

⁷ Oliveira (2013a) exemplifica apontando que embora o trigo e soja tenham sido um dos produtos mais exportados em 2003, também foram os mais importados nesse período o que permite a conclusão feita por Oliveira (2013a) de que “quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta” (OLIVEIRA, 2013 p. 133). Exportação essa que tem se organizado para pagar a dívida externa brasileira que vem crescendo anualmente.

“por um processo crescente de institucionalização de interesses e de profissionais de representação; pela ampliação e diversificação dos espaços de representação; pelo surgimento de uma nova geração política portadora de uma retórica de legitimidade e de identidade fundada na competitividade e na defesa da tecnologia como paradigma da modernidade e desenvolvimento” (SEVA, 2010, p. 3)

Conforme Simionato & Costa (2012), o parlamento, possuindo estreita relação entre sociedade política e sociedade civil, possibilita um espaço no interior do aparato estatal de interesses da sociedade civil. O acesso das classes dominantes a essas estruturas estatais permite a cristalização de seu domínio político-econômico.

Para consolidar esta postura de construção de um arcabouço político e moral que justifique suas ações e assegure sua posição de beneficiários no interior da política. Há, desta forma, um forte incremento nas ações para além da sociedade política, atuando no interior da sociedade civil para a disputa de hegemonia em que o incremento midiático, relação com marketing (BEZERRA, 2009), a comunicação, a aproximação das escolas, enfim, uso da simbologia e discurso são ferramentas utilizadas para materializar tal projeto mediante a atuação das organizações políticas do agronegócio, a qual destacamos a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), que debateremos mais no próximo capítulo.

E estas são as configurações gerais de um rural com que a juventude do campo depara-se e é impelida a atuar cotidianamente. A consolidação do agronegócio como modelo ideal de produção impacta diretamente na vida e nos projetos juvenis, assim como esses tem a potencialidade de modificar aquilo que já fora tido como padrão e imutável. Por essa razão, discutiremos abaixo sobre a constituição da juventude do campo e seus principais desafios e potencialidades.

2.3. Juventude do campo: desafios e possibilidades

Almeida et al (2009) em sua obra “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político”, sistematizam uma

pesquisa realizada por um coletivo de pesquisadores cujo objetivo central foi compreender os motivos dos jovens se organizarem para ficarem no meio rural assim como aqueles que favorecem a organização de diferentes movimentos de juventude no âmbito dos movimentos sociais. Para isso, realizaram uma pesquisa bibliográfica, seguida de levantamento de dados estatísticos e, posteriormente, de diálogo, mediante entrevistas, com jovens participantes de eventos realizados pelos movimentos sociais do campo. Embora este livro contemple uma análise acerca da realidade juvenil até 2007, dialogaremos com os autores de modo a apreender o debate acerca da conceituação da categoria analítica “juventude rural”

Sobre a constituição da condição juvenil, Almeida et al (2007) colocam que o ato de identificar-se enquanto jovens e rurais, desencadeia um duplo enquadramento dessa juventude. Por um lado, são relacionados às imagens pejorativas do mundo rural, decorrentes da desvalorização do rural no espaço urbanos, sendo identificados como peões, roceiros, aqueles que moram mal. Por outro lado, são deslegitimados pelos pais alegando serem muito urbanos. Assim, o jovem rural é inserido socialmente em uma posição hierárquica de subalternidade, seja nas relações familiares, seja nas relações com o restante da sociedade. Posição essa que é agudizada pelas difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar (ALMEIDA ET AL, 2009, p. 39).

Apesar de existir forte presença das relações de hierarquia paterna/adulta, em diversos momentos, tal categoria é valorizada pelos próprios pais e movimento por referir-se a renovação, ao futuro e também como essencial na reprodução da produção familiar. E é neste cenário de contradições de ora serem deuses, ora demônios que é constituída a condição juvenil no meio rural.

Para as autoras, o estudo e as reflexões acerca da juventude do campo foram, durante muitos anos, relacionados ao problema social da migração e ao desinteresse do mesmo pelo meio rural, configurando uma abordagem que invisibilizou de tal categoria. Entretanto, tal realidade apresentou significativas mudanças, principalmente, a partir dos anos 2000, quando ocorreu um

aumento significativo de iniciativas organizativas no interior dos movimentos sociais protagonizadas pela juventude publicizando suas demandas.

A ampliação da participação da juventude rural repercute diretamente no reconhecimento de suas demandas e na formulação de programas e políticas direcionadas a mesma. Ao mesmo tempo, esta inserção materializa a possibilidade de compreender a juventude rural enquanto categoria política, o que, para Almeida et al (2009), ainda é incipiente uma vez que debate restringe a juventude rural como uma categoria analítica em construção.

Os debates sobre juventude são impulsionados desde o final do século XX e início do século XXI. As autoras colocam que existem textos provenientes do início do século XX, mas que foi durante as décadas de 1960, 1980 e 1990 os momentos de ápice na produção. No Brasil, apontam que é a partir dos anos 1990 que surge um debate mais evidente sobre juventude no interior das Ciências Sociais. Essas tem sido desenvolvidas a partir da definição da existência de diversas juventudes, mas com uma centralidade das discussões acerca da juventude localizada nos centros urbanos e, mesmo que esteja crescendo número de estudos sobre os jovens rurais, esse permanece sendo pouco conhecida e estudada.

A partir do PNAD de 2006, as autoras defendem que embora a população jovem rural, considerada aquela entre 15 a 29 anos, corresponda a 4,5%, esse número é equivalente a 8 milhões de jovens, representando um contingente muito significativo para ser invisibilizado.

Considerando como uma categoria social em construção em que são escassos os consensos, os estudos de Weisheimer (2005) sobre publicações referentes a juventude rural muito contribuem para o entendimento deste debate. O autor apresenta cinco abordagens utilizadas para definição da juventude: uma a partir da faixa etária; outra do ciclo da vida; uma terceira utilizando geração; e uma outra como cultura ou modo de vida; e a última enquanto representação social. Ressalta que alguns autores optam na utilização de apenas uma dessas abordagens, outros fazem articulações entre elas, havendo também aqueles que entendem juventude como uma categoria auto-explicativa e, logo, dispensam debates sobre sua definição.

A abordagem a partir da faixa etária considera jovens os sujeitos pertencentes a determinado período etário. Esta é uma definição muito utilizado por organismos internacionais, como Organização Mundial da Saúde e Unesco, buscando limitar a juventude entre a adolescência e o mundo adulto, tornando-se importante para definição de um público alvo para programa ou política. Weisheimer (2005) exemplifica citando a OMS em que a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrangendo as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos). Apresenta ainda que a Organização Ibero-americana da Juventude e a Organização Internacional da Juventude reconhecem como jovens aqueles situados entre a faixa de 15 e 24 anos.

No Brasil, esta definição de juventude é utilizada pelo IBGE ao definir o “grupo jovem” como aquele compreendido entre 15 e 24 anos em três recortes etários: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescente a pessoa na faixa de 12 a 18 anos (Lei no 8.069 de 13/07/1990).

Almeida et al (2009) e Weisheimer (2005) afirmam ser esta uma abordagem muito limitada por desconsiderar das relações sociais existentes na relação do jovem com a sociedade.

Uma segunda abordagem apresentada por Weisheimer (2005) é a definição de juventude como fase de transição para a vida adulta, que possui seu destaque dentre os pesquisadores desde que foi assumida pela Unesco a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble, em 1964.

Nesta perspectiva, a “transição se caracteriza como o processo de socialização e atribuição de papéis sociais específicos” (WEISHEIMER, 2005), sendo que a criação de uma nova família, a procriação, a ampliação da autonomia são consideradas como materialização desta mudança. A autonomia dá-se, principalmente, através no ingresso ao mercado de trabalho tido como elemento central para o jovem poder materializar suas idealizações da vida adulta.

A partir desta compreensão, pode-se citar um processo de alongamento da condição juvenil ocasionado pela precarização e dificuldade do acesso ao trabalho e um alongamento da condição juvenil devido ao aumento da escolarização e dependência da família.

As autoras Almeida et al (2009) colocam que a leitura da juventude enquanto período de transição é consensual entre alguns estudiosos do tema. Alguns autores associam fatores físico-biológicos a comportamentos psicológico-sociais e padronizam comportamentos que os jovens estão predispostos a reproduzir, ressaltando o caráter transitório dessa categoria (ALMEIDA ET ALL, 2009, p. 41).

Um terceiro enfoque seria a partir das gerações, muito baseado nos estudos de Karl Mannheim. Weisheimer (2005) explica que este autor considera que os membros de determinada geração vivenciam a mesma situação num mesmo período histórico. Para ele, a abordagem geracional relaciona-se a difundir uma herança cultural. A partir do reconhecimento da juventude como uma geração com maior facilidade de assimilar novos valores, tem-se a possibilidade da criação de conflito com outras gerações não tão flexíveis. Essa situação gera definições de juventude, conforme afirmam Almeida et all (2007), a partir da definição e padronização de características juvenis, podendo ser tida como “vanguarda, transformadora, questionadora”, mas também como “rebelde, inexperiente, delinquentes”, justificando a necessidade do controle.

A consideração da juventude a partir de um modo de cultura é definida por Weisheimer (2005) como uma quarta abordagem para definição de tal. Nesta perspectiva, a condição juvenil é dada a partir da cultura de massas, ou seja, por um modo de vestir, falar, se divertir inerente aos jovens. Assim, a juventude é definida a partir da indústria do consumo. Por esta abordagem, poderia se questionar se existiria juventude no campo dado o suposto não acesso desses jovens à indústria do consumo.

Ocorre que a modernização e consolidação do capitalismo no campo, promove a diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano. Tem-se a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais. E nesse novo cenário, a

própria juventude passa a ressignificar a forma da organização da produção e reprodução da vida rural, trazendo elementos até então considerados como urbanos.

A quinta abordagem trazida pelo autor refere-se a definição da juventude enquanto representação social e autorepresentação. Para esta perspectiva, a juventude refere-se a um conjunto de relações sociais específicas vividas pelos jovens em uma dada sociedade. Para além da faixa etária, trabalha-se com a condição juvenil uma vez que busca compreender os significados que definem quem é e quem não é jovem em dado contexto sociocultural, permitindo uma mobilidade do significado dessa categoria a depender das relações sociais estabelecidas. Entende a juventude também como um processo transitório que marca a passagem de uma condição social da dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta, mas que varia de sociedade para sociedade.

Apesar de todas as perspectivas e de seus enfoques etários, comportamentais, geracionais ou históricos, Almeida et al (2009) ressaltam a necessidade de haver uma categoria genérica que possa ser referência para iniciar os debates sobre tal categoria. Na contemporaneidade, juventude é tida como uma categoria analítica que refere-se a transitoriedade, o que para as autoras implica na transferência para os jovens de uma imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados, tendo repercussões desde a dificuldade em conseguir o primeiro emprego quanto a deslegitimação da participação em espaços de decisão (ALMEIDA ET AL, 2007)

Para elas as críticas mais incisivas sobre às construções sociológicas que definem juventude partiu do autor francês Bourdieu. Para ele, as fronteiras entre juventude e velhice seriam definidas a partir das relações de dominação e de hierarquia que as envolvem, ficando isentas de significado quando trabalhadas isoladamente.

Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais – que por sua vez são diferentes entre si – e aos processos de socialização. Nesse sentido, as autoras afirmam ser mais coerente privilegiar

as noções de juventudes e jovens rurais no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas

A partir dessas cinco abordagens acerca da definição da juventude, consideraremos a categoria juventude como aquela constituída por grupo geracional que vivencia uma mesma condição juvenil determinada socialmente, principalmente, por sua posição na divisão social do trabalho. Para tanto, as diferenças de classe, etnia, gênero, território são importantes na constituição de dada condição juvenil em determinado território.

Desta forma, reconhecemos a existência de uma diversidade na vivência da condição juvenil, distinguindo a vivência da juventude urbana daquela denominada como rural, mas estabelecendo interrelação entre as mesmas. Não partimos, assim, do pressuposto de uma juventude do campo “pura”, com traços eminentemente rurais, mas de uma juventude que dialoga com o urbano, com a cultura tida como urbana, haja visto aos diversos processos materiais e ideológicos de rompimento das fronteiras do urbano e rural e supervalorização do urbano decorrente dos processos de modernização da agricultura, globalização, logo, da hegemonia do capital na contemporaneidade.

Assim, para além de afirmar a existência de diversas especificidades na constituição de cada juventude - o que nos permite dizer que as demandas da juventude urbana são diferentes daquela tida como rural - e reconhecer a diversidade das juventudes rurais, neste trabalho, queremos destacar a existência de um projeto societário da classe dominante para cada juventude do campo e que esse está sustentado em uma mesma lógica de exploração e apropriação privada das riquezas, como discutimos no capítulo um.

Dentre as diversas razões apresentadas por Almeida et al (2009), há autores que apresentam a saída do jovem do campo como recorrente das dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente no que se refere ao acesso à escola e trabalho. Outros, integrando uma literatura clássica sobre campesinato, afirmam que a atração do jovem pelo meio urbano, pelo estilo de vida urbano seja o principal motivo.

Um documento institucional produzido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (**NEAD**), órgão de Ministério do Desenvolvimento Agrário⁸, em 2009, realizou estudo sobre a situação e o acesso da juventude rural nos programas e políticas de acesso à terra. Amparando-se por reflexões realizadas a partir da associação de estudo bibliográfico e uma avaliação comparativa feita entre os gestores das políticas, os jovens que não e os que acessam às políticas, buscou identificar os requerimentos/ exigências de programas e políticas que facilitam e dificultam o acesso, o interesse em permanecer na terra ou em migrar. Na sistematização desse estudo, os autores apresentam as principais motivações para permanência ou migração do jovem na terra a partir de revisão bibliográfica sobre a temática.

Uma primeira motivação apresentada refere-se ao desequilíbrio de gênero, que possui centralidade nos estudos pesquisados como consequência da migração do campo para as cidades. Brasil (2009) relata que a agricultura familiar necessita da formação de novas famílias para sua reprodução social, além da existência de terra para explorar.

A diferença entre homens e mulheres no campo dificulta a formação de novas famílias, uma vez que as significativas expressões do patriarcado na divisão sexual do trabalho no campo engendram na deslegitimação do trabalho feminino (mesmo que esse se caracterize para além das tarefas domésticas), na predominância do filho homem como herdeiro da terra e na consequente migração das moças para cidade em busca de independência familiar e acesso aos estudos. Nas cidades, elas vislumbram uma maior possibilidade de acesso à escola após ensino fundamental, maior oferta de trabalhos com jornadas de trabalho reduzidas em relação ao trabalho no campo.

Há assim, um percentual desigual de homens e mulheres no campo, o que dificulta a constituição de novas famílias. Existe também, segundo Brumer (2007) a desvalorização do matrimônio com agricultores.

⁸ NEAD é um órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visa contribuir na avaliação, o monitoramento e aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, através da promoção de estudos e pesquisas sobre temas de reforma agrária, agricultura familiar, transgênicos, juventude rural, mulheres rurais e demais aspectos sociais, políticos e econômicos ligados ao desenvolvimento rural sustentável.

O valor atribuído, pelo jovem e sua família, aos modos de vida no campo e na cidade também integra esse processo. O incentivo ou não dos pais para a migração dos filhos e filhas é relativo e muito influencia na concepção da juventude dos significados de ficar ou ir. Os jovens, geralmente, avaliam as dificuldades da vida no campo apresentando pontos positivos e negativos tendo como parâmetro a formação familiar e a influência dos posicionamentos da sociedade em relação a cada território.

O acesso à terra muito influencia nessa decisão, já que a questão do processo de sucessão e herança da terra implica em um conjunto de condições e regras definidas em cada família para a divisão das terras, sendo que existe uma limitação para tal diante de propriedades muito pequenas. Em geral, existem as regras familiares cuja terra é deixado para o filho mais velho que nem sempre são adequadas, o que faz a aptidão ao trabalho no campo ter maior relevância. As moças são deixadas à margem desse processo.

Sabe-se que a obtenção da terra, seja por herança, aquisição, concessão, aluguel, uso, é essencial para a existência da agricultura familiar, uma vez que essa é determinante para a produção rural, autoconsumo e venda de excedentes. Desta forma, é o principal patrimônio, é o meio de trabalho de garantia da autonomia, produção e reprodução dos camponeses. Negar o acesso à terra, implica na dependência do camponês àqueles que se apropriam de seu meio de produção, ou seja, a venda da força de trabalho. Daí a relevância da garantia da terra aos jovens, garantindo aquilo que estudiosos chamam de sucessão rural.

A questão do acesso aos serviços sociais, como serviços às unidades produtivas agrícolas como luz elétrica, água encanada, saneamento básico, atendimento de saúde, transporte, telefone, espaços de lazer e internet que muito influenciam na permanência ou migração no campo.

Outra motivação para tal dá-se pelo acesso ou não de recursos financeiros suficientes para atenção a necessidades de consumo dos jovens rurais (seja resultantes da partilha, de rendimentos obtidos, de economias possibilitadas por residir na casa paterna ou rendas obtidas fora da unidade produtiva) e a busca por educação e formação profissional

No que se refere a educação, Weisheimer (2005) apresentam que as taxas de analfabetismo por faixa etária e por local de residência são sempre maiores para aqueles que vivem na área rural, especialmente entre 5 a 11 anos e entre 24 anos ou mais. Outro ponto apresentado é que a área rural apresenta maior taxa de pessoas sem instrução ou com apenas nível fundamental incompleto se comparadas com as referentes à área urbana. Para os demais níveis de escolaridade (fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo) a proporção é maior na área urbana. Destaque para o nível médio, em que apenas 8% da população rural tem acesso. Referindo-se apenas à população rural, os homens apresentam maior porcentual que as mulheres em relação a níveis mais baixos de escolaridade (de 0 a 4 anos), sendo que a situação inverte-se quando refere-se a categorias mais elevadas de estudo (acima de 9 anos), o que representa que as mulheres no campo tendem a obter maior tempo de escolaridade.

Tal acesso é dificultado, para a maioria dos jovens rurais, por condições de acesso à escola em que é relevante a existência de escola próxima, a distância das instituições educacionais mais perto e a disponibilidade de transporte para locomoção. As jovens, em geral, possuem maior acesso a formação profissional nas cidades.

Uma questão importante é o tipo de formação obtida nas cidades em que há o contraste entre os valores urbanos e rurais e entre habilidades necessárias para o campo e nas cidades. Neste contexto da formação profissional, mesmo que quando voltadas para o trabalho rural, pode haver uma incompatibilidade com o ensino familiar sobre estas práticas.

Esta incompatibilidade pode influenciar na decisão de permanecer na cidade. Tal estudo fala que a saída do campo dá-se entre os de maior escolaridade, permanecendo no campo aqueles com menor escolaridade o que pode influenciar na possibilidade de continuidade e viabilidade de permanecer.

Brasil (2009) ajuda a compreender que para além da produção, os jovens buscam a constituição do rural como espaço constituído por serviços sociais de qualidade, em que haja viabilidade produtiva, isento de adjetivações pejorativas em que seja possível viver e reproduzir a vida social. Dentre tantas as

reivindicações que o jovem do campo apresenta, existe uma predominância da reivindicação pelo direito à educação, que aparece como uma das formas de viabilizar a vida no campo.

Assim, para além de recortes etários, compreender a juventude do campo implica na apreensão dessa categoria enquanto aqueles que vivenciam o mesmo processo histórico e cultural de seus avós e familiares, que possuem identidade quanto o local que ocupam na sociedade, mas a vivência de forma diferenciada uma vez que cada qual é marcado por variáveis de gênero, etnicidade, religião, responsabilidades, classe. (ALMEIDA ET AL, 2007, p. 45).

Os jovens rurais são aqueles que vivenciam mais diretamente as transformações sociais no meio rural e o seu posicionamento enquanto sujeito histórico através da organização política dos mesmos tem desencadeado em um processo de reconhecimento das especificidades e demandas dessa juventude. Esta realidade desencadeia na criação de programas e políticas, mesmo que em número reduzido e insuficiente, voltadas às demandas da juventude rural, conforme dito anteriormente,

O Governo Collor de Mello (1990-1992) foi caracterizado por forte criminalização dos movimentos sociais e estagnação da Reforma Agrária. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso houve a pretensão de acabar com a questão agrária mediante o assentamento das famílias. Embora tenha sido o governo que mais assentou famílias, não teve fim a questão agrária dado o caráter estrutural da mesma. A frustrada tentativa de negação da questão agrária provocou um maior fortalecimento dos movimentos camponeses, principalmente Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). A Marcha de 1997 que reuniu quase 100.000 pessoas em Brasília fez o governo adotar a tática do acentuamento da criminalização dos movimentos sociais e ocupações de terra.

A adoção do ideário neoliberal, implementado pelo Governo Collor e consolidado durante governo de Fernando Henrique Cardoso, possibilitou a implantação de reformas orientadas pelos organismos internacionais que, no que se refere a questão agrária, previam a abertura comercial e a privatização da terra. Essa orientação fortalece a criação de projetos visando uma reforma agrária de mercado como a criação, em 1999, do Banco da Terra em que o

Banco Mundial financiava a aquisição de terras improdutivas pelo Governo Brasileiro e, posteriormente, as famílias parcelavam tal dívida diretamente com o banco. (Guhur,2010).

Outras medidas adotadas foram a redução das barreiras de importação de produtos agrícolas, aumentando a competitividade e dificultando a vida do pequeno agricultor; precarização das políticas de assistência técnica; fim da política de facilitação da compra de produtos de pequeno agricultores; direcionamento das pesquisas da Embrapa para os interesses do grande capital.

Na perspectiva do capitalismo financeiro, a agricultura não se isentou desse processo, haja visto a existência de diversos organismos institucionais que investiram em ações de empresas que atuavam nos complexos agroindustriais.

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva como presidente, apesar das contradições observadas por ser um governo de composição, gerou grande expectativa de avanços para Reforma Agrária. Durante esse governo houve a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, que tal como seu antecessor, não foi implementado.

Apesar de todas expectativas com o governo Lula, sua configuração enquanto um governo de composição de forças gerou diversas contradições. No que se refere a questão agrária, neste período houve uma legitimidade da expansão do agronegócio através de medidas provisórias favoráveis ao setor e também pela criação de aparelhos ideológicos que disputassem o projeto das classes dominantes ligadas ao mesmo.

Segundo Almeida et al (2009), tais programas acentua-se a partir dos anos 2003, início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, concentrando suas ações na área da educação. No próximo item enfocaremos na discussão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo enquanto política de educação voltada a juventude do campo.

CAPÍTULO 3: A DISPUTA: EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Para você me educar/ Precisa me encontrar lá/ Onde eu existo, quer dizer,/ No coração das coisas,/ Você precisa me conhecer,/ precisa saber da minha vida,/ meu modo de viver e sobreviver;/ conhecer a fundo as coisas/ nas quais creio e às quais me agarro/ nos momentos de solidão,/ desespero, sofrimento (VITAL DIDONET, Para você me educar)

Conforme discutimos anteriormente, a organização da juventude do campo possibilitou a identificação de suas principais demandas, sendo que para além do acesso à terra, essa juventude tem reivindicado o acesso permanente à uma educação pública com um conteúdo teórico-pedagógico que dialogue com a realidade do campo. Nesse sentido, discutir a Educação do campo torna-se uma questão estratégica para compreender o complexo dilema do “ficar e sair” desses jovens do campo.

No entanto, o movimento de buscar apreender as determinações que compõe a realidade do campo, permite-nos identificar a disputa de projetos educacionais neste território. Paralelo a um processo protagonizado pelos movimentos sociais e classe trabalhadora em busca da constituição de uma

educação do, para e no campo, existe iniciativas educacionais lideradas pelas classes dominantes baseadas na legitimação do agronegócio como padrão produtivo e na negação da existência das classes sociais no campo.

No que se refere a Educação Profissional, a modalidade do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (PRONATEC) Campo realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), vinculado a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), é um exemplo emblemático do avanço das forças conservadoras no cenário de disputa por corações e mentes da juventude do campo. Para além disso, expressa a potencialidade da classe dominante em ressignificar as demandas do camponeses a partir de seus interesses.

Por esta razão, neste capítulo trabalharemos o sentido do princípio educativo a partir de Antônio Gramsci, para então compreendermos a conquista da Educação Profissional no campo no bojo das lutas pela consolidação da Educação do Campo. Encerraremos o capítulo exemplificando a atuação da classe dominante na oferta de iniciativas educacionais no campo através do Pronatec do Senar e demais serviços oferecidos por tal entidade do “Sistema S”.

3.1. Princípio educativo e os intelectuais no pensamento de Antônio Gramsci

O autor italiano Antônio Gramsci aponta como elemento importante para o processo revolucionário a transição do senso comum para o bom senso, representada pela apreensão dos determinantes da realidade e fomentada pelos intelectuais. Apesar da consideração gramsciana de que todos os homens são filósofos, tal capacidade de análise, crítica e atuação na sociedade é impactada com os processos de alienação predominantes no modo de produção capitalista gerando uma percepção imediata da realidade, sem a relação causa e efeito. Gramsci (2011) denomina tal relação como senso comum e sua vivência é generalizada uma vez que, na maioria das vezes, é a percepção da realidade possível a determinados conjuntos de pessoas, o que

impedem de constituírem-se enquanto sujeitos que tomam a história em suas mãos.

O nível do senso comum é uma leitura limitada da sociedade, mas não é uma mentira já que refere-se a realidade aparente dos homens. Gramsci (2011) coloca que a dimensão do senso comum deve ser superada, organizada, mas não fala em sua eliminação em direção ao bom senso, tida como o nível da consciência crítica. Este processo de superação dá-se pelo nível da política mediante a ação dos sujeitos, coletivos ou individuais, para o fomento da capacidade humana de apreender a realidade de forma crítica e não fragmentada, sendo notável o papel dos intelectuais orgânicos e tradicionais.

Gramsci (2011) reconhece a existência dos intelectuais das classes dominantes e das dominadas na configuração da disputa pela hegemonia, assim como dos intelectuais tradicionais. O autor afirma a existência dos intelectuais individuais e os coletivos, podendo ser representados por um partido político, movimento social que também possui a função de organizar de modo a assumirem, cada vez mais, a função que antes era destinada a grandes líderes. Gramsci (2011) ainda diferencia os intelectuais tradicionais daqueles considerados como orgânicos.

Os intelectuais tradicionais são grupos incorporados pela sociedade capitalista, mas que possuem origem em outro modo de produção. Eles possuem importância e geralmente colocam-se acima da divisão classista e, geralmente, possuem grande importância política, como por exemplo, a Igreja Católica. Daí a afirmação de que esses intelectuais estão em disputa pelos projetos societários. Gramsci (2011, p. 204) esclarece a continuidade de alguns intelectuais no decorrer da história:

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2011).

No que se refere aos intelectuais orgânicos, eles foram constituídos a partir da luta de classe e se assumem vinculados a um determinado projeto de classe. Segundo Gramsci (2011), uma classe que quer se tornar nacional é uma classe que necessita formar seus intelectuais orgânicos, além de conquistar os intelectuais tradicionais. Tal tarefa torna-se importante por ser uma camada mediadora capaz de criar coerência e unidade.

Nesta perspectiva, há a criação de intelectuais a partir das demandas concretas de legitimação da classe. Gramsci (2011) aponta que o processo da constituição de intelectuais dá-se mediante a continuidade daquilo que já ocorria para formação tradicional. Deste processo, surgem os especializados na “poupança”, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana.

Assim, o autor afirma que,

A diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz sobretudo funcionários estatais e profissionais liberais, enquanto a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: por isso, a Itália setentrional produz sobretudo técnicos e a Itália meridional, sobretudo funcionários e profissionais” (GRAMSCI, 2011, p. 207)

Desta forma, surge um tipo de escola para cada demanda social. Conforme Gramsci (2011), esta relação entre a produção de intelectuais e o mundo da produção dá-se de forma não imediata, mas permeada pelo tecido social, pela superestrutura que é a legitimação da existência dos intelectuais. Reafirma ainda uma estratificação na criação dos intelectuais de acordo com as necessidades que lhe criam, sejam organizacionais, diretivas, coercitivas.

Há a tendência, nas sociedades modernas, da criação de escolas enquanto espaços de disputa de projetos, logo, com interesse claro na formação de determinados tipos de intelectuais.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às

classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, gerava a crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que pôs em discussão o próprio princípio de orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada na tradição greco-romana. [...] A tendência atual é abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e mulheres que não devem pensar em prepara-se para um futuro profissional, bem como difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 2011, p. 213)

Gramsci (2011) acrescenta,

Deve-se ter presente a tendência em desenvolvimento, segundo a qual cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se informado dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio. (GRAMSCI, 2011, p. 214)

A constituição de escolas especializadas busca associar os intelectuais integrados a técnica política com aqueles especializados no campo da administração, sendo todos guiados por uma perspectiva de mundo criada a partir de círculos próprios de cultura. Tem-se, portanto, estruturas deliberativas que tomam as decisões que orientarão aqueles tidos como “voluntários’ e desinteressados, escolhidos, em cada oportunidade, na indústria, nos bancos, nas finanças” (GRAMSCI, 2011, p. 214), nos parlamentos.

Desta forma, a inserção de entidades patronais como a CNA em espaços educacionais como Pronatec Campo mediante Senar possui a intencionalidade de ofertar cursos a partir de sua demanda de formação de intelectuais do agronegócio ou de manutenção de tal modelo produtivo no campo. Para além disso, estas iniciativas buscam a apropriação da reivindicação dos povos do campo e da floresta que reivindicam uma Educação do, para e no campo, uma vez que o Pronatec Campo fora fruto desta luta por políticas educacionais para a juventude do campo.

3.2. Educação do Campo e Educação Profissional do campo

No campo existem e resistem pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias, dentre tantos outros. Todos esses sujeitos possuem em comum o trabalho na terra e a privação do acesso a políticas públicas. No que se refere ao acesso à educação, essa realidade não é diferente configurando um cenário educacional cuja a educação no campo é periférica. Ao debater o princípio educativo, Gramsci (2011) destaca a potencialidade da educação de se criar os intelectuais necessários para a legitimação e reprodução do modo de produção vigente.

O autor aponta que todo grupo social possui necessidades oriundas do mundo econômico, sendo uma delas a constituição de intelectuais nas esferas econômicas, sociais e políticas para garantia de sua direção e consenso. O autor coloca ainda da importância de se formar intelectuais que garantam a expansão da própria classe e direção do projeto, não sendo essa uma exigência para todos os intelectuais.

Todo grupo social, nascendo no território originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e a consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica [...] Se não todos os empresários pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços até o organismo estatal. (GRAMSCI, 2011, p. 203)

Percebe-se que a constituição dos tipos de formação e educação dos sujeitos dá-se por necessidades diferenciadas, sendo que uma será destinada a criação de intelectuais as quais serão atribuídos às tarefas de organização

dos interesses da classe e outra referente a formação técnica daqueles que serão guiados por outros. Em outras palavras, o tipo de educação será baseado pela posição na divisão social do trabalho daqueles que estarão recebendo a educação, havendo, portanto, uma educação para os dominados e outra para os dominantes.

Considerando a situação de invisibilidade que o campo foi submetido e o tipo submisso de trabalhador rural desejado pelas classes dominantes, durante muitos anos, a questão da educação no campo foi escassa, quase nula, nas discussões governamentais e nas elaborações de projetos para o país.

O resgate histórico acerca das políticas educacionais no Brasil revela o investimento na mesma mediante a necessidade de satisfação de interesses da classe dominante desde o período colonial quando a educação aos índios destinava ao fim de “evangelização” jesuítica. Deste modo, educação de qualidade fora destinada aos pertencentes a citada classe, sendo buscada, a princípio, fora do país. Apenas com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1806, inicia-se a implantação de estrutura educacional de ensino superior para as elites brasileiras. Com a Independência de 1822, surgem ideias pedagógicas, mas sem êxito em sua difusão. Em 1827, ter sido promulgada uma lei que garantiria o estabelecimento de escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados e escolas secundárias nas cidades e vilas mais povoadas. Ainda em 1870, o ensino básico é tido como responsabilidade das províncias, não havendo uma responsabilidade nacional por tal.

Guhur (2010), acrescenta que a questão da educação rural somente é colocada em outros patamares com o surgimento dos movimentos camponeses, nos anos 1940, no período de democratização do país, tendo destaque as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTABs, o Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, muitos com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Já em um contexto de segunda guerra mundial, surge a iniciativa do ruralismo pedagógico que não logrou êxito devido insuficiências orçamentárias, distância e atuação de políticas contrárias das oligarquias. Nos anos 1950, é realizada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o surgimento do

Serviço Social Rural (SSR), ambos reproduzindo formas tradicionais de dominação objetivando a fixação do sujeito no campo.

Em 1961, no governo Jânio Quadros, cria-se o Movimento de Educação de Base (MEB) que realiza mobilização contra o analfabetismo e a missão rural de educação de adultos, iniciativa essa em que a Confederação de Bispos do Brasil (CNBB) propõe a extensão ao meio rural. No entanto, o Golpe de 1964 dissipou tais mobilizações com coerção e perseguição àqueles que discordassem do novo regime. Em contrapartida, esse momento histórico potencializou a modernização conservadora no campo principalmente após 1970, tendo como uma das expressões o surgimento da Empresa brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural (EMATER) para consolidar de vez este o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Neste mesmo período, no entanto, foi possível o ressurgimento dos movimentos camponeses, dando destaque para o nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Teologia da Libertação, ligada à igreja Católica e também luterana. Com a retomada da organização da classe trabalhadora do campo e da cidade com o processo de abertura democrática, surgiu em 1984, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e já nos anos 1990, tem-se o surgimento Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)(1985), o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB (1991), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB (1991), o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA (1996), o Movimento das Mulheres Camponesas-MMC(1994) e a Via Campesina (1993), entre muitos outros (destacando-se os Movimentos Indígenas), muito devido a ofensiva do capital no campo.

Foi nesse campo fértil de resistência camponesa que forjou-se o movimento nacional em defesa da Educação do Campo, tendo os movimentos camponeses populares como sujeitos na elaboração desse projeto de educação. A escolha pela nomenclatura "Educação do Campo" em detrimento da historicamente usada "Educação Rural", dá-se, principalmente, como uma opção política que busca configurar um projeto de educação conciliado a um

projeto de campo pensada pelos e para os sujeitos que são do campo. Assim, Guhur (2010) expõe:

Essa mudança de nomenclatura, para “Educação do Campo” ao invés de “Educação Rural”, é cheia de significados. A Educação Rural identifica-se historicamente com as iniciativas do Estado em organizar a educação para os trabalhadores do campo de acordo com os interesses do capital, caracterizando-se pela marginalização dessa população e pelo caráter de política compensatória, de abafar os conflitos resultantes da contradição de classe no meio rural (GUHUR, 2010, p. 98).

Por esta razão, a autora explicita, a partir de Caldart (2005), a necessidade de ser uma educação **no** campo porque o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, **do** campo porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Tal concepção de educação contrasta diretamente com a proposta de educação até então oferecida **para** os povos do campo, caracterizadas pela concepção de campo como sinônimo de atraso e habitado por seres inferiores, conformados.

Assim, a constituição do movimento pela Educação do Campo está inserido no cenário de amplas lutas do movimento docente, da universalização da educação que viria a consolidar, em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB). O protagonismo dos movimentos sociais do campo diante da realidade educacional no meio rural propõe a elaboração de um projeto de educação que respeite a identidade e a história de seus sujeitos, que considere a existência do campo e de sua complexidade socio-econômico e cultural.

Um marco da luta pela Educação do Campo foi o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em Brasília, em julho de 1997, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Universidade de Brasília-UnB em que foram elaborados os princípios e valores que norteariam esta proposta de educação.

A partir do I ENERA, surge a necessidade de continuidade das discussões iniciadas no mesmo, de modo a criar a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Possuindo sede em Brasília, esta articulação mobilizou-se para elaboração e publicação de uma coleção de cadernos sobre

a Educação do Campo, acompanhamento no Congresso Nacional das discussões referentes a tramitação do Plano Nacional de Educação-PNE, além de fomentar a realização de seminários estaduais, regionais e nacionais.

Buscava-se expandir as formulações em torno de uma educação e escola vinculada aos movimentos sociais organizados, conforme havia sido discutido no I Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária (ENERA), em 1997. A partir desta Conferência, houve uma intensificação das lutas e ações em torno da Educação do Campo, que D'Agostini & Vendramin (2014) descrevem:

De lá para cá, avolumam-se lutas e reivindicações em torno da educação e da escola no campo; experiências em escolas e outros espaços educativos em áreas de reforma agrária, de assentamentos, em associações e cooperativas, em vilas rurais; programas dirigidos à formação de educadores e às escolas do campo; regulamentação da educação do campo; encontros e seminários no âmbito dos movimentos sociais e das universidades (encontros regionais, nacionais e inclusive internacionais); pesquisas e publicações; ações de formação e escolarização como fruto de parcerias entre universidades e movimentos sociais, entre muitas outras iniciativas.(D'AGOSTINI; A, VENDRAMIN, 2014, p. 300).

Decorrente dessa iniciativa, desenvolveu-se uma ampliação nas discussões realizadas, passando a integrar temáticas referentes a todos os níveis e modalidades de educação, escolar e não-escolar. Essa ampliação foi explicitada no Seminário Nacional por uma Educação do Campo, realizado em Brasília, em novembro de 2002. Neste evento, também houve a participação de outros movimentos sociais dispostos a discutir a questão da Educação do Campo. Assim, estiveram presentes MST, MAB, MPA, CPT, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimentos Indígenas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comunidades Quilombolas, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Escolas-Família Agrícolas (EFAs), Movimento de Organização Comunitária, Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura CONTAG, entre outros, além de representantes de universidades e diversos órgãos públicos (GUHUR, 2010).

Toda essa movimentação propulsionou na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em Luziânia-GO, com o significativo lema “Por uma Política Pública de Educação do Campo”, ocorrido em Agosto de 2004.

As políticas de Educação do Campo são criadas diante de um cenário de adoção de medidas neoliberais. Desta forma, há forte pressão dos movimentos sociais pela constituição de um novo paradigma de educação para o campo enquanto organismos internacionais, tais como: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Banco Mundial, determinam diretrizes e orientações para a educação de modo a articular às políticas de contenção da pobreza como meio de regulação social no Brasil.

Decorrente desse processo organizativos dos movimentos do campo, houve conquistas normativo-jurídica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), principalmente em seu artigo 28 que estabelece que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Apesar das ambiguidades desse artigo em atender aos interesses das empresas capitalistas agrícolas na exploração do trabalho infantil, Guhur (2010) coloca que esta legislação abriu a possibilidade de adequação da legislação educacional para que as diversas experiências construídas fossem reconhecidas e legalmente respaldadas.

Outra grande conquista da luta pela Educação do Campo foi a criação do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) durante o I ENERA, em 1997, baseando-se nos debates realizados entre movimentos sociais e universidade. Institucionalizado em abril de 1998 pela Portaria 10/98 do então existente Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o PRONERA

tem como público-alvo jovens e adultos das áreas de reforma agrária, da alfabetização ao ensino superior.

No decorrer deste processo, há um enfraquecimento político do PRONERA devido a uma diminuição do financiamento, apesar da ampliação pela bandeira por educação para os povos do campo, que resultou na terminologia Educação do Campo. O apoio desta proposta por organismos multilaterais como UNESCO e UNICEF que para D'Agostini & Vendramin (2014) representou uma relativização do caráter de classe e constituição de consenso para implementação de políticas focalizadas.

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, é criado o Departamento do PRONERA. No Ministério da Educação, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, com estrutura para a Coordenação geral de Educação do campo (SECAD/MEC). Além disso, outras ações como linhas de pesquisas nas graduações e pós-graduações de universidades brasileiras, e pesquisas junto as Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS), além do Grupo Permanente de Trabalho por uma Educação do Campo (GPT) em parcerias com os movimentos sociais, seminários de divulgação e implementação das diretrizes Operacionais fortalecem o embate.

Como marco jurídico, tem-se a construção e aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), Resolução CNE/CEB nº1, de abril de 2002. Uma legislação específica e, também genérica que aborda os princípios para uma educação no/ do campo a partir de sua realidade e suas potencialidades, numa perspectiva desenvolvimentista e sustentável.

Já em 2004, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no MEC, para tratar das políticas de Educação do Campo no âmbito deste ministério e não mais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste momento, ocorre uma maior consonância das políticas de Educação do Campo com as diretrizes do Banco Mundial para educação em torno do slogan “educação para todos”.

Em contrapartida, em 2010, decorrente do já processo de mobilização dos movimentos sociais do campo na luta por uma Educação do Campo, há a

normatização de legislação que, embora todas suas contradições, representa uma forma de legitimação da educação do campo como política pública: o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 - Política de Educação do Campo e o já citado PRONERA. Tal decreto define o que é uma escola do campo e os critérios para a sua identificação, ampliando a abrangência, ao incluir critérios geopolíticos mas também os sujeitos atendidos pela escola e a construção do seu Projeto Político Pedagógico de acordo com as DOEBEC. Decorrente deste decreto foi criado, em março de 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), que pretendia reunir um conjunto de políticas sociais voltadas para a educação do campo.

Tal programa é decorrente do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, é criado o), possuindo como objetivo

Apoiar técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2013).

No momento político de promulgação do Pronacampo, ocorreu em Brasília o “Seminário Nacional de Educação do Campo”, cujas discussões primaram pelos significados de tal programa para Educação do Campo. Em documento sistematizador das discussões realizadas ao longo do Seminário, houve a análise que embora tal programa tenha sido resultado da luta pela Educação do Campo, sua estruturação dialoga mais com a Educação Rural, uma vez que não coloca os povos do campo como sujeitos na construção da política.

O Pronacampo está estruturado em quatro eixos, a saber: 1) Gestão e Práticas Pedagógicas; 2) Formação Inicial e Continuada de Professores; 3) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e; 4) Infraestrutura Física e Tecnológica. Estes eixos resultam em 16 ações de educação do campo. Dentre elas, destacamos, o PROCAMPO (Licenciaturas em Educação do Campo), o Transporte escolar e o PRONATEC.

O PROCAMPO possui a finalidade de disponibilizar licenciaturas para estudantes do campo, utilizando-se a pedagogia da alternância como forma de garantir a permanência dos estudantes e por áreas de conhecimento, a saber: ciências da natureza, matemática, linguagens e códigos, ciências humanas, ciências agrárias. Propõe-se uma flexibilização e interdisciplinaridade do currículo que resulta em precarização e aligeiramento da formação inicial.

Outra política dentro do PRONACAMPO é a do transporte escolar, que objetiva a nucleação intracampo, não garantindo, no entanto, o acesso à escola de forma mais rápida, mantendo ainda grandes as distâncias entre residência e a escola.

Desta forma, a luta pela Educação do Campo propulsionou a legitimação de políticas que impactaram diretamente no acesso a Educação Profissional no campo.

A discussão sobre essa modalidade no Brasil perpassa pela constante dicotomia entre a garantia de uma formação humana, de um lado, e de uma formação técnica, de outro lado. Cria-se, assim, sistemas distintos de educação, como diria Gramsci (2011), caracterizados pela fragmentação gerada a partir da demanda da divisão social do trabalho de formar ou trabalhadores instrumentais ou intelectuais.

Sabe-se que, historicamente, a educação profissional tem-se caracterizado como uma forma de educação cujo público é predominantemente os jovens da classe trabalhadora urbana, sendo que, apenas recentemente, essa modalidade de educação foi estendida para a juventude do campo.

As primeiras experiências de ensino agrícola no Brasil datam de 1814 e referem-se a criação de dois cursos de agricultura de nível superior, no Rio de Janeiro e Bahia. Neste contexto, a agricultura era uma atividade exercida exclusivamente pelos escravos e com a imigração europeia, nos anos 1900, também por imigrantes europeus e asiáticos.

Mesmo com a abolição da escravatura, não se consolidaram relações plenas de assalariamento, conforme trabalhamos no capítulo dois, o que implicou na inexistência de uma demanda social pela qualificação. Quando tal começa a florescer, há uma disputa de interesses entre os blocos de poder: a

burguesia agromercantil e a industrial, que impede a discussão sobre a qualificação dos trabalhadores do campo.

Em fins do século XVIII, a educação profissional era tida como uma prática assistencialista para solucionar a questão social emergente decorrente, principalmente dos escravos recém libertos, tidos como “desocupados” que sobreviviam da agricultura de subsistência.

Nessa conjuntura, a modalidade educação profissional assumia cada vez mais um caráter assistencialista, que já estava presente anteriormente, tanto que as escolas técnico-profissionais mantiveram a mesma finalidade daquelas do período imperial, que era de atender às classes populares, aos meninos desvalidos órfãos e abandonados. (COSTA, 2007, p. 68)

Em 1925, houve algumas iniciativas na Bahia, coordenadas por Anísio Teixeira, objetivando uma reforma educacional, o que incluiria o ensino agrícola no currículo do ensino das primeiras letras e, logo depois, Fernando de Azevedo fez o mesmo, em 1928, no Distrito Federal, sendo que dois anos antes havia proposto a qualificação profissional para o trabalho agrícola ou industrial ou, ainda, doméstico, na zona urbana; durante o último ano da escola primária.

Na Primeira República, a educação profissional cumpria as funções assistencialistas, preparação da mão-de-obra para as novas demandas do capital e manutenção da ordem a partir “de uma pedagogia de caráter preventivo, que priorizava a disciplina e a qualificação de crianças e jovens para o trabalho manual, sendo também corretiva, no sentido de combater os desvios de crianças criadas nas ruas” (CUNHA, 2000b *apud* COSTA, 2007, p. 69).

Em 1937, a educação profissional recebe contornos de obrigatoriedade, haja visto o processo de industrialização tardia vivenciando pelo Brasil. Assim, torna-se presente o caráter profissional no ensino médio e superior, sendo organizados nas modalidades agrícola, industrial e comercial. Santos (2010), descreve que nesta época havia a necessidade de transformar o camponês em assalariado urbano, de modo que a educação profissional destinada a esse era

moldada amplamente pelas necessidades da recente industrialização brasileira.

Para cumprimento desse objetivo, investiu-se na formação dos trabalhadores o que necessitava de uma reestruturação da aparelhagem Estatal. Neste período, cria-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública, a implantação da Inspeção de Ensino Profissional. No entanto, o ensino profissionalizante era destinado aos pobres, enquanto aos ricos era oferecido uma educação com bases humanistas e científicas. Assim,

O desenvolvimento das funções intelectuais era destinado aos filhos das elites, cuja proposta educacional direcionada para eles constituía-se em cursar o ensino primário sucedido ao ginasial. Ao passo que, para as camadas inferiores, eram oferecidas as alternativas de curso profissional e rural de nível pós-primário, vinculados ao ensino primário, que não dava acesso ao ensino superior e formavam trabalhadores para desempenhar funções instrumentais” (SANTOS, 2014, p. 31)

Desta forma, destinou-se para a classe trabalhadora uma formação profissionalizante de baixa qualidade, de modo que para os altos escalões das indústrias importava-se mão de obra. Tal situação modificou-se quando na conjuntura de II Guerra Mundial ficou inviabilizado tal importação. Neste contexto, houve a preocupação em qualificar a força de trabalho para cumprimento de atividades mais complexas no processo industrial.

Diante da necessidade de técnicos, o ministro da educação da época, Gustavo Capanema, investiu na educação profissional em sua reforma educacional, destinando, segundo Costa (2007), 5% dos recursos da educação para o ensino agrícola e elaborando um plano-estatuto, em que, para cada federação, são definidas responsabilidades educacionais. Em 1941, houve uma nova reforma, que resultou nas Leis Orgânicas do Ensino. Contudo, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola só foi implementada em 1946, por meio do decreto-lei nº 9.613 (ROMANELI, 1991).

Consolidou-se neste período um novo modelo de educação profissional no país, marcado pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946.

A Reforma de Capanema gerou um engessamento de modo que aqueles provenientes de cursos técnicos não poderiam concorrer a vagas do ensino superior. Neste período a Educação Profissional passa a ser ofertada ou pelos grupos industriais e comerciais do Sistema S ou controlado pelo Ministério da Educação.

O ensino ministrado buscava aumentar a eficiência e a produtividade da força de trabalho, com cursos de curta duração e com disciplinas centradas na instrumentalização teórica voltada, exclusivamente, para atividades manuais e industriais vinculadas ao trabalho simples” (SANTOS, 2014, p. 35).

Em 1961, ocorreu a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 4.024/1961). Neste período foram “criados os cursos técnicos de 3 anos, para concluintes do secundário, e os Centros de Educação Técnica, para a formação de professores do ensino técnico e administradores desse sistema de ensino (CUNHA, 2000c).

Durante os anos 1990, com a adoção do ideário neoliberal e os impactos da reestruturação produtiva no perfil dos trabalhadores, exige-se um perfil cada vez mais escolarizado, o que repercute na configuração das políticas educacionais.

Como marco deste período, Santos (2014) destaca a ocorrência da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado na Tailândia, em 1990, com o objetivo de disseminar o receituário neoliberal na educação, contando com o financiamento de organismos internacionais. Os textos produzidos no evento resultaram na elaboração do documento “Declaração Mundial Educação para todos” e no “Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, amplamente respaldadas pelo preceito da empregabilidade total (SANTOS, 2014)

A relação educação-empregabilidade é reforçada, impactando na demanda, principalmente para educação profissional, por uma educação geradora de renda, que não necessariamente ocorre nas relações do mercado de trabalho formal.

Além disso, tem-se a configuração de políticas sociais subordinadas a orientações de organismos internacionais e baseada na perspectiva do Estado mínimo, gerando a ampliação da conformação de políticas focalizadas, compensatórias e aberta para execução pelo setor privado, como as organizações do “Sistema S”, que já era conhecido já era considerado umas das principais referências de formação profissional coordenadas pela burguesia brasileira desde os anos 1940.

A LDB nº 9394/96 dedicou quatro artigos à educação profissional, enfatizando: a integração entre trabalho e educação, no sentido da politecnia; a articulação com o ensino regular; o aproveitamento das experiências adquiridas no trabalho para fins de avaliação e certificação. Contudo, não estabeleceu os termos de tal articulação com o ensino regular e nem especificou o critério de abertura e fiscalização de instituições que oferecem cursos livres. (CASTRO, 2007, p. 70)

Neste contexto, a educação profissional passou a ser regulamentada no âmbito do Ministério do Trabalho, por meio da SEFOR. O Decreto nº 2.208/97 regulamenta o capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases, estabelecendo os três níveis de educação profissional: o básico, o técnico e o tecnológico, ampliando a fragmentação da modalidade. Entretanto, não estabelece mecanismos de fiscalização das instituições profissionalizantes provadas e não explicita a integração da educação profissional ao sistema nacional de ensino, mantendo o caráter genérico já existente na LDB.

O Decreto nº 2.208/ 97 foi feito para regulamentar a Educação Profissional conforme era exigido pela LDB, mas estabeleceu uma nova dualidade ao configurar um ensino médio vinculado à preparação para o trabalho e outro tipo de ensino médio relacionado ao preparo para o ingresso no ensino superior.

Segundo Guhur (2010), as características de tal decreto são decorrentes de exigências dos organismos mundiais de que a educação profissional fosse oferecida fora do sistema formal de educação e por instituições com maior “autonomia”. Tal exigência do Banco Mundial visava o atendimento mais direto das necessidades do mercado, de empresas, além de fomentar o processo de privatização. Por esta razão, estão incluídas neste rol de instituições aquelas decorrentes de parcerias público-privadas.

Em 1999, definiram-se as diretrizes curriculares, estabelecidas na Resolução CEB nº4/1999, em que são enumeradas as competências a serem desenvolvidas na educação profissional do campo que integram as demandas da indústria a formação profissional do campo marcada pela polivalência e a racionalidade empresarial (VITUIE, 1999, p. 39 *apud* CASTRO, 2007, p. 39).

E para formar um profissional que atenda às demandas dessa conjuntura foram estabelecidas 14 competências a serem desenvolvidas: analisar as características sócio-econômicas e ambientais, identificando atividades peculiares à área; planejar, organizar e monitorar a exploração do solo, com alternativas de otimização dos fatores ambientais e o domínio do processo de produção no campo; identificar fatores ecológicos da relação planta/solo, planejando ações referentes ao trato das culturas; identificar e fazer o controle de pragas, doenças e ervas daninhas; responsabilizar-se pela emissão de receitas de agrotóxicos; planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita; elaborar projetos paisagísticos; identificar microorganismos e seus efeitos; aplicar métodos de reprodução animal e melhoramento genético; elaborar programas profiláticos na produção agroindustrial e animal; elaborar sistemas de controle de qualidade; ter domínio de técnicas mercadológicas para escoar os produtos na cadeia produtiva - comércio; trabalhar o empreendedorismo na gestão, monitoramento e montagem de negócios; elaborar relatórios de impacto ambiental (RIMA); elaborar laudos, perícias, etc (BRASIL, 1999).

As diretrizes operacionais para a modalidade educação básica e especificidades do ensino técnico no campo estão regulamentadas na resolução é CEB nº 1/2002, assumindo conforme Castro (2007) uma linguagem bem mais genérica do que a de 1999, apelando à especificidade da realidade camponesa, ao desenvolvimento sustentável e ao multiculturalismo.

Apesar das expectativas dos setores progressistas com eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, obteve-se poucos avanços no que se refere a educação profissional, mantendo a polarização entre formação humanista e formação técnica. Esta ficou nitidamente visível com a separação do ensino médio do ensino profissional pelo decreto nº 5.154/ 2004. Isso desencadeou na vinculação do ensino médio a Secretária de Educação Básica (SEV), do MEC e da educação profissional a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério do Trabalho.

Nesta época, a proposta da Educação Profissional envolvia o Ministério do Trabalho e da Educação. Este atribuía à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) a tarefa de elaborar uma proposta de educação profissional centrada na ampliação da oferta com redução dos recursos e separação entre ensino médio e educação profissional. Já o ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), objetivava a configuração de uma política educacional articulada às demandas imediatas do capital, integrando o empresariado.

Uma forma de integração ao empresariado ocorre com o acordo realizado em 2008 entre governo federal e as entidades do “sistema s”, de modo que essas garantissem a gratuidade e destinassem parte de seus recursos para “oferta de cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional e técnica de nível médio a estudantes de baixa renda ou trabalhadores que necessitavam de qualificação ou que estavam desempregados” (SANTOS, 2014, p. 103). Para autora, isso significa uma ampliação político-ideológico e educativo da classe empresarial além de movimentação significativa de recursos públicos.

3.3. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e suas iniciativas educacionais

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é criado a partir da Medida Provisória Nº 593, de 5 de Dezembro de 2012 sob a justificativa da necessidade do aumento do número de vagas para ingresso na educação profissional tida como principal argumento da não empregabilidade.

Segundo Santos (2014), a ideia de expandir o ensino técnico surge durante a campanha de José Serra, em 2010, sendo retomada no primeiro discurso da então presidenta eleita Dilma Rousseff neste mesmo ano. A discussão de sua implementação surge com o PL Nº1.209/2011 que após período de tramitação na Câmara foi aprovado. A autora coloca que a discussão de tal política de Estado foi priorizada em detrimento da política de Estado representada pelo Plano Nacional de Educação.

Considerando que os cursos deste programa poderiam ser ofertados por unidades da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; escolas estaduais e distrital de educação profissional; e também pelos estabelecimentos do “sistema s”; escola técnicas particulares”, podemos dizer que o PRONATEC veio a consolidar as parcerias público-privadas no âmbito da educação.

A modalidade do PRONATEC Campo, destinado aos povos do campo e da Floresta surge, em março de 2012, com a promulgação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esta foi uma modalidade do programa demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (extinto pelo atual presidente interino Michel Temer) sendo tal responsável por mobilizar os interessados pelos curso, buscar os ofertantes e fazer a pactuação com o MEC.

Ela surge com o objetivo de promover qualificação profissional dos povos do campo (agricultores, assentados e acampados da reforma agrária, assalariados rurais, indígenas, quilombolas e demais povos das comunidades tradicionais) de forma integrada às demais políticas destinadas ao campo através da oferta de cursos de qualificação de Formação Inicial (FIC) e cursos técnicos para jovens ingressos ou egressos do Ensino Médio.

Dentre os objetivos específicos, destacam a preocupação em qualificar o acesso às políticas de inclusão social e produtiva no meio rural, a adoção dos princípios da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural e de metodologias para promoção da transição agroecológica, além da priorização da inclusão socioprodutiva das juventude do campo (MDA, 2011). Logo, tal modalidade do PRONATEC surge a partir da necessidade de estimular o intercâmbio de conhecimentos, garantir a segurança alimentar, qualificar a gestão da propriedade de modo que desencadeasse em um processo de melhoria da renda familiar e acesso aos direitos sociais do campo.

Por esta razão que os cursos oferecidos possuem forte vínculo com a agricultura familiar, havendo até mesmo os Cursos Técnicos em Agroecologia (MDA, 2011)

O programa apresenta 3 tipos de ações: 1) Expansão da oferta de cursos voltados ao desenvolvimento do campo através da oferta de cursos

técnicos de duração de um ano para aqueles com Ensino Médio concluído. Os cursos ofertados podem ser de mecânico, pintura artesanal, cabeleireiro, vendedor, eletricista, informática, inglês, etc. 2) Difusão de cursos de qualificação profissional específicos para o campo, por meio do e-Tec, para aqueles que estão cursando o ensino médio ou trabalhadores em geral que necessitam de uma qualificação técnica. Estes cursos são rápidos e objetivam a qualificação dos sujeitos para o emprego, como por exemplo: manicure, cabeleireiro, encanador, pedreiro, maquinista, padeiro, vendedor, eletricista, informática, inglês, etc. O catálogo de cursos do PRONATEC demonstra que a maior oferta dá-se pela parceria com o sistema 'S' e que, mesmo nos municípios do interior, com alto índice de desenvolvimento agrícola, os cursos são de serviços gerais e não necessariamente voltados ao trabalho do campo.

D'Agostini & Vendramini (2014) apontam que, apesar da existência de cursos na área da agricultura e recursos naturais, estes não estão sendo ofertados. 3) Bolsa-formação Pronatec para estudantes e trabalhadores rurais, como forma de incentivo à permanência e conclusão do ensino médio e de formação profissional.

Assim, apesar do demandante de tal política ter sido o MDA e o proponente MEC, a estruturação das políticas sociais a partir do incentivo das parcerias público-privadas permitiu que fosse constituída uma rede de parceiros ofertantes dos cursos, desde instituições públicas como os Institutos Federais (IFs), Cefets, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, Sistemas Estaduais, Municipais e Distrital de Educação, até mesmo as privadas, como o Sistema "S" (Senar, Senai, Sesi).

Os recursos seriam repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às instituições que deveriam custear as despesas referentes a condições físicas a materiais de consumo, além da alimentação, lanche, transporte, materiais escolares dos alunos.

A criação deste rede, desencadeia na possibilidade de oferta de cursos do Pronatec Campo pelas entidades do "Sistema S", possibilita ao SENAR a participação deste programa, criando uma modalidade deste programa intitulado, pela própria entidade, como Pronatec do Senar.

O Senar foi criado em 1991, durante o Governo de Fernando Collor, através da promulgação da lei de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com o objetivo de

organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais” (BRASIL, 1991)

Em sua definição do quem somos, o Senar apresenta-se como uma entidade criada pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, de direito privado, paraestatal, integrada ao chamado “Sistema S”, mantida pela classe patronal rural e vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sendo administrada por um Conselho Deliberativo Tripartite composto por governo federal, classe trabalhadora e classe patronal rural.

A CNA, em contrapartida, é uma organização que surge em 1964, colocando-se enquanto entidade representativa de todas as categorias econômica dos ramos da agricultura, pecuária, extrativismo rural, pesca, silvicultura, agroindústria e de outras atividades primárias de qualquer outro ramo. Desta forma, a CNA pretende representar os interesses de todos aqueles que lidam com a temática do rural, dos grandes fazendeiros, aos capitalistas financeiros investidores no campo aos Sem Terra, quilombolas e ribeirinhos. Por esta razão, existe a intencionalidade de consolidar o argumento de inexistência das classes sociais no campo e de que as demandas do camponês é a mesma do grande latifundiário.

Em seu Estatuto, datado de 21 de janeiro de 2009, época em que Kátia Abreu era presidente, apresenta como princípios:

I. a valorização do produtor e do trabalhador rural; II. o respeito às diferenças regionais; III. a livre iniciativa; IV. a democracia representativa; V. o direito de propriedade; VI. a ética, legalidade e transparência; VII. o incentivo à inovação e ao uso da tecnologia; VIII. a responsabilidade sócio-econômica e ambiental. (CNA, 2009)

A reflexão acerca dos documentos da CNA divulgados em sites eletrônicos, redes sociais possibilita a percepção que embora haja o princípio de valorização do produtor e do trabalhador rural, faz-se pouca referência a esse último, sendo o “produtor rural” foco das publicações desta entidade. Essa prioridade aparece também na definição dos objetivos em que “trabalhadores rurais” são omitidos do texto. Ainda sobre os princípios, convém destacar “a livre iniciativa” e o “direito a propriedade” como pilares na defesa de um modelo de agricultura articulado nos preceitos do neoliberalismo e da perpetuação do modo de produção capitalista.

Guhur (2010) aponta o agronegócio como a expressão do capitalismo financeiro na agricultura e também como uma tentativa de camuflar a existência das classes no campo, uma vez que tem como objetivo o atendimento dos interesses dos “produtores e trabalhadores rurais”. No contexto atual, o agronegócio pode ser analisado como o inimigo dos movimentos sociais, principalmente dos camponeses uma vez que representa o agrupamento de interesses políticos e econômicos ligados aos latifundiários e ao grande capital financeiro e agroindustrial.

Portanto, quando é dada a possibilidade do Senar, entidade coordenada pela organização patronal CNA, de ofertar cursos integrados ao Pronatec Campo, fomenta-se a difusão da perspectiva da classe dominante mediante a instrumentalização de uma política social conquistada pelos movimentos populares do campo.

Apesar da dificuldade na pesquisa documental (explicitada na introdução desse trabalho), foi possível o acesso a publicações oficiais e midiáticas do Senar. Destacamos a auto-denominação do Senar de se colocar enquanto a verdadeira “Escola da Terra”, colocando-se como responsável pela entrada da ciência e tecnologia “nos campos brasileiros” (no plural) e com importante papel da entidade na consolidação dessa mudança através da “promoção social, ensino técnico de nível médio, presencial, além de atendimento gratuito de 2 milhões de brasileiros no meio rural, de modo a possibilitar a “integração na sociedade, melhoria da sua qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania” (SENAR, 2012).

Desta forma, tal instituição deseja conquistar a condição de imprescindível para o desenvolvimento do campo brasileiro, principalmente por suas ações no âmbito da formação e também da assistência técnica.

O SENAR é a escola que tira a tecnologia das prateleiras e leva ao campo, onde há necessidade e aplica as pesquisas onde há demanda” Dedicada ao ensino e também pesquisa, afirmação que pode ser interpretado como uma corrente de transmissão do conhecimento para a comunidade (SENAR, 2012)

É interessante observar que a escolha das palavras utilizadas pelo Senar para se definirem e caracterizarem suas ações revelam seus fundamentos teóricos e políticos atrelados a perspectiva da classe burguesa mobilizada em torno da pauta do agronegócio. Quando Senar apresenta como um de seus objetivos o de ser uma “corrente de transmissão do conhecimento” e da tecnologia que está nas prateleiras, já dá indicativos de sua forma de compreender o conhecimento como uma mercadoria (afinal, são essas que ficam em prateleiras, prontas para serem compradas e consumidas) e que deve ser transmitido, passado como uma corrente para o camponês, sem dar a possibilidade, assim, de questionamento e sem valorizar o saber popular. Logo, tem-se uma perspectiva de consumir conhecimento e não de produzi-lo.

Sevá (2014) coloca a importância das estratégias discursivas como parte importante do processo de construção de identidades uma vez que sintetiza valores e visões de mundo. Na contemporaneidade, existe uma preocupação das classes dominantes em utilizar-se do universo semântico para camuflar a lógica de espoliação do agronegócio, apropriando-se de manifestações e práticas que não são comumente relacionadas ao latifúndio. Assim, pretendem usar de uma simbologia que aproxime ao camponês para criar uma identidade do homem do campo que seja marcada pela fraternidade entre as classes e ampla relação com a natureza, numa perspectiva de colocar sujeito do campo como ser da natureza.

Como qualquer iniciativa empresarial, o Senar também possui missão, princípios e objetivos. Sua missão é apresentada como realização de Educação Profissional e Promoção Social para os residentes no meio rural de

modo a contribuir com a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do país.

Percebe-se que a profissionalização é tida como um caminho para a promoção social no meio rural de modo a contribuir com “aumento da renda, integração e ascensão social das pessoas a partir dos princípios de sustentabilidade, produtividade e cidadania, colaborando também para o desenvolvimento socioeconômico do país” (SENAR, 2016). Novamente, aparece a preocupação com termos de significação genérica como preocupação social, ambiental e a educação atrelada ao desenvolvimento. Apresentam como princípios:

- Organizar, administrar, executar e supervisionar, em todo o território nacional, o ensino da Formação Profissional Rural e da Promoção Social das pessoas do meio rural.
- Com base nos princípios da livre iniciativa, da economia de mercado e das urgências sociais, aprimorar as estratégias educativas e difundir metodologias para ofertar ações adequadas de Formação Profissional Rural e Promoção Social ao seu público.
- Assessorar os governos federal e estadual em assuntos relacionados com a formação de profissionais rurais e atividades assemelhadas.
- Expandir parcerias e consolidar alianças públicas e privadas com o objetivo de cumprir a missão institucional.
- Estimular a pesquisa e garantir o acesso à inovação rural.
- Fortalecer e modernizar o sistema sindical rural.
- Aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho institucional.
- Promover a cidadania, a qualidade de vida e a inclusão social das pessoas do meio rural. (SENAR, 2016)

Comparando os princípios da CNA com os do Senar, podemos perceber suas semelhanças, principalmente no que se refere a caracterização de um rural norteado pela fraternidade – daí a estratégia linguística de referir-se aos sujeitos do campo de forma generalizada através do termo “pessoas do meio rural” - e a intencionalidade em se tornar referência educacional, social, econômica e produtiva – que é refletido na existência de ações nas áreas da pesquisa, formação, organização de sindicatos e acesso a direitos sociais.

De fato, o Senar consegue ser referência em muitas regiões do Brasil dada a capilaridade de suas unidades pelo território nacional e a grande dificuldade, e até ausência, dos serviços sociais no campo. A estratégia utilizada

pela entidade para difundir o seu projeto é o de invadir todos os espaços vazios e, até mesmo os já ocupados, no que se refere ao acesso de políticas públicas. Daí também sua preocupação em garantir sua simbologia através da manutenção de canais informativos na internet, distribuição de materiais, uniformes, banners, cartilhas que tenham as logomarcas da mesma.

O Senar é constituído por uma “administração central”, localizada em Brasília, e 27 “administrações regionais” com sede em cada estado da Federação e no Distrito Federal. A “administração central” é responsável pelo apoio às regionais em assuntos administrativos, burocráticos e jurídicos articulação com órgãos nacionais e internacionais. Às regionais cabe a realização de ações de formação profissional rural e de “promoção social”, a “partir das quais são desenvolvidas as competências profissionais, contribuindo para o avanço socioeconômico dos cidadãos do campo”. As ações de formação profissional rural e promoção social são pensadas a partir de planejamento anual em que se realiza levantamento de “necessidades”. (SENAR, 2016).

As ações de Promoção Social visam “possibilitar ao trabalhador, produtor rural e suas famílias a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes que favorecem melhor qualidade de vida e participação na comunidade.” (SENAR, 2016). As áreas de ação são saúde, alimentação e nutrição, artesanato, organização comunitária, cultura, esporte e lazer, educação, apoio às comunidades rurais.

Já a formação profissional rural caracteriza-se como ações voltadas a educação que objetivam o desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva e social, tendo como área de atuação a agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrossilvipastoril, atividades relativas à prestação de serviços. Assim,

é um processo educativo, sistematizado, que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia para desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social atendendo às necessidades de efetiva qualificação para o trabalho, com perspectiva de elevação da condição sócio profissional do indivíduo” (SENAR, 2012)

No link que se refere aos programas disponíveis pelo SENAR são citados como programa o “CNA Jovem” e como programas especiais aqueles relacionados a produção, tais como o “ABC Cerrado”, “Agricultura de precisão”, “Desenvolvimento e suinocultura”, “Produção de leite de qualidade”. Há também aqueles referentes a gestão, como “Empreendedor rural”, “Negócio certo rural”, “Sertão empreendedor”. E outros programas que abordam temáticas relacionadas a saúde, educação, como “Útero é vida”, “Com licença vou à luta”, “Inclusão digital rural”, “Mãos que trabalham”, “Sindicato forte”, “Trabalho Decente” e “Pronatec do Senar”. A seguir apresentaremos a proposta de cada um desses programas,

Sobre o incentivo em ações de assistência técnica e promoção social coordenadas pelo SENAR, um exemplo de iniciativas na assistência técnica e formação profissional e técnica são as duas iniciativas: Curso Técnico em Florestas e Rede e-tec no Senar. A primeira baseia-se em um curso de 1200 horas, realizado em 3 semestres e destinado a jovens como forma de ampliar caminhos para aumentar a renda nas propriedades rurais.

A segunda ocorre em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e se dispõe a oferecer educação profissional e tecnológica de nível médio, gratuita e a distância. Possui o curso Técnico em Agronegócio, com carga horária de “1230 horas, em 62 polos espalhados em 20 estados e Distrito Federal).

Há também o apoio a cursos de formação superior representada por cursos da Faculdade CNA de Tecnologia, localizada em Brasília, onde são ofertados os cursos de Tecnologia em Agronegócio (presencial no período noturno e com duração de 3 anos) e a pós graduação em Gestão Empresarial de Agronegócio e Gestão de Projetos em Agronegócio, ambos com carga de 408 horas, cujo público-alvo não é o mesmo dos cursos de formação técnica e do Pronatec do Senar. Como diria Gramsci (2011), são escolas de formação diferentes para intencionalidades diferenciadas.

O programa especial, “Agricultura de precisão” destina-se a disseminação ao “produtor rural” dos conceitos e tecnologias referentes a agricultura de precisão. Esta é colocada pelo Senar como um “sistema de gerenciamento agrícola” que “detecta, monitora e orienta homens e mulheres no campo na gestão da produtividade, preservação do meio ambiente e a renda” (SENAR,

2016). Este programa é realizado em parceria com Embrapa, universidades e empresas que fabricam máquinas, sendo que curso é desenvolvido em 120h e composto por 7 módulos que vão desde a “operação de máquinas precisas” a “gestão da propriedade”. Em vídeo de divulgação, colocam que durante o curso serão discutidos o “uso de insumos necessários para o cultivo, redução de impactos ambientais de uma lavoura, mapeamento da produtividade” e mediante parcerias com empresas privadas outras temáticas constitutivas do Agricultura de Precisão, como conhecimento de “pilotos automáticos, sistemas de controle de sementes e fertilizantes, pulverizadores”. Finalizam vídeo com a seguinte frase: “Sistema CNA/ SENAR levam ao produtor rural tecnologias que geram economia, eficiência e sustentabilidade na agropecuária”.

É nítido que tal curso pretende a disseminação das tecnologias do agronegócio para as pequenas propriedades embasado pelo argumento da eficiência e baixo custo das tecnologias em relação ao aumento da produtividade.

Outro programa especial, “Mãos que Trabalham” objetiva a capacitação dos “produtores rurais” quanto a legislação trabalhista embasando-se nas exigências da “Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, pecuária, Silvicultura, Exploração e Aquicultura (NR-31).

O “Negócio certo rural” é constituído por 46 horas divididas em momento de consultoria em sala de aula e outros na própria “propriedade”. É voltado para pequenos “produtores” rurais e suas famílias e objetiva a capacitação acerca de ferramentas simples que auxiliam no melhor desenvolvimento e administração da “propriedade”. Salientam ainda a existência deste programa na modalidade à distância no portal EaD- Senar

“Programa de Desenvolvimento da Suinocultura” ocorre em parceria do Sistema CNA/ SENAR com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e objetiva a capacitação dos produtores de suíno para garantia de uma carne com maior qualidade e aumento do consumo. Este programa integra o Programa Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS) que também envolve o Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresas (SEBRAE), associações estaduais, sendo que a função de capacitação foi direcionada ao Senar.

“Programa Empreendedor Rural” tem como público-alvo os “produtores rurais” e busca para além da formação de lideranças, fomento ao empreendedorismo, busca “ensinar a calcular custos do processo produtivo e a elaborar projetos para que os produtores rurais passem a administrar suas propriedades com eficiência, como se fossem verdadeira empresas”. Possuindo uma carga horária de 136 horas, há a discussão de conteúdos técnicos de gestão e elaboração de projetos em paralelo com temáticas sobre desenvolvimento humano, sucessão familiar, aspectos jurídicos relacionados à “propriedade”.

Em vídeo institucional sobre o programa há o uso de imagens que demonstram a beleza da natureza, como o simples pousar de abelhas sob as flores, o uso de ordenadoras nas vacas. Sempre utilizando a identidade visual da instituição e músicas que remetem a vida no campo, o programa é descrito como o responsável pela transformação no campo e também por estimular “até os jovens pensarem melhor antes de sair do meio rural” para “terem mais dinheiro e uma vida melhor”, já que descobriram o “valor da terra”.

“Programa Produção de Leite de Qualidade” ocorre em parceria com SEBRAE que busca capacitar e acompanhar tecnicamente os “pequenos produtores” para produção de leite de acordo com os padrões exigidos pela legislação (Instrução Normativa 62, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

“Sertão Empreendedor” é um programa específico para o Semiárido Brasileiro criado pelo SENAR em parceria com o SEBRAER e que visa “estimular o espírito empreendedor e elevar a qualidade de vida da população” desta região promovendo “ a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais”

“Sindicato forte” foi criado como um mecanismo para “melhorar o atendimento prestado aos produtores rurais, verdadeiros clientes dos sindicatos e estimular boas práticas sindicais”. Os sindicalizados aparecem como clientes, numa explicitação da lógica empresarial, dos sindicalistas. Aos sindicatos participantes deste programa são disponibilizados acesso a informações, “guias exclusivos sobre os temas mais relevantes para o setor”

como forma de contribuir na solução dos problemas dos “clientes” (SENAR, 2016).

Esse programa possui página especial no Canal do Produtor e também espaço para anunciar seus produtos para compra e venda com a ferramenta “Classificado Rural”.

“Trabalho decente” é um programa que objetiva adequar as condições de trabalho dos produtores rurais às normas estabelecidas de modo a atuar de “forma organizada na modernização melhorar a qualidade na vida do campo”. Neste há a disponibilização e representante do SENAR para visitas às “propriedades” e orientações acerca de Educação Postural no campo, uso correto de equipamentos e cumprimento da legislação trabalhista.

Importante destacar que a grande maioria dos programas e ações do SENAR estão disponíveis na modalidade à distância e há, no discurso da entidade, certo orgulho em possuir tal modalidade de ensino que dialoga diretamente com as transformações contemporâneas da educação brasileira.

Utilizamos destes cursos para expressar que existe um consentimento por parte do Estado *strictu sensu* (também conhecido como sociedade política) dessas iniciativas educacionais que, paralelamente, acompanham o movimento nacional de Educação a Distância, que propulsiona a negação ao acesso do ensino presencial e da consolidação de um projeto de universidade pública e para todos.

Em geral, são programas que buscam internalizar a lógica do empreendedorismo que fora engendrada nas fábricas das cidades e que serve no capitalismo monopolista como forma de difundir a sociabilidade burguesa. Daí a parceria com SEBRAE e sindicatos rurais, que inclusive, são fomentados pelo Sistema CNA/ Senar.

O Senar desenvolve também ações para atendimento das demandas que estão em voga na contemporaneidade, como a temática das mulheres e da juventude, destacando os programas “CNA Jovem” e “Pronatec do Senar”.

“ Com licença vou a luta” é um programa presencial em parceria com os sindicatos patronais rurais, com 40 horas dividido em cinco módulos (empreendedorismo, gestão financeira, planejamento estratégico, legislação, liderança) destinado às mulheres rurais, embasado em “noções de gestão e

com conteúdos específicos de desenvolvimento humano” e que visa “ajudar às mulheres a melhorar a administração da propriedade, seja como chefe de família ou auxiliando o marido e transformando a participação feminina em fator decisivo para o sucesso da empresa rural”. Destaque para os termos “auxiliar”, “empresa rural” e o constante uso do termo “empreendedorismo”.

Outro programa destinado às mulheres é “Programa Útero é vida” que objetiva “gerar oportunidade de educação, prevenção e diagnóstico do câncer do colo do útero em comunidades carentes” para mulheres do meio rural e ocorre em parceria com secretarias de saúde e educação dos municípios. Para participação deste programa, as mulheres são cadastradas, participam de palestras, realizam o exame e possuem um espaço de beleza em que podem optar por corte, escova ou manicure, havendo também um espaço para as crianças.

Esse programa demonstra a preocupação do Senar em expandir sua lógica para todos os espaços possíveis do campo brasileiro: saúde, educação, produção, cultura. E na ausência de políticas públicas, o Senar substitui o papel do Estado em garantidos das políticas, ganhando legitimidade dentre as pessoas do meio rural.

No que se refere ao público jovem, o “CNA Jovem” cujo slogan é “Jovens liderando o Brasil” é um programa realizado pelo SENAR em parceria com CNA com objetivo de formar novos líderes para o campo que possam impulsionar o setor agropecuário. Seu público-alvo são jovens de 22 a 35 anos que “possuam espírito de liderança”. O programa oferece aos participantes curso de formação com discussões de grande relevância para o agronegócio, além de “ter acesso a pessoas de influência e poder que decidem os rumos do agronegócio no país” (SENAR, 2016). Senar aponta o uso de uma “metodologia inovadora” e o constante estímulo a “desenvolver desafios práticos voltados para o agro e a propor planos de ação de grande relevância para o seu respectivo estado tendo a CNA como guia” de modo ao fomento do “desenvolvimento pessoal e profissional do jovem como líder”.

Percebe-se que é delimitado um perfil de jovem para participar de tal programa: aqueles que possuem liderança. Assim, não são todos os jovens do campo que participam desse programa. A partir dos vídeos institucionais da

primeira turma do programa, é visível que o perfil dos participantes do CNA Jovem são os jovens que possuem alguma ligação com a grande propriedade aqueles que serão os “novos gestores da propriedade” no futuro.

Nestes vídeos são apresentados, estruturação do programa e seus principais objetivos de forma dinâmica e utilizando linguagens para aproximar-se dos jovens. Foram 5 meses com quatro encontros presenciais. Para realização de tal, o SENAR contratou entidades que desenvolveram os conteúdos de liderança, além de curso de inglês e sobre uso dos meios de comunicação. Ressaltam o uso de uma linguagem inovadora e mostram o uso constante da tecnologia. Palavras como inovação, uso da criatividade, lucro, educação criativa, empreender são constantes. Sob a justificativa de inserir o jovem nos principais debates do setor agropecuário, os encontros presenciais contaram com a presença de lideranças do agronegócio como José Mário Screiner, Eduardo Riedel, ex-ministros da Agricultura Roberto Rodrigues, Alysson Paolineli, que destacaram a importância da comunicação entre o agronegócio e os setores urbanos da sociedade. O encerramento do programa consistia na apresentação de onze propostas de jovens em que foram selecionados 5 jovens que foram premiados com uma viagem/ visita técnica da China.

Contrastando a esse programa, o “Pronatec do Senar” é para o mesmo público, pertencente a mesma faixa etária, mas de classes sociais diferentes (muito embora essa análise não seja feita pelo discurso do Senar). Esta modalidade visa a formação dos jovens e suas famílias sob a justificativa do não êxodo rural para a obtenção do sucesso profissional.

Tal programa é decorrente de uma parceria com o Ministério da Educação que segundo Senar (2016), no período de 2012 a 2015, foram matriculados cerca de 130 mil pessoas em mais de 60 capacitações, sendo os cursos de bonicultor de leite, horticultor orgânico, agricultor orgânico, agricultor familiar, avicultor, cacauicultor, assistente de planejamento e controle de produção, piscicultor, aquicultor e inseminador artificial de animais como os 10 cursos mais procurados.

Coloca ainda como diferencial na formação a existência de um módulo sobre empreendedorismo rural em todos os cursos disponibilizados pelo Senar

em que são apresentadas técnicas básicas de administração, recursos para produzir mais e melhor baseados na tecnologia e máquinas. Este módulo, denominado como “Empreender no Campo” visa ensinar “a analisar, avaliar, tomar as melhores decisões, colocando a técnica e a criatividade a serviço da produtividade e da lucratividade” (SENAR, 2016). É neste módulo, comum a todos os cursos do Pronatec do Senar em que tal entidade consegue influenciar politicamente e difundir a ideia de tornar as unidades familiares em verdadeiras empresas.

Os cursos são disponibilizados para estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores; Beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência da renda; pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; Outros públicos prioritários dos Programas do Governo Federal que se associem à Bolsa-Formação do Pronatec”.

São oferecidos aos participantes “Material Didático Completo – cartilhas, cadernos, estojo com caneta e lápis; materiais e acessórios para aulas práticas, entre outros; Assistência Estudantil – transporte e alimentação para o bom rendimento do aluno; Certificado de Conclusão – cada aluno poderá realizar, por ano, até dois cursos gratuitos”

Apontam como principais parceiros: “As Administrações Regionais do SENAR fazem parcerias nos estados para viabilizar os cursos do Pronatec, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio dos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS; Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de trabalhadores da agricultura familiar; Ministério da Justiça, por meio do sistema prisional; Secretaria de Desenvolvimento Humano, por meio das unidades de atendimento socioeducativo; dentre outros parceiros.

A Diretoria Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação aponta que o incentivo a oferta de cursos do Pronatec pela iniciativa público-privada, possibilita um protagonismo da classe empresarial por meio do

“sistema S”, além da secundarização das instituições públicas e um reducionismo curricular para atender aos interesses imediatos os setores empresariais.

Santos (2014) ressalta que desde os inícios dos anos 2000, as organizações do “Sistema S” passam a ser responsáveis por sua auto-suficiência e que a parceria com os cursos do PRONATEC representaram possibilidades de auto-sustentação mediante recursos públicos repassados a essas organizações. Além disso, são garantidos a tais entidades autonomia didático-pedagógica na oferta dos cursos e programas de Educação Profissional, sendo isentos, portanto, da “necessidade de submissão da avaliação dos Conselhos Estaduais de Educação que denota certo protagonismo do ‘sistema s’ na execução do programa” (SANTOS, 2014, p. 122)

D’Agostini & Vendramini (2014) citam Lima (2012) para fazer a crítica a desvinculação da educação profissional do ensino médio proposto pelo Pronatec Campo além do investimento de fundos públicos no financiamento de iniciativas do Sistema S, que formam a partir de uma perspectiva empreendedora e empresarial os jovens do campo. Os autores descrevem tais políticas como focais e sem continuidade, afirmando ser o aprisionamento na política, principalmente às políticas de Estado e de governo, como um dos principais desafios da Educação do Campo, afastando-a de seu caráter classista.

O SENAR não possui um espaço físico educacional, sendo que os cursos são oferecidos com a infraestrutura federal, estadual ou municipal. Percebe-se que existe uma simbiose entre SENAR e CNA de modo a compartilhar a presidência e estrutura física, permitindo a criação de um eficiente sistema de arrecadação de fundos para a entidade que não corresponde a investimento na educação profissional.

Portanto, na contemporaneidade, há a manutenção de uma Educação Profissional sem organicidade e articulação com o nível básico de ensino, impedindo a articulação e interdisciplinariedade dos conteúdos trabalhados e baseada em parcerias que financiam interesses privados da classe patronal no campo. Existe uma nova configuração da educação profissional que mantém o

assistencialismo, mas com outro formato, exemplificando pela funcionalidade de empregabilidade no mercado de trabalho informal dos cursos de nível básico e a necessidade de atender as demandas do capital nos cursos técnicos e tecnólogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos as melhores armas para combater o mal, para lutar contra a noite e construir a nova vida para todos. Nossas armas são a resistência, a rebeldia, a verdade, a justiça e a razão que está ao nosso lado. Agora é tempo de fortalecer e globalizar a resistência e a rebeldia (Comandante Hortencia, Exército Zapatista de Libertação Nacional)

O contexto do pós 1970 foi marcado pela reestruturação produtiva, neoliberalismo, pós modernidade e um crescente movimento de globalização da produção e das relações sociais, de modo a eliminar todas as barreiras que limitariam a acumulação capitalista. Muito especificamente, a demanda por reestruturar o modelo produtivo gerou a necessidade do empresariado em configurar um novo perfil de trabalhador constituído pelo empreendedorismo, polivalência, criatividade em prol da produtividade e lucratividade.

Reconhecendo a educação como elemento importante na consolidação da sociabilidade e criação de consensos, setores privados começaram a promover iniciativas educacionais, fazendo parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), escolas e secretarias estaduais e municipais de educação de modo a enfraquecer a presença do Estado nas políticas públicas sociais.

As iniciativas educacionais das empresas se realizam por meio de parcerias com ONGs, o chamado “terceiro setor”, e também de parcerias com setores públicos, destacando-se aqui as secretarias de educação, cultura e meio ambiente de governos municipais. Observa-se um regime de colaboração entre entidades públicas e privadas, as quais enfraquecem a presença do Estado nas políticas públicas sociais e fortalecem a presença do Estado no setor privado, por meio de diversos mecanismos, como a isenção de impostos, incentivos fiscais,

negociação de dívidas, entre outros (D'AGOSTINI; A, VENDRAMINI, 2014, p. 305)

Diante de um processo de supressão das limitações territoriais, iniciada nos anos 1950 e fortalecidos em 1990, cuja intencionalidade baseia-se na padronização da lógica do modelo produtivo, a demanda por processos educativos que capacitassem profissionais empreendedores e polivalentes estendeu-se também a realidade rural, tendo o agronegócio como grande aliado.

A educação profissional aparece, nesse contexto, como a modalidade educacional mais eficiente para moldar esses perfis profissionais. A história nos ensina que tal modalidade fora pensada, principalmente, para capacitar a classe trabalhadora das cidades visando uma melhor inserção no mercado de trabalho, enquanto para a classe dominante fora destinado uma formação mais generalizada e voltada para a inserção no ensino superior, de modo a desencadear uma dicotomia entre educação profissional e educação formal. Dicotomia essa que os movimentos populares por educação pública, gratuita e de qualidade vem se organizando para superá-la.

O PRONATEC surgiu em 2012 sob a justificativa da necessidade de expansão da Educação Profissional, mas dada a grande influência da classe dominante na configuração dessa política, ela acabou por receber contornos que pouco contribuíram para a superação da dicotomia existente entre a educação destinada à classe trabalhadora e aquela destinada à burguesia. Acrescido a isso, a possibilidade de oferta por uma rede de parcerias público-privadas, fomentou a atuação das entidades do “Sistema S”, amplamente associadas a aparelhos “privados” de hegemonia da burguesia.

Da mesma forma, a modalidade Campo do Pronatec, mesmo sendo criado como um programa do Pronacampo (Programa Nacional da Educação do Campo) e oriundo da pressão dos movimentos populares do campo por Educação do Campo, foi incorporado e ressignificado pelo SENAR, entidade coordenada pela CNA e que busca ser reconhecida como a “Escola da Terra”.

Ao oferecer cursos de formação profissional e disponibilizar serviços sociais de difícil acesso no campo, o Senar busca a criação de sua legitimidade perante os sujeitos do campo. Assim, esta entidade utiliza-se da ausência da

efetivação das políticas sociais do campo pelo poder público para ganhar capilaridade em todo território nacional, de modo a difundir a ideologia do agronegócio, da classe dominante.

Isso porque a necessidade de expandir a lógica do capital, propulsiona a necessidade de se criar intelectuais que legitimem seu projeto. Entretanto, na criação de legitimadores do projeto da classe dominante o elemento da desigualdade, inerente ao modo de produção capitalista, deve ser mantido, implicando, por exemplo, na disponibilização de programas diferenciados para o mesmo público jovem do campo pelo Senar. Logo, torna-se imprescindível a criação de formuladores de pensamento e de reprodutores do pensamento, no caso o primeiro formado no CNA Jovem e o outro no “Pronatec do Senar”.

Desta forma, formula-se uma política profissional pragmática que não possibilita ao sujeito refletir acerca da relação de seu cotidiano com as relações sociais de exploração constituidoras do modo de produção capitalista, ao contrário, anseia-se a formação de trabalhadores mantenedores do paradigma capitalista no campo, de uma juventude que legitime o projeto da classe dominante no campo. Desta forma,

“PRONATEC assume uma função de treinamento para o trabalho simples de caráter restrito, visando a preparação para a empregabilidade de acordo com os interesses imediatos de setores empresariais. Portanto, não garante a elevação da capacidade intelectual e tampouco tem condições de oferecer uma formação ampla, de base científica, filosófica e artística aos alunos dos cursos FIC” (SANTOS, 2014, p. 155)

Esta configuração atual do Pronatec Campo, em especial a oferecida pelo Senar, configura-se como uma perspectiva educacional semelhante com as pensadas pela Educação Rural, baseada no povo do campo como receptor da política e não aquele que a cria, demanda e a configura. Sua legitimação dá-se por uma demanda do capital em formar determinados tipos de trabalhadores. Daí a existência de programas distintos para públicos de jovens distintos: um para os filhos dos produtores, outro para aqueles oriundos da classe trabalhadora.

O estudo acerca desse tipo de Educação Profissional ofertado pelas classes dominantes faz-nos perceber que tal está associado diretamente com o

projeto de campo anseiado pelo agronegócio. Mas, considerando o cenário de disputa de projetos, torna-se essencial conhecer, refletir e fortalecer as iniciativas educacionais contrahegemônicas promovidas pelos movimentos populares do campo.

Percebemos, assim, a necessidade da criação e fomento de novas formas de fazer a Educação Profissional que seja do, no e para a juventude do campo, que a reconheça como sujeitos, atenda suas reais necessidades, resgate a capacidade teleológica de modo que a juventude possa ter condições reais de analisar e atuar criticamente na realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALMEIDA, S. L. F, CARVALHO, J. G., CASTRO, E. G., MARTINS, M., RODRIGUES, M. E. B. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BEHRING, E. R., BOSCHETTI, I. **Política social – Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de Serviço Social; v2)

BEZERRA, J. E. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. In Revista Nera, 2009.

BEZERRA, M. C. S., JUNQUEIRA, V.H. Projetos educacionais do agronegócio: campo e cidade em Questão. In: **Seminário do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2013

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:<

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 mai. 2016

BRASIL, **LEI Nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Lei%20n.%20%207.044%20%20de%2018%20de%20outubro%20de%201982.SF.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2016

_____. **LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8315.htm> Acesso em: 7 mai. 2016.

_____. **LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm> Acesso em: 7 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394 de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. _____.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Decreto 2.208 de 17 de abril 1997**. Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da lei 9.394 de 1996. _____. Resolução CEB/CN nº 4 de 1999. Estabelece as Diretrizes curriculares para o ensino técnico. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CEB N.º 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf> Acesso em 7 mai 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto Resolução. **CEB/CN nº 1 de 2002**. Regulamenta o ensino profissional de nível médio no campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb12002.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2005. Disponível em:<
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>> Acesso em 7 mai. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **JUVENTUDE RURAL E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ACESSO À TERRA NO BRASIL: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o jovem rural**. Brasília: NEAD, 2013

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 86**, de 1º de fevereiro de 2013, Brasília-DF, 2013.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ClAVATTA, M; FRITOGOTTO, G., RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 4 mai 2015

COSTA, A. C. **A educação profissional no campo hoje.** In: Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, Jul-Dez 2007, volume 2, número 1, p. 67-74. Edu Pro: C e T, Brasília, 2(1): p. 67-74, Jul-Dez, 2007. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/a-educacao-profissional-no-campo-hoje/view>> Acesso em 4 mai. 2015.

COSTA, F. C. **O Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Dissertação de mestrado profissional em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015

COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes: Estado e Revolução no pensamento marxista.** 1995

_____. **Notas sobre cidadania e modernidade.** Praia Vermelha, São Paulo, ano, n. 1, p. 145-165, 1997

CUNHA, I. A. **Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros o Brasil escravocrata.** São Paulo/Brasília: UNESP/FIACSO, 2000a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo/Brasília: UNESP/ FLACSO, 2000b.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo/Brasília: UNESP/ FLACSO, 2000c.

D'AGOSTINI; A, VENDRAMINI V. **Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais organizados.** In: Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 29 9 - 32 2 , jul./dez.2014 Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em 4 mai 2015.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, F. **O que é revolução.** 1981 Disponível em: <files.gocufg.webnode.com/200000082.../oqueerevolucao_0.pdf> Acesso em 3 dez 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de Educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, out. 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>> Acesso em: 23 abr 2016

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci.** COUTINHO, C. N. (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GROPPO, L. A. A Juventude como categoria social. *In: Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.* Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** In: STÉDILE, J. P (org). A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUHUR, D. M. P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: Desafios da educação do campo na construção do projeto popular.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2010

HARVEY, D. **A condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 135 – 162

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, M. **Problemas da educação profissional do Governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEMs**. Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte: UFMG, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012. Disponível em:<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/791>. Acesso em: 17 dez. 2014.

LIMA FILHO, D. I. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964 – 1990**. João Pedro Stedile (org) São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. **Juventude e socialismo: questões fundamentais**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/8676>>. Acesso em 15 de out. 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho).

MELO, J. A. T. **Reforma agrária? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006. – sobre conclusão CPMI da terra

NAGLE, J. A educação na primeira república. In: FAUSTO, B. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. 2. vol. Sociedade e Instituições. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977. p. 259-291.

NAVARRO, V. Produção e Estado do Bem-Estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, A. C (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção questões da nossa época, v. 20).

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2009, 13ª Ed..

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STEDILE, J. P (org.) **Questão agrária 6: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P (org.) **Questão agrária 7: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, 5ª ed.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STEDILE, J. P (org.) **Questão agrária 6: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, T. C. C. **Educação profissional em cena: Uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e suas implicações para a formação humana**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

SAUER, S; TUBINO, N. L. G. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. In: Unesp Revista Nera, ano 10, n. 11 – Julho/Dezembro 2007, p.131 – 148. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1413>. Acesso em 13 jun. 2014

SENAR, **Serviço Nacional Rural**. Disponível em: <www.senar.org.br>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. Regimento interno, Brasília, 14 de julho de 2004 (mimeo).

SEVA, J. T. **Classes patronais rurais e conflitos sociais: Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental**

no Brasil. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas/PE - Brasil, 2010

SILVA, J. G. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, J. P (org.) **Questão agrária 6: O debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. **Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista.** In: Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, J. P (org.) **Questão agrária 7: O debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013

TAVARES, M. A. **A assim chamada acumulação primitiva.** s.d., mimeo.

TEIXEIRA, G. **A proposta de programa de recuperação do passivo do setor rural brasileiro (nota técnica da assessoria do Dep. Beto Faro – PT/PA).** Brasília, 04 de setembro de 2007 (mimeo).

TOLEDO, E. G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Um repto ao agrobusiness.** In: Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 1995, p. 2-2.

VITUIE, M. I. I. **A produção alimentar em um mundo globalizado: uma reflexão sobre as transformações da produção e do trabalho no mundo rural.** Belo Horizonte, vol. 1, n. 5, p. 36-49, jan./jun. 1999.

WANDERLEY, M.N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes.**
Brasília: NEAD, 2005.

WOOD. E. M. **As origens agrárias do capitalismo.** In: Revista Crítica
Marxista, São Paulo, nº 10, p. 12-29, jun. 2000.